

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 35ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 1.2 – 3ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 1.3 – Comissões

2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

- 2.1 – Comissão

3 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

4 – PRONUNCIAMENTOS

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 – ERRATAS



ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/5/2019

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 679 e 681/2019 – Requerimentos n°s 911 a 913, 935 a 940 e 943 a 958/2019 – Requerimentos Ordinários n°s 426, 428 a 439, 446, 447 e 449/2019 – Comunicações: Comunicações das Comissões dos Direitos da Mulher, de Transporte, de Desenvolvimento Econômico, de Agropecuária e de Segurança Pública e do deputado Sávio Souza Cruz – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Virgílio Guimarães, Cristiano Silveira, André Quintão e Sargento Rodrigues – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimentos Ordinários n°s 447, 386 a 388, 391, 394, 397, 412, 415, 417, 419, 420, 422, 426 e 428 a 439/2019; deferimento – Questões de Ordem – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bruno Engler – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Duarte Bechir – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Marília Campos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Charles Santos, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 679/2019

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Rádio Inconfidência AM, bem como sua programação.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecida como de relevante interesse cultural do Estado a Rádio Inconfidência AM, bem como sua programação.

Art. 2º – A manifestação cultural de que trata esta lei poderá, a critério dos órgãos responsáveis pela política de patrimônio cultural do Estado, ser objeto de proteção específica, por meio de inventários, tombamento, registro ou de outros procedimentos administrativos pertinentes, conforme a legislação aplicável.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 25 de abril de 2019.

Deputado Professor Wendel Mesquita, Vice-Presidente da Comissão de Cultura e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Solidariedade).

Justificação: A Rádio Inconfidência AM, apelidada na década de 30 de "o Gigante no Ar", é a radiodifusora de som mais tradicional e de maior alcance no Estado, podendo ser ouvida nos 853 municípios mineiros.

Há 82 anos no ar, a Rádio Inconfidência é responsável por levar aos ouvintes dos rincões de Minas, de forma ética, séria e comprometida com a verdade, informações de interesse público, bem como uma programação diária que inclui muita cultura, música boa e cobertura esportiva.

Para se ter uma ideia do seu alcance, até mesmo em outros estados e, incrivelmente, em até outros países, é possível ouvir a Inconfidência AM e se divertir com uma programação que preserva até hoje programas da época da sua inauguração, como é o caso do A Hora do Fazendeiro. Esse é o mais antigo programa radiofônico do mundo, que toca todo dia a música sertaneja de raiz e traz dicas e informações atualizadas para o homem do campo.

A Rádio Inconfidência AM é conhecida por ser plural, por reconhecer e valorizar os artistas de todos os cantos e, sobretudo, por ser a cara do povo mineiro.

Assim, por toda a sua história de sucesso e de relevantes serviços prestados em favor de uma sociedade mais informada, atualizada e crítica, é imprescindível o reconhecimento público do caráter cultural da Rádio Inconfidência AM, patrimônio imaterial da nação brasileira.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI N° 681/2019

Concede atendimento prioritário, nos estabelecimentos públicos e privados do Estado, às pessoas portadores de doenças graves e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Os estabelecimentos públicos e privados do Estado deverão garantir, durante todo o horário de expediente, atendimento prioritário à pessoa portadora de doença grave, incluindo-a nas filas preferenciais destinadas aos idosos, às gestantes e aos deficientes.

Art. 2º – O Poder Executivo regulamentará esta lei e definirá o detalhamento técnico de sua execução, inclusive quanto à forma de identificação dos beneficiários.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 25 de abril de 2019.

Deputado Bruno Engler (PSL)

Justificação: Compete aos Estados legislar concorrentemente sobre assuntos referentes à proteção e à defesa da saúde, conforme dispõe o art. 24, inciso XII, da Constituição da República. Por isso, este projeto de lei visa a minimizar o sofrimento de pessoas portadoras de doenças graves, incluindo-as nas filas preferenciais já destinadas também aos idosos, gestantes e deficientes. Para tanto, conto com o apoio dos pares na aprovação desta lei.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Celinho Sintrocel. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 328/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 911/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para a imediata regularização dos estoques, no Ipsemg, do medicamento Nivomulabe, destinado ao atendimento dos seus usuários em tratamento oncológico, tendo em vista a importância do uso da medicação para a continuidade do tratamento digno aos pacientes e o risco de agravamento da doença com a suspensão do seu uso, o que pode até causar a morte do paciente. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 912/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de providências para a imediata regularização dos estoques do medicamento Nivomulabe no Ipsemg, destinado ao atendimento dos usuários em tratamento oncológico, tendo em vista a importância do uso da medicação para a continuidade de tratamento digno aos pacientes e o risco de agravamento da doença com a suspensão do seu uso, o que pode até causa a morte do paciente. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 913/2019, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para que a Linha 5430, única linha de ônibus que atendia ao Bairro Luar da Pampulha, em Ribeirão das Neves, fazendo a ligação com o Terminal Vilarinho, volte a atender a população da região. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 935/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de providências para que se proceda ao pagamento imediato dos débitos da instituição com todos os hospitais com ela conveniados.

Nº 936/2019, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja encaminhado ao Ministro de Turismo pedido de providências para que sejam viabilizados recursos para o incremento do turismo em todos os municípios mineiros, especialmente naqueles que tiveram seu turismo afetado pelas empresas mineradoras. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 937/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de providências para elaboração de um plano de recuperação para essa instituição, no que se refere tanto à assistência à saúde do servidor público quanto à Previdência.

Nº 938/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências com vistas à apresentação de um cronograma de pagamento dos débitos do Ipsemg com as entidades conveniadas com o referido instituto, na prestação de assistência à saúde.

Nº 939/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação Brasileira dos Criadores do Cavalão Mangalarga Marchador – ABCCMM – pelos 70 anos de sua fundação.

Nº 940/2019, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja cumprido o prazo de até 60 para o início do tratamento de paciente com neoplasia maligna, conforme estabelecido na Lei Federal nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, bem como para acesso aos exames para diagnóstico em caso de suspeita da referida doença em até 30 dias, de acordo o disposto na Lei nº 22.433, de 20 de dezembro de 2016. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 943/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Superintendência Regional do Banco do Brasil pedido de providências para que seja dispensada a exigência de licenciamento ambiental como condicionante para concessão de crédito rural no Estado.

Nº 944/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que sejam adiados ou cancelados os trâmites para o encerramento das atividades da Unidade de Atendimento Integrado de Curvelo – UAI-Curvelo –, que está em pleno funcionamento há 10 anos, realiza mais de 600 atendimentos diários, com avaliação altamente positiva entre os seus usuários, com inclusão da população dos municípios vizinhos, e que conta com uma estrutura de pessoal qualificado, entre contratados pela MGS e servidores da Polícia Militar, Polícia Civil, Prodemge e Seplag.

Nº 945/2019, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon-MG – pedido de providências para que se apurem as denúncias dos usuários do metrô quanto à superlotação dos trens, que gera desconforto e insegurança das viagens, sobretudo levando-se em conta que houve aumento da tarifa de passagens.

Nº 946/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para que sejam liberados os repasses de recursos devidos ao Hospital João XXIII, diante da iminência de paralisação das atividades, haja vista a falta de insumos básicos para o atendimento dos pacientes.

Nº 947/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Juiz de Fora pedido de informações sobre a suspensão da marcação dos exames pelo SUS nesse município, especialmente no que tange à justificativa para a interrupção desse serviço, quais exames não estão sendo marcados e qual é o prazo para normalização das marcações.

Nº 948/2019, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG –, à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais – OAB-MG – e ao Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais pedido de providências com vistas à realização de parceria para atendimento jurídico aos cidadãos que buscam esse serviço na entidade Movimento das Donas de Casa e Consumidores de São José da Lapa.

Nº 949/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Juiz de Fora e à Secretaria Municipal de Saúde – SMSA – pedido de providências para que seja retomada a marcação de exames dos usuários do Sistema Único de Saúde nesse município.

Nº 950/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado pedido de providências à Capitania dos Portos com vistas a análise de risco de afundamento do vapor Benjamim Guimarães.

Nº 951/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com o coral ARS Nova, da UFMG, pela comemoração dos 60 anos de sua fundação.

Nº 952/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura pedido de providências com vistas à antecipação, para o mês de maio de 2019, do pagamento da subvenção destinada à Casa de Juscelino, no Município de Diamantina, de modo a garantir a reabertura desse espaço.

Nº 953/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Governo do Estado por garantir, por meio da Secretaria de Estado de Cultura, o funcionamento, em 2019, da Casa de Juscelino no Município de Diamantina.

Nº 954/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura pedido de providências com vistas à criação de grupo de trabalho para proposição de medidas para modernização e melhoria do funcionamento da Rádio Inconfidência, garantidas as presenças de representantes de gestores, servidores da rádio e de artistas.

Nº 955/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado à Rede Minas pedido de providências com vistas à documentação da memória do Capitão Manoel Mariano, capitão do vapor Benjamim Guimarães, na sua programação.

Nº 956/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao Ministério do Turismo, à Secretaria Especial da Cultura em Brasília e ao Ministério da Cidadania em Brasília pedido de providências para que sejam viabilizados recursos com vistas à restauração do vapor Benjamim Guimarães, último barco movido a vapor do mundo.

Nº 957/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com o prefeito de Poços de Caldas pelo lançamento de 11 editais para recebimento de propostas artístico-culturais a serem desenvolvidas ao longo do ano nesse município.

Nº 958/2019, do deputado Raul Belém, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Santa Vitória pelo aniversário desse município, celebrado no mês de maio. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 426/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 429/2015, do deputado Paulo Guedes.

Nº 428/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 419/2015, do deputado Paulo Guedes.

Nº 429/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 418/2015, do deputado Paulo Guedes.

Nº 430/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 417/2015, do deputado Paulo Guedes.

Nº 431/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 416/2015, do deputado Paulo Guedes.

Nº 432/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 415/2015, do deputado Paulo Guedes.

Nº 433/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 414/2015, do deputado Paulo Guedes.

Nº 434/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 412/2015, do deputado Paulo Guedes.

Nº 435/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 406/2015, do deputado Paulo Guedes.

Nº 436/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 405/2015, do deputado Paulo Guedes.

Nº 437/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 404/2015, do deputado Paulo Guedes.

Nº 438/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 403/2015, do deputado Paulo Guedes.

Nº 439/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 402/2015, do deputado Paulo Guedes.

Nº 446/2019, do deputado Thiago Cota, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.253/2015, de sua autoria.

Nº 447/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.583/2001, de sua autoria, que se encontra aguardando parecer em comissão.

Nº 449/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao presidente desta Casa pedido de providências para que a TV Assembleia documente a história do vapor Benjamim Guimarães.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões dos Direitos da Mulher, de Transporte, de Desenvolvimento Econômico, de Agropecuária e de Segurança Pública e do deputado Sávio Souza Cruz.

Oradores Inscritos

– Os deputados Virgílio Guimarães, Cristiano Silveira, André Quintão e Sargento Rodrigues proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos n.ºs 907 e 909/2019, da Comissão de Segurança Pública, 918 a 921/2019, da Comissão de Esporte, 922, 923 e 944/2019, da Comissão de Administração Pública, 935, 937, 938, 946, 947 e 949/2019, da Comissão de Saúde, 939 e 943/2019, da Comissão de Agropecuária, 945 e 948/2019, da Comissão de Defesa do Consumidor, e 950 a 957/2019, da Comissão de Cultura. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões dos Direitos da Mulher – aprovação, na 4ª Reunião Extraordinária, em 25/4/2019, dos Requerimentos n.ºs 477/2019, do deputado Celinho Sintrocel, e 800/2019, da Comissão de Segurança Pública;
- de Transporte – aprovação, na 9ª Reunião Ordinária, em 30/4/2019, dos Requerimentos n.ºs 818/2019, do deputado Duarte Bechir, e 845/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras;
- de Desenvolvimento Econômico – aprovação, na 9ª Reunião Ordinária, em 30/4/2019, dos Requerimentos n.ºs 859 e 862/2019, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos;
- de Agropecuária – aprovação, na 9ª Reunião Ordinária, em 30/4/2019, do Projeto de Lei n.º 5.505/2018, da deputada Celise Laviola; e
- de Segurança Pública – aprovação, na 9ª Reunião Ordinária, em 30/4/2019, dos Requerimentos n.ºs 814 e 886/2019, do deputado Bruno Engler, 815, 816 e 868/2019, do deputado Sargento Rodrigues, 832/2019, da Comissão do Trabalho, 852/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr., e 889 e 890/2019, da deputada Delegada Sheila (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário n.º 447/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei n.º 1.583/2001 (Arquive-se o projeto.); e, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, os Requerimentos Ordinários n.ºs 386, 387, 388, 391, 394, 397, 412, 415, 417, 419, 420, 422, 426, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438 e 439/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que solicita o desarquivamento, respectivamente, dos Projetos de Lei n.ºs 5.271, 5.265, 5.264, 5.260, 5.043 e 4.994/2018, 4.273, 4.166, 4.061, 4.059 e 4.045/2017, 3.960/2016, 429, 419, 418, 417, 416, 415, 414, 412, 406, 405, 404, 403 e 402/2015.

Questões de Ordem

O deputado Bruno Engler – Sr. Presidente, venho a esta tribuna porque o deputado Cristiano Silveira, que me antecedeu, falou no Grande Expediente, proferindo aqui um dos discursos mais absurdos que ouvi nesta Casa desde a minha posse. Quem escuta esse discurso, pensa que o PT não passou 13 anos no poder e que o Bolsonaro deve estar no fim do segundo mandato e não com quatro meses completos de governo, agora indo para o quinto. Todas as mazelas do Brasil são colocadas na conta do Bolsonaro. Veio

aqui falar do Dia do Trabalhador e reclamar do desemprego. Pegamos esse desemprego da ex-presidente Dilma Rousseff. O Bolsonaro está tentando resolver o problema do desemprego, mas ele não é milagreiro. Não é só sentar na cadeira, que vai surgir emprego para as pessoas. Precisamos de mudanças, precisamos do apoio do Congresso Nacional e de reforma da Previdência para que possamos gerar emprego e aí, sim, combater o desemprego e ter o que comemorar no Dia do Trabalho. Falou também da reforma da Previdência, criticou, disse que a reforma da Previdência é cruel, que não precisa disso, que o negócio é taxar lucros e dividendos. Ora, são 13 anos no poder. Por que o PT não taxou lucros e dividendos? Lembro que o PT comprou o Congresso Nacional. O escândalo do Mensalão mostra isso. Nos primeiros anos de seu governo, o ex-presidente e hoje presidiário Lula aprovava o que queria, porque tinha o Congresso comprado. Isso quem diz não sou eu, quem diz isso é a Justiça. Isso está mais que comprovado. Não passou a reforma tributária porque não quis e agora quer jogar no nosso colo. A própria presidente Dilma, no início do seu segundo mandato, falava da necessidade da reforma da Previdência. O presidiário Lula também falava que precisávamos reformar a Previdência, porque essa Previdência foi pensada num tempo em que a expectativa de vida era muito menor, mas no estado atual ela não se sustenta. E ela vai quebrar o País. Veio aqui e criticou também a nossa ajuda humanitária à Venezuela, a nossa solidariedade ao presidente Juan Guaidó, que chamou de golpista. Tem a cara de pau de chamar Juan Guaidó de golpista e de defender aqui o ditador Nicolás Maduro, o ditador que mandou tanque atropelar sua própria população. É esse tipo de gente que o PT está defendendo aqui dentro. O PT financiou essa ditadura. O PT tem sangue em suas mãos. Queria saber onde estava essa indignação, quando o BNDES fez empréstimo para o metrô de Caracas, a juros mais baixos do que para o metrô de São Paulo. É isso que queria saber. Cadê a prioridade do brasileiro lá? Naquela época não havia problema, porque aí é companheiro, é amigo, é evolução. Hipocrisia pura! E aqui também temos de ouvir: “Ah, Bolsonaro não tirou o PT. Bolsonaro substituiu o Temer”. Mas o Temer foi eleito na chapa de quem? Na chapa do PT, da Dilma. O Temer foi eleito com o 13. Ele não foi eleito com o 15, quer vocês queiram ou não. Representava a chapa do PT, que conseguimos expurgar e colocar um presidente verdadeiramente conservador, no Palácio do Planalto. Criticou também a educação. Disse que nós estamos tirando dinheiro das universidades federais para dar para a Venezuela, numa desonestidade intelectual sem tamanho, porque o orçamento da União não é único, mas dividido. O dinheiro da universidade está sendo tirado para a educação básica. Vamos inverter a pirâmide de investimento. O Brasil é um País que investe muito em ensino superior e pouco em ensino básico. Os pobres que eles dizem tanto defender estão mais preocupados se o filho vai ter uma creche do que se vai ter curso de humanas nas universidades. É a isso que Bolsonaro está dando prioridade: ensino básico, creche, alfabetização. O pior de tudo para mim foi quando ele veio aqui criticar o Bolsonaro pelo aumento na gasolina, como se fosse responsabilidade do Bolsonaro. Por que não falou que o governo Pimentel, na última legislatura, aprovou o aumento do ICMS, que incide diretamente no preço da gasolina. Gostaria que falasse isso aqui também. Cobram memória dos outros, mas não têm memória nenhuma. O PT é muito bom para bater, mas é péssimo para reconhecer os seus próprios erros. E o governo Bolsonaro tem a dura missão de tentar consertar um País que eles destruíram. Muito obrigado.

O deputado Cleitinho Azevedo – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os presentes, deputadas e deputados. Estamos vendo essa novela da reforma: é reforma administrativa, é reforma da Previdência. Estou com medo de chegar em casa e a minha mulher pedir para fazer uma lá. Eu vou ter de sair correndo. Não tenho condições para tanta reforma. Queria fazer uma reflexão sobre a reforma da Previdência. Será que a reforma da Previdência vai resolver o problema do País? A solução do País é a reforma da Previdência. Gostaria de expor aqui alguns dados para chamar a atenção para eles. Primeiramente, estou aqui para falar. Quando eu for do Executivo, vou falar menos e fazer mais. Enquanto eu for do Legislativo, estarei sempre falando. Aqui tem de representar. Por mais que não seja da minha competência falar sobre a reforma da Previdência, como representante do povo, tenho obrigação de passar para vocês algumas situações. Primeiramente, com relação à reforma da Previdência, ela é necessária? Não estou aqui jogando para galera, mas há um detalhe em tudo. Por que só o povo tem de pagar a conta? Por que só o povo tem de se doar. Para mim, a palavra mais bonita na política é “transparência”. Faço uma pergunta. Estão negociando com os deputados federais, Sargento, um valor de R\$40.000.000,00 em emendas para cada deputado federal. Se esses 513 deputados resolverem aceitar essa negociação, vamos ter

esses 513 recebendo R\$40.000.000,00 em emendas. O País está quebrado? É só multiplicar para ver quanto dá 513 vezes R\$40.000.000,00. Vai dar um total de R\$20.000.000.000,00. Faça outra pergunta a vocês. Será que a culpa é do povo? Será que a conta chegou foi por causa do povo que paga imposto rigorosamente em dia ou a conta é dos Poderes. O que precisamos é mexer na estrutura deles. Saiu uma nota agora do STF sobre licitação de R\$1.000.000,00 para compra de lagostas. Quer dizer que dinheiro tem; ele está é sendo mal investido. Vamos direcionar o dinheiro para o povo. O meu medo é dar esse cheque em branco. O Paulo Guedes, com todo respeito, é economista. Se for para melhorar o País, estou aqui para ajudar, mas quero fazer uma pergunta. Vai ter um lucro, depois, de trilhões. Será que esses trilhões depois serão investidos para o povo, para melhorar o SUS, o que não é fácil, é difícil, ou vai ser para ficar dando regalia para o STF, para comprar R\$1.000.000,00 de lagosta? Aí está a moral da história. Será que o problema é a reforma da Previdência ou são os três Poderes, que são podres e precisam descer do salto e saber que o poder é do povo? Então, é hora de tomarmos vergonha na cara. A conta não tem de ser só do povo não; tem de ser de todos. Muito menos do povo, que não pode pagar a conta sozinho. Então, é preciso urgentemente, neste País – falaram de transparência –, uma reforma política e de consciência. Onde já se viu o STF gastar de licitação R\$1.000.000,00 de lagosta? É brincadeira um negócio desse. Querem colocar a conta no povo. É o povo que tem de pagar a conta pela incompetência? Chega de fazer hora com a cara do povo, gente. Então, quero deixar bem claro isso. A questão moral que queria passar aqui não é só a reforma da Previdência é uma reforma política urgente. Não há nem o que se falar do Pimentel, não é gente? Se este país for sério mesmo e tiver pessoas sérias, o Pimentel terá de estar é na cadeia, terá de estar é preso, junto com todos aqueles que quebraram, estouraram este estado. Agora fico vendo só demagogia e dedos apontados. “Tem de fazer isso, tem de fazer aquilo!”. Onde estão os heróis que não estavam aqui no passado para fiscalizar o Pimentel? É por isso que digo a vocês: para ser da base, não tem de ser de uma base burra, base omissa ou base puxa-saco. Base é para você ver o que está errado e cobrar. No que for bom para o Estado, você vai junto com o governador; no que for ruim, você tem de cobrar. Agora ficam aqui dando munição, dizendo que tem de fazer isso, fazer aquilo. Por que não fizeram quando o Pimentel estava aqui? Está tudo errado neste estado aqui, gente! Não adianta vir aqui tacar o dedo! O momento de fiscalizar era antes, e não só no governo do Pimentel, mas no do nosso querido Aécio, do nosso querido Anastasia. O Sérgio Moro esteve aqui na semana passada, mas eu não pude falar com ele. Eu queria lhe dizer o seguinte: faça justiça! Já que você prendeu o Lula e está em Minas Gerais, prenda o Aécio, o Pimentel e todo mundo e acabe com isso. Ponha todos os bandidos que roubaram o País na cadeia, onde é o lugar deles”. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Bartô – Boa tarde a todos. Obrigado, presidente, pela palavra. Hoje eu me encontro aqui no Plenário justamente para falar sobre o absurdo que tem acontecido na Venezuela. Muitos de vocês estão criticando os governos passados brasileiros, que apoiaram, realmente fizeram reunião, defenderam. O próprio deputado Cristiano falou da dancinha da direita. Havia dancinha deles apoiando o Maduro também, o que é muito triste. Vamos falar de algumas questões sobre a situação da Venezuela. Neste ano já vimos uma retração do PIB venezuelano de 25%. Detalhe: todos os governos, quando o PIB caiu em torno de 10%, sofreram algum tipo de mudança radical. Tivemos o caso recente da Dilma, em cujo governo houve uma retração muito forte do PIB, na casa de 8%, e acabou havendo uma queda com o impeachment. A inflação na Venezuela vai chegar a 10.000.000%. Não dá nem para entender isso. Uma bala que custa R\$1,00 vai custar R\$10.000.000,00 no final do ano. Então vocês entendem como isso prejudica toda a economia, não é? Nisso, entra a questão da Assembleia Nacional, que é um acordo do sistema acertado entre as forças da oposição, e ficaram revezando entre si quem seria o presidente interino. É um cargo mais informal do que formal, mesmo. O Juan Guaidó, que assumiu a presidência interina do Legislativo, tornou-se um nome muito popular nas redes sociais. A forma como ele se portava ganhou muita repercussão em pouco tempo. É muito interessante como as redes sociais causam mudança na democracia hoje em dia. Não à toa o governo Maduro começou a restringi-las. Desde que as manifestações começaram, milhares de pessoas foram às ruas. Vimos constantemente vários vídeos chegando via WhatsApp e mostrando tantas pessoas nas ruas. Aí começou a haver retaliação. Uma das questões que mais me deixa indignado – o Cleitinho e o Bruno falaram da esquerda – foi o Mujica, mais um líder da esquerda, corroborar a atitude do Maduro de mandar blindados passar por cima da população. Então, esse foi literalmente um ato de

atropelamento da democracia. A gente vê os governos da esquerda sempre proclamando mais democracia, mais democracia, mais amor, menos ódio. Mas, na prática, o que acontece é um atropelamento da democracia. Houve 50 pessoas feridas e 57 mortes desde o começo das manifestações somente este ano. Existe um dado muito impressionante da ONU: 2.700.000 pessoas, num país pequenininho como a Venezuela, já saíram por conta dessa situação. Quero deixar bem claro que isso não é crise, isso se chama socialismo, não é crise, de forma nenhuma. Realmente há socialismo lá. Para isso, trouxe um livro do Hayek. Não sei se as pessoas o conhecem, mas fica aí a dica: *O caminho da servidão*, que comenta que quanto mais o governo intervém na economia, realmente vai criando aos poucos um povo mais servo, subserviente, que começa a perder as suas liberdades. Então, vou ler uma frase dele de que gosto muito: “Muitos dizem, no atual momento, que a democracia não tolera o capitalismo. Se na acepção dessas pessoas capitalismo significa um sistema de concorrência baseado no direito de dispor livremente da propriedade privada, é muito mais importante compreender que só no âmbito de tal sistema a democracia se torna possível. No momento em que for dominada por uma doutrina coletivista, a democracia se destruirá a si mesma inevitavelmente”. Ou seja, o capitalismo é justamente isto: as pessoas determinarem quem são os melhores que estão servindo e começarem a utilizar os serviços e produtos dessas pessoas que, por si só, vão se garantir no mercado, na vida-longa. Então, é um sistema de livre troca, em que uma pessoa vê mais valor naquilo que está com o outro do que naquilo que está consigo mesma. Se você está me vendendo um sapato e eu tenho R\$10,00, para mim tem mais valor ver o seu sapato na minha mão do que os R\$10,00, e para você idem. Se você o está vendendo por R\$10,00, para você têm mais valor os R\$10,00 que estão na minha mão do que o sapato que está na sua. Assim, sendo, não há que se falar em democracia sem livre mercado e livres trocas. É isso aí, Sr. Presidente.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 7, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 7/5/2019.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/4/2019

Presidência do Deputado Agostinho Patrus

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – Questões de Ordem – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Suspensão e Reabertura da Reunião – Discussão e Votação de Proposições: Chamada para a recomposição de quórum; existência de número regimental para votação – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 367/2019; designação de relator; Questão de Ordem; emissão de parecer pelo relator; Questões de Ordem; Suspensão e Reabertura da Reunião; Prorrogação da Reunião; requerimentos dos deputados Sávio Souza Cruz, Cássio Soares e André Quintão; deferimento; Questão de Ordem; discursos dos deputados Ulysses Gomes, Sargento Rodrigues, André Quintão, Sávio Souza Cruz, Gustavo Valadares, Delegado Heli Grilo e João Vítor Xavier; votação nominal do Substitutivo nº 3, salvo emendas e destaques; aprovação; prejudicialidade dos Substitutivos nºs 1 e 2 e das Emendas nºs 19, 21, 22, 23, 38, 69 a 72, 75, 78, 82, 84 a 86, 88, 97, 160, 177, 188, 189, 196, 204, 211, 222, 225, 228, 229, 244, 245, 255, 260 a 262, 265, 271, 283, 285, 286, 292, 306, 310 e 324 a 361; votação das emendas com parecer pela rejeição, salvo destaques; Questão de Ordem; votação nominal das Emendas nºs 1, 3 a 7, 9, 13, 24 a 37, 39 a 68, 73, 74, 81, 83, 87, 89 a 96, 98, 101 a 104, 106 a 116, 118, 119, 121 a 123, 126, 129, 130, 132 a 134, 136 a 139, 141, 142, 144 a 146, 150 a 153, 153-A, 156 a 159, 161, 162, 164, 166 a 168, 170, 174, 176, 178, 179, 184 a 186, 190 a 195, 197 a 203, 205 a 210, 212 a 216, 218 a 221, 223, 224, 226, 227, 230 a 232, 234 a 236, 239, 247, 249, 253, 254, 264, 266, 269, 270, 272 a 281, 284, 287 a 291, 293 a 303, 305, 307 a 309, 311, 312, 317, 323, 362 a 364 e 366; rejeição; votação da Emenda nº 238; requerimento do deputado Gustavo Valadares; deferimento; leitura da emenda; discursos da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Guilherme da Cunha; votação nominal da emenda; aprovação; votação da Emenda nº 322; discurso do deputado Sávio Souza Cruz; requerimento do deputado Alencar da Silveira Jr.; deferimento; leitura e votação nominal da

emenda; aprovação; votação da Emenda nº 367; discurso do deputado Cássio Soares; votação nominal da emenda; aprovação; Declarações de Voto – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 18h2min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Noraldino Júnior, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

O presidente – A presidência passa a fazer a leitura de ofício encaminhado a esta Casa, nesta data, pelo Exmo. Sr. Custódio de Mattos, secretário de Estado de Governo. (- Lê:): “Sr. Presidente, o governo do Estado tem acompanhado atentamente o debate em torno das ações de educação básica em tempo integral, nas escolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais. Valiosas contribuições foram apresentadas pela Assembleia Legislativa no sentido da retomada e aprimoramento da educação básica em tempo integral, destacando a importância dessa ação para nossos jovens e para diversas regiões do Estado. Buscando atender as sugestões apresentadas pela Assembleia e observando as graves restrições financeiras pelas quais passa o Estado, nos comprometemos a implantar imediatamente 30 mil vagas de ensino integral e ampliar esse número em mais 25 mil vagas em agosto do corrente ano, totalizando 55 mil vagas. A partir de agosto, o programa será implantado já em novo formato, aprimorado com a oferta da nova grade curricular. No ano de 2020, serão implantadas 55 mil vagas adicionais, totalizando 110 mil vagas de ensino integral, contando, para tanto, com o inestimável apoio da Assembleia Legislativa no sentido de alocar os recursos necessários quando da discussão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG - e da Lei Orçamentária Anual – LOA. Certo de contar sempre com a colaboração dos representantes do povo mineiro no aprimoramento das políticas públicas estaduais. Atenciosamente, Custódio de Mattos, secretário de Estado de Governo.”

Questões de Ordem

O deputado Ulysses Gomes – Presidente, queria agradecer a oportunidade. Antes de entrar na pauta da questão de ordem, queria apenas registrar a minha satisfação com a leitura que V. Exa. fez do comunicado do secretário de Governo. Por meio da

liderança de V. Exa. nesta Casa, de todos os blocos, das lideranças, dos líderes dos blocos, registro que a ação coletiva da Assembleia mostra, mais que nunca, que o trabalho feito pelos professores e a cobrança das famílias por essa tão importante demanda sobre o ensino de tempo integral no Estado de Minas Gerais tornaram a questão educacional uma política pública essencial de apoio às famílias, às crianças. Então, registro que o encaminhamento coletivo que esta Casa fez por meio de seus líderes e de V. Exa levou o governo a rever sua posição e encaminhar esse ofício. Tenho certeza de que outros deputados poderão falar nesse sentido, no momento em que encaminharmos o projeto. Nesse sentido, queria pedir a V. Exa. que suspendesse a reunião devido à relevância do projeto da reforma administrativa, que envolve tantos temas. Foi encaminhado neste momento, neste minuto o parecer do deputado João Magalhães, e teremos acesso a ele. Assim, solicito a V. Exa. a suspensão dos trabalhos por alguns minutos, para que nos debrucemos mais a fundo sobre o parecer que foi encaminhado. Peço a suspensão temporária desta reunião.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Tenho duas coisas a dizer: fico feliz ao ouvir uma leitura como essa sobre a proposta do governo, mas fico triste ao ver que ela foi assinada pelo secretário de Governo. Amanhã, se o secretário de Governo não ficar, não continuar – pois secretário pode sair e chegar a hora que for –, o governador poderá dizer: “Quem assinou foi o secretário de Governo”. Sr. Presidente, essa proposição tinha que ter sido assinada pelo governador de Minas, o Sr. Zema. É ele que tem que assumir compromisso com esta Casa, e não o secretário de Governo. Secretário não tem mandato, Sr. Presidente; secretário de Governo não tem mandato; secretário de Governo pode ser exonerado a qualquer hora – e já vimos tantos secretários exonerados. Amanhã, chegou, falou, vamos exonerar e mandar embora. E aí o que vão falar? “Não estou cumprindo porque foi o secretário que assinou, e quem fez a proposta foi o secretário.” Quem tem de assinar, Sr. Presidente, uma proposta dessa natureza e tão importante é o governador, o Sr. Zema, no palácio. Muito obrigado.

O deputado Cássio Soares – Sr. Presidente, nobres colegas, caro deputado Alencar da Silveira, é muito pertinente a sua colocação neste momento. Estamos exatamente, neste momento no Plenário, colhendo as assinaturas dos nobres colegas, deputados e deputadas, para apresentar uma proposta de emenda constitucional para que o Estado de Minas Gerais possa honrar com o ensino integral nas escolas, assim como foi colocado desde o final do ano de 2018. Então, dessa forma, meu caro deputado Alencar, independentemente de quem esteja na cadeira, mesmo que seja o governador, será uma norma constitucional, caso esta Casa entenda que deva prosperar essa proposta e seja aprovada em Plenário. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Gustavo Valadares – Estamos no segundo ou no terceiro mês do governo, terminando o quarto mês, se não levarmos em conta ou não confiarmos na assinatura de um secretário de Governo, não vamos a lugar nenhum mais. É melhor pararmos a negociação da Assembleia com o governo de uma vez. Se a Assembleia e os líderes, em especial, não confiarem na palavra de um secretário de Governo, é melhor a gente parar com isso de uma vez, vamos fechar a porta e ir embora para casa.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 2 horas para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Tadeu Martins Leite) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 67 deputados. Portanto, há quórum para votação.

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 367/2019, do governador do Estado, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo e dá outras providências. Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer e designado relator em Plenário, o deputado João Magalhães fez uso do prazo regimental e emitiu parecer sobre o projeto e as emendas recebidas antecipadamente, opinando pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. Encerrada a discussão do projeto, com recebimento de mais 89 emendas, a presidência, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, designa relator da matéria o deputado João Magalhães. Com a palavra, para emitir seu parecer, o deputado João Magalhães.

O deputado João Magalhães – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Gostaria que V. Exa. pudesse fazer a leitura na íntegra de todo o substitutivo para que a gente possa tomar conhecimento do que ele contém, de qual é a sua versão final e votar de forma tranquila.

O deputado João Magalhães – Perfeitamente, deputado.

Parecer sobre as Emendas nºs 270 a 323 e 362 a 367 e sobre as emendas contidas na Mensagem nº 19, de 2019, do governador do Estado, apresentadas em Plenário, ao Projeto de Lei nº 367/2019. De autoria do governador do Estado, encaminhado a esta Casa por meio da Mensagem nº 10, de 2019, o projeto de lei em análise estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo e dá outras providências.

Publicado no Diário do Legislativo de 8/2/2019, foi o projeto distribuído às comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Designado relator em Plenário, foi emitido parecer sobre o projeto e sobre as Emendas nºs 1 a 269 e o Substitutivo nº 1, do governador do Estado, recebido antecipadamente nos termos do art. 138, § 4º, do Regimento Interno. Cumpre agora emitir parecer sobre as demais emendas apresentadas no decorrer da discussão. A proposição em análise pretende estabelecer uma nova estrutura orgânica para o Poder Executivo, notadamente no âmbito da administração pública direta, com vistas à redução do custo da máquina pública e à garantia de maior eficiência administrativa.

Emitido parecer sobre o projeto e sobre as emendas recebidas antecipadamente, foi apresentado o Substitutivo nº 2, que acolheu integralmente as Emendas nºs 21 a 23, 26, 61, 69, 70, 71, 75, 82, 84, 101, 104, 145, 160, 164, 174, 177, 204, 205, 207, 211, 222, 244, 245, 247, 249, 253, 255, 260, 261, 262, 264, 265, 295 e as propostas do governador, bem como procedeu a outros ajustes de técnica legislativa no projeto. Tais emendas são de autoria dos seguintes deputados: Coronel Henrique, Charles Santos, Leninha, Fernando Pacheco, Raul Belém, Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Gil Pereira, Zé Reis, Tadeu Martins Leite, Virgílio Guimarães, Sávio Souza Cruz, Celinho Sintrocel, Antonio Carlos Arantes, Ana Paula Siqueira, Dalmo Ribeiro Silva, Duarte Bechir, Beatriz Cerqueira, André Quintão e Ulysses Gomes.

Foi acolhido parcialmente, no Substitutivo nº 2, o conteúdo de proposta de emenda dos seguintes deputados: Coronel Henrique, Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Gil Pereira, Zé Reis, Leninha, Tadeu Martins Leite, Virgílio Guimarães, Noraldino Júnior, Raul Belém, Gustavo Santana, Osvaldo Lopes, Beatriz Cerqueira, Sávio Souza Cruz, João Vítor Xavier, Professor Irineu, Celinho Sintrocel, Professor Cleiton, Ana Paula Siqueira, Dalmo Ribeiro Silva, Antonio Carlos Arantes, André Quintão, Ulysses Gomes, Bosco e Andréia de Jesus.

O governador do Estado encaminhou a Mensagem nº 19/2019, propondo alterações no texto da proposição.

Passamos à análise das novas emendas apresentadas durante a discussão. As Emendas nº 270, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 281, 283, 284, 287, 289, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 307, 308, 309, 310, 311, 317, 318, 320, 322, 323, 362, 363, 364, 366 e 367, por contrariarem a estrutura administrativa, a repartição de competências entre as secretarias propostas, bem como por implicarem aumento de despesa ou por não possuírem pertinência temática, não merecem acolhida.

Apresentamos o Substitutivo nº 3, com o objetivo de aprimorar o texto da proposição e acolher o conteúdo de novas emendas apresentadas em Plenário e das contidas na Mensagem nº 19/2019, do governador do Estado. No referido substitutivo, procedemos, em síntese, às seguintes alterações em relação ao texto do Substitutivo nº 2, anteriormente apresentado: inclusão na estrutura da Secult de uma assessoria de audiovisual; especificação das superintendências e gerências regionais de saúde, bem como de superintendências regionais do meio ambiente; alteração do número das superintendências regionais de Fazenda; alteração da vinculação da Fucam, da Sedese para a Secretaria de Estado de Educação; previsão de um secretário adjunto para a Seplag; alteração da composição do Cept-MG; retorno da regularização fundiária rural para a Seapa.

As emendas de nºs 271, 283, 285, 286, 293, 292, 306, 310 e 323 foram incorporadas ao Substitutivo nº 3. O conteúdo das Emendas nºs 312, do deputado Coronel Sandro; 288, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 362, da deputada Ana Paula Siqueira e dos deputados Cássio Soares e Gustavo Mitre foi incorporado parcialmente ao Substitutivo nº 3.

Conclusão: opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 367/2019, na forma do Substitutivo nº 3, a seguir redigido, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 13, 24, 25, 26, 28, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 73, 74, 81, 83, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 123, 126, 129, 130, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 144, 145, 146, 150, 151, 152, 153 a 156, 157, 158, 159, 161, 162, 164, 166, 167, 168, 170, 174, 176, 178, 179, 184, 185, 186, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 226, 227, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 238, 239, 247, 249, 253, 254, 264, 266, 269, 270, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 284, 287, 288, 289, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 305, 307, 308, 309, 311, 312, 317, 322, 323, 362, 364, 366 e 367.

Com a aprovação do Substantivo nº 3, ficam prejudicados o Substitutivo nº 1, apresentado pelo governador do Estado, o Substitutivo nº 2 e as Emendas nºs 19, 21, 22, 23, 38, 69, 70, 71, 72, 75, 78, 82, 84, 85, 86, 88, 97, 160, 177, 188, 189, 196, 204, 211, 222, 225, 228, 229, 244, 245, 255, 260, 261, 262, 265, 271, 283, 285, 286, 292, 306 e 310, bem como as emendas contidas na Mensagem nº 19/2019, do Exmo. Sr. governador do Estado. Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Presidente, solicito a V. Exa. a dispensa do restante da leitura do relatório, uma vez que ele já foi distribuído a todos os líderes e membros desta casa.

O presidente – Diante da solicitação do deputado João Magalhães, indago aos líderes se há necessidade da leitura completa do parecer.

Questões de Ordem

O deputado Gustavo Valadares – Nosso bloco se sente contemplado com a leitura feita pelo deputado João Magalhães, presidente.

O deputado Cássio Soares – De acordo, Sr. Presidente.

O deputado Sávio Souza Cruz – Também o Bloco Minas Tem História está contemplado, até porque a prévia do relatório foi distribuída e os pontos cruciais foram discutidos entre os membros do bloco.

O deputado João Magalhães – Sr. Presidente, quero só fazer uma retificação. A Emenda nº 19, de autoria da deputada Marília Campos, está acatada no relatório, mas, por erro de digitação, ela não consta como aprovada no relatório. Faço essa retificação e solicito à Consultoria que promova a troca apenas dessa folha para ficar corretamente no relatório.

O deputado Luiz Humberto Carneiro – Concordo também, Sr. Presidente.

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente, em nome do nosso Bloco Democracia e Luta e do líder deputado André, quero dizer que tivemos tempo para debruçarmos e debatermos sobre essa última proposta do relatório. Indago a V. Exa. se há a necessidade da leitura total do parecer e das justificativas de não ter acatado a Emenda nº 320, do deputado Cristiano Silveira, que diz respeito ao desmembramento da Secretaria de Cultura e Turismo, e as emendas das deputadas Andréia e Marília, respectivamente, Emendas nºs 135 e 304, que dizem respeito à Superintendência de Políticas de Mulheres. Sendo assim, seria desnecessário a leitura total, Sr. Presidente.

O presidente – A decisão pelo não recebimento das emendas é porque elas são inconstitucionais, uma vez que focam em despesas e geram novas despesas, e a iniciativa para essas emendas deve partir do Executivo. Portanto, a presidência, na sua atribuição, concorda com o parecer do deputado João Magalhães.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, concordo em parte com o apelo de V. Exa. que, obviamente corrobora com a fala dos líderes, mas temos um parecer, presidente, o Substitutivo nº 3, com 109 páginas. Até para que a gente evite um encaminhamento mais longo, há questões que ficam mais fáceis de serem sanadas se forem ouvidas, ou seja, ouvindo o deputado João Magalhães, que emitiu um parecer em questões que havíamos colocado a V. Exa. e sobre as quais não tivemos ainda um retorno do próprio relator. Até mesmo seria importante saber do próprio relator se houve alguma inovação no texto, porque depois a Casa, com mais de 60 deputados presentes, não pode reclamar que não teve acesso a um parecer tão longo como este. Então, queria que V. Exa. suspendesse a reunião por 5 minutos, que é o tempo suficiente para a gente conversar com o relator e buscar a resposta que necessitamos neste momento, presidente.

O presidente – Imagino, deputado Sargento Rodrigues, com o respeito que V. Exa. sempre merece pela sua atuação na Casa, que se pudéssemos ouvir, em primeiro lugar, as deputadas Marília e Andréia, nesse período em que as deputadas vão levantar as suas indagações seria melhor. O relator tirará as dúvidas e estará à disposição também para responder aos deputados a respeito de dúvidas ou indagações sobre o parecer, no sentido de agilizarmos a votação, uma vez que iniciamos hoje, às 10 horas, a nossa discussão. Estamos há quatro reuniões discutindo esse projeto. Imagino que, pelo adiantado da hora e pela produtividade da Casa, seja importante ouvirmos as deputadas Marília e Andréia de Jesus. Com a palavra, pela ordem, a deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – Presidente, boa noite a todos. Boa noite a quem está nos acompanhando. É com muito pesar que venho aqui reconhecer que a emenda que fizemos para garantir o mínimo de estrutura para a Secretaria de Cultura não foi acolhida. Primeiro, fizemos uma emenda para garantir que a Secretaria de Cultura mantivesse a sua secretaria e não a fusão, ou essa confusão, com o turismo. Infelizmente, o que o governo Zema está apresentando não se trata de reforma, mas sim de um projeto ideológico de fim do Estado, porque as políticas públicas ficaram comprometidas. Não se trata somente da Secretaria de Cultura mas também das políticas voltadas para as mulheres. O número de feminicídio está crescendo e, com esse modelo de Estado que ele está apresentando, as políticas das mulheres ficarão prejudicadas. Também fizemos emenda para garantir política de promoção da igualdade racial, que não foi atendida. Então, não temos superintendência, só temos mencionada a competência da Sedese para acompanhar as políticas das mulheres em questão racial. Então, isso também é um dano para a população. É importante ficar registrado. Em relação à política da Secretaria de Cultura, para redução de danos, apresentamos uma emenda hoje para que uma estrutura mínima de cinco superintendências se mantivesse. Ela também não foi acolhida. Quero registrar aqui que não tem fundamento o argumento jurídico de que não é competência da Casa. Não estamos criando uma nova secretaria. O que trouxemos com a emenda é a tentativa de manutenção da política que o ciclo orçamentário garante. Então, há orçamento para 2019 para a Secretaria

de Cultura e para as políticas voltadas para as mulheres, na promoção da igualdade racial. Era só o cumprimento desse dever do governador de manter essas políticas. Então, também acho importante registrar que, com a extinção da Secretaria de Cultura como órgão autônomo, vamos extinguir a política da cultura no interior, porque ficará uma política só voltada para Belo Horizonte, com pequenas ações que não atendem o Estado de Minas Gerais. Então, a política de cultura viva, que é dos nossos povos e comunidades tradicionais que estão hoje no Norte de Minas, no Jequitinhonha vai, sim, deixar de existir, porque, sem a superintendência de interiorização, essa política será extinta no Estado de Minas Gerais. Então, esse registro era importante trazer, presidente. Vamos continuar nas lutas nas ruas, porque isso que estão dizendo que é reforma para nós só se trata de um projeto ideológico neoliberal de fim do Estado, fim do Estado social e das políticas sociais.

A deputada Marília Campos – Quero apenas manifestar, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, que conseguimos ser acolhidas num emenda que apresentamos para o relator para contemplar as diversidades e, particularmente, as competências, no que diz respeito às políticas de igualdade entre homens e mulheres, na expectativa de que tivéssemos uma estrutura administrativa na secretaria, que permitisse planejar e implementar as políticas para as mulheres do nosso estado. Fomos parcialmente atendidos, mas, infelizmente, a nossa proposta que se reflete na Emenda nº 304 não foi acatada. Queria aqui lamentar, pois acho um prejuízo para um segmento que é a maioria da população, que são as mulheres do nosso estado. Obrigada.

O deputado Cristiano Silveira – Presidente, gostaria que se registrasse em ata a minha inconformidade com o não acolhimento da emenda. Reconheço que esta Casa teve conquistas importantes como o debate da escola em tempo integral. Ainda que não seja o que gostaríamos, que era a manutenção plena do serviço, conseguimos algum compromisso e também agora a apresentação da proposta de emenda à Constituição que estamos assinando, para a manutenção da escola de tempo integral. Reconheço que a retirada da escola de saúde da pauta, da agenda da discussão desta Assembleia também por uma luta que aqui fizemos foi importante. Reconheço conquistas na área da Sedese. Reconheço que avançamos e avançaremos na questão do Ipsemg, que é uma pauta cara e que temos debatido. São avanços, sim, presidente, mas olha o esforço que temos feito nos últimos dias de estudar, de conversar com os movimentos sociais, com os empresários, com os produtores culturais, de mandar carta para cada colega que está aqui, de fazer audiência pública. O deputado Mauro Tramonte esteve junto, o deputado Jean foi em sua comissão, o deputado Professor Cleiton esteve lá conosco, bem como o Professor Irineu. A Casa, na minha opinião, perde a oportunidade de prestar um importante serviço para Minas Gerais e, conseqüentemente, para o governo, ainda que ele discorde. Sei que objetivo do governo é diminuir as estruturas, as secretarias, os espaços. Sabemos disso tudo, mas conseguimos explicar em todo esse tempo que não estamos falando em custos e, sim, em investimento na preservação da memória, da cultura, da identidade de Minas, do nosso patrimônio. Conseguimos provar que o turismo teria robustez de retomar o desenvolvimento econômico que o Estado precisa para não ser eternamente dependente do setor minerário, por exemplo. Então, lamento profundamente que a nossa emenda não tenha sido acolhida como forma de colaborar como as outras defesas que fizemos e tivemos êxito nesse sentido. Lamento e quero que registre em ata a minha insatisfação. Vou dizer mais, presidente. Não termino aqui. Se não tivemos êxito na questão estrutural da reforma administrativa, não tenham dúvida de que essa luta permanecerá na luta pela garantia da política pública, seja para a cultura, seja para o turismo. Voltaremos para os movimentos e nos reorganizaremos e teremos ainda mais força. Nós vamos brigar pelo orçamento; nós vamos brigar pelo plano plurianual; nós vamos brigar pelo Plano Estadual de Cultura, que é lei e foi aprovado por esta Casa; e vamos brigar pelo turismo. A luta, companheiros – e o recado fica para o governo –, só está começando e não termina aqui. Lamento, mas me energizo na luta que temos de fazer. Obrigado, presidente.

O deputado João Magalhães – Só quero esclarecer melhor ao deputado Cristiano. A coisa que mais machuca um relator é não poder atender todas as demandas de todos os deputados. Por ordem, por uma questão de ordem regimental, nós, deputados, não podemos criar novas estruturas. Isso é prerrogativa do Executivo. Quando você pretende separar duas secretarias, está criando uma nova estrutura; e essa nova estrutura só o governador, através de mensagem, poderia nos contemplar, infelizmente. Sinto muito.

Conversamos isso com V. Exa. durante o dia. Nós ficamos tristes porque sabemos da importância que seria essa emenda que V. Exa. apresentou.

O deputado Mauro Tramonte – Sr. Presidente e demais deputados, só venho também lamentar. Espero que esta Casa não se arrependa. Espero que o turismo e a cultura não virem uma salada de frutas no futuro, quando podemos perder o rumo, ou seja, o rumo da nossa cultura e o rumo da nossa história. Espero que os governos não fiquem esquecidos, os nossos vultos não fiquem esquecidos, que nada fique esquecido em relação à cultura. Nós aqui não podemos nos arrepender no futuro por causa disto: de ter votado essa fusão. É lamentável. Quando nós propusemos essa divisão é porque a fusão não era uma maneira de gastar menos. Pelo contrário, já existiam assim. É uma coisa que existe. Se tem uma aqui e outra ali, por que seria um gasto a mais? Penso igual ao nosso Cristiano. De jeito nenhum. Acho que, se continuasse cada secretaria onde estava e da maneira que está, não acredito que haveria aumento de despesa. Então, lamento e espero que o futuro possa ser muito bom conosco. Além disso, que não enterremos a história e a cultura das nossas Minas Gerais. Por quê? Porque um estado que não tem uma história e uma cultura não é um estado. Obrigado.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, primeiro gostaria de reconhecer, sim, alguns avanços nas discussões e de parabenizar o deputado Guilherme pela maneira como conduziu e dialogou conosco. Dentre os pontos que avançamos gostaria de destacar, realmente, a manutenção e a autonomia da Escola de Saúde Pública. Acho que é um ganho de toda esta Casa. Solicitei audiência pública para debater esse tema. Mas é um ganho, sobretudo. Quero parabenizar os servidores daquela escola. Eles têm o sentimento de pertencimento. É uma pena que esse sentimento de pertencimento também não fora respeitado em outras questões; digo aqui em relação à cultura. Quero destacar essa cultura. Se há um povo que tem um sentimento de pertencimento no que faz, é o pessoal da cultura. Nós vivemos e crescemos ouvindo todos falarem que Minas tem a vocação cultural, que Minas tem a vocação do turismo. Já passou da hora de realmente investirmos nessas questões, para que essas duas áreas ajudem a fazer o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Na audiência que fizemos ontem, está claro que é um casamento arranjado, em que nem o noivo nem a noiva querem se casar, mas estão casados de maneira forçada. Então não podemos aceitar isso. Que fique este registro: essa luta está se iniciando, e estaremos juntos. Como presidente da Comissão de Participação Popular, estarei sempre atento aos anseios do povo, para ouvir as pessoas. É nítida, em todos os espaços em que andamos neste Estado, a importância que a cultura e o turismo podem ter e que não está lhes sendo dada. Não acho que as secretarias terão criação de cargos, pois a estrutura já existe, assim como a da Escola de Saúde Pública também existe, e o governo entendeu e fez o melhor, que era mantê-la. Não vejo criação de cargos. Fico preocupado, deputado Cristiano Silveira, se realmente a política pública será mantida, porque estão extinguindo algumas superintendências. Fico preocupado, por exemplo, com a interiorização da cultura e deixo o meu pesar, o meu sentimento por essa emenda não ter sido aceita.

O deputado Raul Belém – Sr. Presidente, caras colegas, caros colegas deputados, quero agradecer a todos os parlamentares o trabalho e o empenho pela manutenção da Escola de Saúde Pública. A manutenção dessa escola, com a independência, com a força que ela tem, é extremamente importante. Sabemos que nossos servidores da área de saúde são formados nessa escola; era um grande atraso tornar a Escola de Saúde dependente da Secretaria de Estado de Saúde. Cumprimento também as colegas e os colegas deputados pelo trabalho para que não se perdesse o ensino de tempo integral. Fizemos a nossa manifestação e pedimos a união de todos para que isso não acontecesse de forma alguma, demonstrando que seria um retrocesso. Entendo que a Casa se uniu por Minas Gerais, e, agora, já temos uma PEC para garantir que nenhum governador tire esse direito universal do nosso aluno, do cidadão mineiro, que é a educação de tempo integral. Agradeço muito a cada um de vocês por terem entendido e por apoiarem a escola de tempo integral. Essas eram as minhas colocações. Agradeço ao amigo Fernando Pacheco, que, comigo, é autor da emenda que manteve a Escola de Saúde Pública com sua autonomia. Muito obrigado a todos.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, a princípio, das poucas informações que colhi do relator, a totalidade do que desejávamos não foi contemplada – eu e diversos deputados do bloco a que pertencço, os deputados Heli Grilo, Coronel Sandro, Bruno Engler e outros que compõem o nosso Bloco Liberdade e Progresso. Mas houve avanços. Entendemos que a reforma administrativa é

necessária, precisamos enxugar a máquina pública. Os servidores do nosso Estado, presidente, estão, há quatro anos, sem reposição das perdas inflacionárias e, há três anos e quatro meses, recebendo seus salários parcelados. Por isso, apoiamos a reforma administrativa. Acabei de tirar uma última dúvida com o deputado João Magalhães: havia um retrocesso no Substitutivo nº 2, que criava um conselho por decreto, por indicação do governador. E era um retrocesso perante o projeto de lei que aprovamos, o chamado Mar de Lamas, pelo qual conseguimos aprovar e endurecer as regras de licenciamento ambiental, principalmente para as poderosas mineradoras que têm seus tentáculos em todas as esferas, tanto do município quanto do Estado e da União. Por fim, presidente, quero apenas fazer um alerta aos nossos líderes. A gente compreende o apelo de V. Exa. pela convergência e pelo entendimento, até pelo fato de a matéria ser muito importante, mas não há a previsão, regimentalmente falando, da dispensa da leitura de um parecer, na sua integralidade, perante Acordo de Líderes. Não há, não há essa previsão regimental. Então, presidente, peço que, em situações como essa, o conjunto de mais de 60 deputados que estão aqui, desde cedo não seja pego de surpresa por uma emenda colocada sem o conhecimento de todos. É óbvio que temos que confiar nas informações prestadas pelo relator, mas cabe e é dever de cada deputado fazer uma leitura do substitutivo. Foi assim que detectamos, no Substitutivo nº 2, cuja relatoria coube ao mesmo deputado João Magalhães, uma série de incongruências e de deformidades na proposta que havia sido apresentada. Espero, presidente, que, ao poder apreciar essa matéria com mais calma, isto é, o parecer, na sua integralidade, a gente não seja surpreendido com nenhuma nova matéria que não tenha sido fruto de um acordo ou que não tenha sido fruto do entendimento coletivo e de interesse da sociedade, acima de tudo. Queria apenas deixar isso consignado.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, quando o projeto da reforma administrativa chegou, como todos sabem, logo que enviado pelo governador, esta Casa se debruçou e começou a trabalhar com ele. Agora quero saber do relator o seguinte: o projeto chegou com 14 secretarias, e hoje vamos votá-lo. A Assembleia de Minas fez o seu papel; os 77 deputados, junto ao relator, por meio de emendas e sugestões. Então hoje gostaria que o secretário nos explicasse qual foi o papel da Assembleia. Presidente, hoje vemos o que não quero que aconteça. Esta Casa trabalhou durante todo esse tempo; várias foram as reuniões que fizemos, várias negociações para mostrar que a Assembleia tem como ajudar o governo. O governo mandou o projeto para esta Casa com 14 secretarias, e há deputados falando em 13, 12, 11 e 10. Então, conseguimos chegar a quantas? Chegou com uma economia, salvo engano, de 32 milhões, e, se aprovado do jeito como está, sairá com quanto de economia? A Assembleia ajudou o governo. A Assembleia de Minas fez a parte dela; os 77 deputados, independente de partido. Isso tem que ser esclarecido para a opinião pública. Graças a Deus, a última pesquisa mostrou que 23% da população mineira acredita neste Parlamento, um crescimento muito grande da sua aprovação. Então é isso que temos que mostrar. Temos que dar satisfação, sim, para o eleitor, e cabe ao relator João Magalhães mostrar as diferenças, o que fizemos e o que vamos votar. É hora de mostrar que Minas quer caminhar e quer crescer. É hora de mostrar que a Assembleia de Minas, independente de partido político – se é novo ou se é velho, se com mais ou menos tempo nesta Casa, não importa –, quer fazer uma Minas cada vez melhor. Então gostaria de ouvir do relator essas opiniões e colocações, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 20 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Prorrogação da Reunião

O presidente – A presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até as 23h59min.

Vem à Mesa requerimento do deputado Sávio Souza Cruz em que solicita votação destacada da Emenda nº 322. A presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do deputado Cássio Soares em que solicita votação destacada da Emenda nº 367. A presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do deputado André Quintão em que solicita votação destacada da Emenda nº 238. A presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno.

Questão de Ordem

O deputado João Magalhães – É só para esclarecer a dúvida suscitada pelo deputado Sargento Rodrigues. No art. 117 do substitutivo, está bem claro que há dois tipos de projetos: público e privado. Em relação ao projeto público, o próprio secretário de Meio Ambiente determina que seja enviado à Secretaria de Projetos Prioritários. Quando se tratar de projeto privado, será submetido ao Conselho de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. Suscitou-se a dúvida em relação a quem compõe o conselho. Esse conselho foi criado pela Constituição de 1988; é composto por mais de 20 membros da sociedade civil, do governo e é presidido pelo governador do Estado. É composto por vários presidentes de autarquias, federação de indústrias, associação comercial. Então, são quase vinte membros que deliberam em relação à prioridade do projeto. Não obstante, Sr. Presidente, mesmo sendo considerado prioritário, não foram flexibilizadas nenhuma das causas determinantes para que o mesmo seja remetido ao Copam para o licenciamento. Os critérios são os mesmos. Não houve nenhuma flexibilização quanto ao licenciamento ambiental.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha, boa noite a todos e a todas. Sr. Presidente, em nome do nosso Bloco Democracia e Luta, junto com o nosso Líder, deputado André Quintão, tivemos a oportunidade, durante esses meses, de nos debruçarmos sobre esse projeto, estudando ponto a ponto, com um objetivo: procurar garantir que as políticas públicas essenciais fossem mantidas no Estado.

Temos algumas, senão várias objeções a esse projeto. Mas temos que ressaltar também os avanços que conseguimos de forma coletiva, tanto por iniciativa do nosso bloco, quanto por iniciativa de vários deputados dessa Casa. No entanto, Sr. Presidente, não posso deixar de registrar e de lamentar, por parte do nosso bloco, as iniciativas das emendas apresentadas aqui, na tentativa de destacá-las. Mas, o fato de, regimentalmente, não terem sido acolhidas prejudicou o seu destaque para assim fazer o debate e a votação em Plenário. Refiro-me àquelas que os deputados, anteriormente, tiveram a oportunidade de pautá-las.

A Emenda nº 320, que diz respeito ao desmembramento da Secretaria de Cultura e Turismo, é um ponto negativo, doído para muitos do nosso bloco, pois seria um ponto de divergência para rejeitarmos o projeto. Um ponto que nos dá total condição, presidente e deputados, de dizer que somos contrários a esse projeto. Mas, obviamente, ninguém é injusto e, por mais caro que seja esse ponto, não podemos deixar de reconhecer avanços e conquistas significativas a partir da resistência, do debate, do aprofundamento e do diálogo que propusemos fazer. A compreensão dos demais líderes, dos blocos e obviamente do governo fez com que o nosso bloco, de forma conjunta, encaminhasse o voto favorável ao projeto, destacando várias questões, também no aspecto negativo, que não vamos deixar de pautar e de cobrar. Esse é um tema caro para nós, deputados que estão liderando esse processo, como o deputado Cristiano, que fez audiência, o deputado Jean e tantos deputados que aqui pautaram. Não podemos deixar de registrar isso.

Mas, obviamente, desde o início, dissemos e estamos dizendo que reconhecemos que um projeto de reforma administrativa, mesmo hoje, no dia 30 de abril, quatro meses de governo, é um projeto que dá a cara, dá o direcionamento de um governo. Obviamente, temos todo o direito – e estamos questionando vários pontos –, mas temos de respeitar a forma como o governo se propõe a dar os rumos do nosso estado.

Mas, obviamente, desde o início, dizíamos, estamos dizendo e reconhecemos que um projeto de reforma administrativa, mesmo hoje, 30 de abril, com quatro meses de governo, dá a cara, dá o direcionamento do governo. Obviamente temos todo o direito, estamos questionando vários pontos, mas respeitamos a forma como o governo se propõe a direcionar os rumos do nosso estado.

Quanto aos pontos em que a gente avançou, uma conquista coletiva – e o nosso bloco teve um papel fundamental nesse trabalho – é a garantia da retirada da parte que extinguiu, que fazia a mudança da Escola de Saúde Pública do nosso estado, algo que teve, nesta Casa, a defesa quase unânime dos parlamentares. Essa é uma conquista que merece ser vangloriada a todo momento. Pautamos que não aceitaríamos, em nenhum momento, a discussão da tramitação do projeto da reforma administrativa, se não houvesse a retirada da parte da mudança da Escola de Saúde Pública do projeto. Então, quero registrar essa conquista importante que nos dá condições de apoiar a tramitação desse projeto como forma de reconhecimento da negociação legítima que todos defenderam. Parabéns! Deixo o reconhecimento a todos aqueles que acreditaram, ouviram e abraçaram a causa da Escola de Saúde Pública, que tem uma trajetória de mais de 70 anos em nosso estado, que já formou mais de 300 mil trabalhadores com qualidade no serviço de saúde, que tem uma história que merece sempre ser reconhecida.

Queria registrar, Sr. Presidente, os vários questionamentos que fizemos, sobretudo, em relação aos valores que está economizando essa reforma administrativa. Foi divulgado pelo governador que seria uma reforma de um bilhão de economia, e provamos que, pelo projeto que foi apresentado, a economia não é de R\$1.000.000.000,00 ao longo de quatro anos; ela não chega a R\$115.000.000,00 ao longo de quatro anos; ela significa cerca de R\$29.000.000,00 por ano. Então a Assembleia, ao aprimorar, ao aprofundar a discussão do projeto, mais do que está dobrando essa economia na faixa de R\$60.000.000,00 ao ano. Ou seja, a Assembleia aprimorou esse projeto, buscou aquilo que o governo não foi capaz de fazer. O governo anunciou um corte de 80% de cargos, o qual, na verdade, está correspondendo apenas a 10%. É importante registrar essa economia, mas vamos defender que a Assembleia é que foi capaz de fazer essa redução.

Quero encerrar, Sr. Presidente, citando o número de secretarias: anunciaram que era uma redução de 21 para 12, mas, na verdade, é de 20 para 13. Eram 14, e estamos reduzindo mais uma. Então houve reduções que são fruto do papel que a Assembleia exerceu, pela mão dos deputados, pelo reconhecimento do momento. E é importante que essas reduções não sejam feitas como estamos vendo, em políticas públicas da área de saúde e da área da educação.

Por fim, Sr. Presidente, uma conquista que precisa ficar junto da Escola de Saúde Pública, que teve grandes avanços aqui é a escola de tempo integral, uma conquista coletiva. Todos os deputados tiveram a garantia do governo de que, além das 30 mil crianças que vão permanecer nessa escola, a partir de agosto mais 25 mil vagas serão criadas, totalizando 55 mil crianças. São 50% agora e, no ano que vem, serão mais 50%. São conquistas duras, fruto do avanço, do diálogo que o nosso bloco pautou. É dessa forma construtiva, responsável, sem deixar de pautar aquilo que é caro para nós, que vamos encaminhar e discutir, Sr. Presidente, o destaque que vamos fazer no projeto do Ipsemg.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, eu o farei daqui mesmo, não vou usar a tribuna. Presidente, queria, na verdade, dizer que o relator acabou esclarecendo o último ponto. Tínhamos uma enorme preocupação com a remissão que o projeto de lei encaminhado a esta Casa faria, com a criação, por decreto, de um conselho que seria designado pelo próprio governador para apreciar, principalmente, as questões de licenciamento ambiental na área privada.

As tragédias tanto de Fundão quanto de Brumadinho devem ensinar alguma coisa ao conjunto de deputados desta Casa para que se tenha um cuidado e um zelo maior, principalmente com a vida humana. Houve a perda irreparável de 19 famílias que foram afetadas diretamente no episódio de Fundão e Mariana, e agora, presidente, até o momento, foram contabilizadas 233 mortes e 37 desaparecidos, ou seja, mais de 200 pessoas foram mortas de forma criminosa pela Vale. É bom deixar isso claro, presidente. Foram mortas criminosamente pela Vale. Por qual motivo faço essa afirmação?

Quando nós, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, ouvimos o depoimento da Maria Regina Moretti, ela deixou muito claro, deputado Tadeu, muito claro deputado Sávio Souza Cruz, muito claro, deputado Carlos Henrique, que a empresa Vale tinha o absoluto conhecimento da instabilidade e que a barragem poderia se romper a qualquer momento e nada fez, absolutamente nada fez. Ela deveria, deputado Carlos Henrique, ter interditado o empreendimento e evacuado a área, mas não. Ouvimos um dos sobreviventes, o Sr. Elias, e ele disse, durante o seu depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito que apura a tragédia criminosa da Vale em Brumadinho, que, depois de 14 anos trabalhando na Vale, presidente Agostinho Patrus, apenas em outubro de 2018 houve a única simulação e um treinamento com os profissionais e os trabalhadores da Vale. Fez-se uma única simulação em 14 anos, ou seja, três meses antes do rompimento da barragem. Essa era uma preocupação deste deputado e de outros parlamentares aqui, na Casa, principalmente de alguns que, com certeza, têm se empenhado muito na CPI que apura a tragédia criminosa de Brumadinho.

Por fim, presidente, quero dizer o seguinte: é óbvio que o interessante e o correto seria essa sessão ser remarcada para a quinta-feira, com a consequente votação, e que esse parecer fosse entregue a todos os 77 deputados para que eles pudessem se debruçar sobre ele de forma definitiva, mas sabemos que, muitas vezes, a reforma que o governo quer é uma e a que o conjunto da Assembleia quer é outra.

Aqui, presidente, gostaria que V. Exa. tivesse um pouquinho de atenção especial. Foi pela liderança de V. Exa. que muitos ajustes no texto foram conseguidos aqui, numa convergência por intermédio dos líderes, dos vice-líderes, dos presidentes de comissões e dos demais colegas deputados e deputadas. Muita coisa foi mudada nessa reforma. Não é a reforma como o governo Romeu Zema entendeu: que seria simplesmente assinar, dar uma canetada; que seria só um ofício, na mesa dele, e estaria tudo resolvido. O governador está agora, de fato, presidente, recebendo a primeira lição de administração pública, que é conhecer um pouco o funcionamento das instituições. O Legislativo quer o melhor para o Estado. O Legislativo quer a máquina enxuta. O Legislativo quer que o governo pratique políticas públicas sérias e efetivas na ponta da linha, como a escola de tempo integral. O governador Romeu Zema – e aqui fica um aviso até mesmo aos colegas deputados do Partido Novo – precisa entender que nenhum projeto do governo passará por esta Casa sem a apreciação, sem o crivo crítico de cada parlamentar, de cada partido, sem o nosso olhar atento. É bom que o governador comece a aprender as primeiras lições.

Tenho certeza, presidente, que a Assembleia, ao final dessa votação, sairá muito maior, sob a presidência e liderança de V. Exa., firmando, cada vez mais, o papel que a Constituição reservou ao Poder Legislativo de Minas Gerais. Parabéns a V. Exa. e ao conjunto dos deputados desta Casa.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado André Quintão.

O deputado André Quintão* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, público que acompanha os nossos trabalhos, desde que a reforma aqui chegou, o Bloco Democracia e Luta apontou uma discordância quanto aos rumos e às escolhas que o governador estava fazendo para enfrentar o déficit e a crise fiscal de Minas. O governador não agiu como um líder no sentido de exigir os recursos da Lei Kandir, de rediscutir o pacto federativo. Ele buscou o caminho mais simples, o dos cortes, com a visão de um Estado mínimo que prejudica as pessoas mais pobres que dependem das políticas públicas.

Mesmo antes da reforma, ele cortou bolsas da Fapemig, cortou as vagas da escola e do ensino integral, demitiu trabalhadores da MGS e das UAIs e ia fechar o centro mineiro dos resíduos sólidos dos catadores. Então, ele buscou o caminho mais fácil para o gestor e não para a população. A reforma, quando chegou aqui, propunha economizar pouco e desorganizar muito o serviço público. A própria Escola de Saúde Pública não apresentava economia alguma com o seu fechamento e, sim, morosidade no seu trabalho ao vinculá-la a uma subsecretaria.

A Secretaria de Cultura e Turismo é resultado de uma fusão. Nós teríamos agora a grande oportunidade de rediscutir o projeto de desenvolvimento sustentável para Minas Gerais, que precisa diversificar sua economia. Nós poderíamos fortalecer a cultura de um lado, e o turismo, de outro. Duas grandes potencialidades e que têm a ver com a identidade, a história e a possibilidade

econômica de Minas Gerais. Nós agimos como oposição, mas não como a oposição do quanto pior melhor. Nós não estamos aqui votando a reforma dos sonhos da população e não vamos iludir a população mineira nem criar expectativas ilusórias. É uma reforma que, como o deputado Ulisses mencionou, não economiza R\$1.000.000.000,00. Eram R\$30.000.000,00 por ano. Agora esse valor deve dobrar pelas mãos da Assembleia, que focou exatamente privilégios e gorduras e não cortes em áreas estratégicas e importantes para a população. É bom deixar claro, mais uma vez, e repito: nós reconhecemos o direito de um governo que entra para apresentar a sua proposta de adequação administrativa. O caminho adotado não foi o que escolheríamos, mas buscamos, incansavelmente, remediar e atenuar danos e também avançar em algumas áreas que aqui já foram mencionadas.

Queria agradecer aos deputados e às deputadas do bloco que foram incansáveis ao realizarem as audiências públicas e ao colocarem propostas, negociando com os blocos partidários, com o apoio também do presidente da Assembleia. Nós tivemos, sim, emendas acolhidas pelo relator, obtivemos avanços em questões que, para nós, são importantes em políticas públicas de desenvolvimento agrário, de direitos humanos, de segurança alimentar, de assistência social. Nós conseguimos evitar a transferência do Ipsemg para a Fazenda. Mas a luta do Ipsemg não acabou; vai ser daqui a pouco, porque nós vamos destacar a matéria para garantirmos a autonomia administrativa e financeira desse instituto. Nós temos ainda um capítulo na noite de hoje, além da votação do substitutivo, que é o destaque.

Eu queria deixar claro para a população mineira que essa não é a reforma que resolverá o problema de Minas Gerais. Estamos atenuando e remediando danos e não fazendo uma reforma, de fato, para aumentar e ampliar a presença e a força do Estado de Minas Gerais. Nós teremos novas batalhas e não aceitaremos a adesão proposta ao pacote de recuperação fiscal que quer privatizar a Cemig e a Copasa, demitir servidores e também impedir concursos públicos. Essa será uma batalha dura. Mas aqui, hoje, nós estamos deixando claro o nosso esforço como oposição que pensa também naquelas pessoas que tiveram alguns dos direitos recuperados. É por isso que fundamentamos e votaremos. Não somos do quanto pior melhor, mas discordamos do caminho geral adotado por este governo. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sávio Souza Cruz.

O deputado Sávio Souza Cruz* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, neste avançado de hora, percebemos que estamos próximos de dar um passo muito importante, numa construção longa, plural e coletiva, a muitas mãos. Permito-me aqui saudar, em nome do nosso Bloco Minas Tem História, todos os componentes desta Assembleia pelo trabalho, pela dedicação, pela devoção à causa pública e pelo compromisso com Minas Gerais.

O deputado André Quintão me antecedeu e mostrou alguns pontos de vista com os quais concordamos e sobre os quais convergimos. Nós tivemos a oportunidade de nos reunir e conversar com o governador Romeu Zema, a convite do nosso Bloco Minas Tem História.

Eu falei com S. Exa. que sempre o via falar muito a respeito de gestão, mas que, se a Constituição imaginasse que um governador de Minas precisasse ser apenas um bom gestor, muito provavelmente a ela iria prever um provimento por concurso público. Se a Constituição prevê o provimento por meio de uma eleição, espera-se do governador de Minas muito mais do que um mero gestor, mas que seja uma liderança política de dimensão nacional.

Em Minas Gerais, há questões profundas, graves, sérias, enormes em relação à questão federativa e que, simplesmente, estão abandonadas por S. Exa. A Lei Kandir, que desonerou há anos e anos as exportações de commodities – talvez, a nossa economia seja a mais dependente de commodities –, faz com que Minas Gerais deixe de receber os impostos, os tributos do agronegócio e sobretudo da mineração. Assistimos ao que essa famigerada lei tem feito com Minas Gerais. O Estado não recebe um centavo de impostos dos minérios exportados. Para nós, ficam os buracos, ficam as lamas e ficam os mortos. Isso, com uma posição pacífica, uma posição inerte da liderança política que o governador de Minas tem que exercer.

Delegar para um secretário fazer cortes, fazer gestão é possível, mas delegar liderança política é impossível, porque a liderança política do Estado foi delegada ao governador por quem unicamente o pode fazer, que foi o povo de Minas. Precisamos urgentemente que o governador Zema entenda que ele precisa liderar politicamente Minas Gerais em torno de nossos interesses como em relação a Lei Kandir e a DRU. E que ele entenda que não será sendo o mais dócil poodle do governo federal que vamos resolver as nossas contas. Será impondo os interesses de Minas que vamos conseguir equilibrar as nossas contas.

O deputado Alencar da Silveira Jr., a quem reverencio como um dos mais dedicados nessa construção, fez uma pergunta que, aparentemente, é fácil, mas não é tanto assim. Qual será a economia que vamos fazer? Não é tão fácil. Veja, deputado, o próprio governo, com sua multiplicidade de técnicos, mandou para cá um projeto e anunciou que geraria uma economia de R\$1.000.000.000,00. Feitas as contas, percebemos que esses R\$250.000.000,00 por ano, na verdade são pouco mais de 10% disso, ou seja, um erro de quase 90%. A economia é de apenas R\$29.000.000,00 por ano. A Assembleia Legislativa, mesmo discordando de que esse seja o caminho para o encontro de contas, para a salvação da situação fiscal de Minas, com a responsabilidade de construir uma reforma que preservasse a economia, deu um passo além: possibilitou que essa economia fosse, pelo menos, dobrada com as emendas e as contribuições de todos os deputados, de todos os blocos, de todos os partidos.

Alcançamos algumas conquistas, entre elas a questão da Escola de Saúde Pública, que foi uma emenda de praticamente todos os blocos; a questão do limite das OSs de praticar os preços públicos, em vez de deixar isso livre; a questão da Constituição em relação à situação ambiental, que foi preservada. Enfim, são tantas conquistas! O deputado Alencar dará aos gestores a possibilidade de que cumpram seus compromissos abrindo mão de seus salários. E, ainda, a impossibilidade de acumular, como o próprio governador Zema preconizou, os puxadinhos, acumular remuneração do cargo com a remuneração dos jetons dos conselhos. São contribuições que a Assembleia deu, na linha do que foi anunciado pelo governo, na linha do interesse público e na linha do que é melhor para Minas Gerais. Portanto, saúdo todos os deputados.

Como professor, ainda que há tanto tempo fora de sala, lamentavelmente, vi com muita alegria uma forte reação desta Casa com o que foi feito em relação à educação integral.

Mais uma vez, lembro o deputado Alencar, que imediatamente lançou uma frente parlamentar em defesa da educação integral, fazendo jus à história de luta do partido ao qual pertence, o PDT; e também lembro o saudoso governador Leonel Brizola e o ilustre mineiro Darcy Ribeiro, que nomina a frente parlamentar que será presidida pelo deputado Alencar da Silveira.

Além disso, a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Cássio Soares, Delegado Heli Grilo e tantos outros já avançam na proposição de uma emenda à Constituição que torne garantida a educação em tempo integral. São avanços, é o compromisso desta Casa, que também reflete o compromisso dos mineiros com a educação como o único caminho para, de fato, construirmos um Estado mais justo, mais generoso, mais igualitário e com mais esperança em dias melhores. É uma construção que foi conduzida pelo nosso presidente e que estamos perto de ver florescer.

Em nome do nosso Bloco Minas tem História, estendo os cumprimentos a todos os colegas que trabalharam tanto e com tanta dedicação nesses últimos dias, para que pudéssemos chegar a esse ponto que – acredito – seja um bom porto. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares* – Sr. Presidente, serei breve, bem breve pelo adiantado da hora, mas, assim como fizeram os demais líderes, em nome do nosso Bloco Sou Minas Gerais, eu gostaria de parabenizar todos os deputados pela construção, a muitas mãos, desse projeto e desejar ao governo que, agora, com a sua reforma administrativa aprovada, consiga atingir seus objetivos, aquilo que os mineiros dele esperam, que é economia, melhoria de gestão e fazer com que Minas Gerais volte a ser grande em todos os sentidos e volte a ser referência para todo o País e – por que não dizer – para o mundo.

Então parabéns a todos os deputados. Fica meu agradecimento especial aos líderes que participaram dessa construção, ao longo dessas últimas semanas, de forma mais firme. Tenho certeza de que estamos entregando aquilo que o governo pediu: um Estado

mais enxuto. Que agora, com o que se propôs a fazer, esse governo consiga a fazer de Minas um Estado melhor. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Delegado Heli Grilo.

O deputado Delegado Heli Grilo* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a primeira vez que participo de uma reunião de tamanha importância nesta Casa. Primeiramente gostaria de parabenizar todos os Srs. deputados que negociaram, que articularam, que avançaram em alguns pontos, já que nem todos que os deputados queriam tenham sido atingidos. Mas não podemos deixar de dizer que houve avanços.

A questão da escola em tempo integral foi muito bem falada pelo professor Sávio Souza Cruz, neste momento. Ele disse muito bem. Talvez eu tenha sido o primeiro deputado a subir na tribuna para questionar a questão da escola em tempo integral. E quase todos os deputados – nem todos, mas quase todos – foram defender seus pontos de vista e a escola de tempo integral; alguns até dizem que essa situação já está resolvida, mas não está. Houve um avanço; o governo cedeu em alguns pontos, mas ela só será totalmente resolvida quando conseguirmos a PEC do Bloco Liberdade e Progresso, composto por alguns amigos e deputados. Isso será feito mediante emenda constitucional, mediante a imposição ao governo para que ele cumpra essa questão do tempo integral.

Gostaria primeiro de agradecer o aprendizado que tive hoje aos nobres colegas que estão aqui há mais tempo e, depois, dizer que outros debates, outros aprendizados e outras questões serão apresentadas neste nosso mandato. Estarei sempre à disposição para buscar o melhor. Não vim aqui para prejudicar ninguém; vim para ajudar o povo mineiro, e fizemos isso, acredito com alguns avanços, não com tudo o que queríamos. Mas, muito em breve, com toda a certeza, chegaremos ao ponto a que desejamos.

Deixo o meu abraço e devolvo a palavra ao presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier* – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar todos os colegas e falar do esforço que esta Casa fez; cumprimentar V. Exa. pela liderança neste processo e dizer, presidente, que aquilo que há de bom nesse projeto que é ruim foi feito por esta Casa.

Foi feito pelos líderes partidários, foi feito pela liderança de V. Exa. e pela legitimidade que o Parlamento tem; foi feito pelo trabalho da relatoria do deputado João Magalhães, pela construção coletiva desta Casa, mas, às vezes, mesmo com todo o esforço, não é possível transformar o que é ruim em bom. Com todo o esforço da Assembleia, pela ruindade do que foi feito, o que é ruim está ficando apenas menos pior.

Como já foi dito por alguns colegas, não é possível acreditar em um projeto que não diz respeito àquilo que foi prometido na campanha, que não diz respeito àquilo que foi construído na campanha. Eu até queria pedir ao amigo que me permitisse falar, porque não sou mais do PSDB - saí exatamente por não concordar com isso. E gostaria de pedir também que, no painel, seja retirado, porque é ruim para mim e para o partido, já que nem estou no partido nem o partido está comigo. Já fiz esse pedido e gostaria de reforçá-lo pelo microfone.

Queria dizer, presidente, que o motivo da minha não presença já foi colocado numa coluna do jornal O Tempo, no dia 25 de janeiro: só acredito naquilo que tem a legitimidade da urna, deputado Sávio, como V. Exa. muito bem disse da tribuna. E é por isso que esse governo está tão combatido, em tão pouco tempo, e tão envergonhado. Quando não se tem legitimidade para governar da maneira como prometeu em campanha, torna-se essa coisa melancólica, que lamentavelmente o governo Zema está se tornando até agora. O que vemos hoje é o retrato da melancolia de um governo manco com apenas quatro meses – e alguns vão para a rede social comemorar, como se a reforma administrativa aprovada hoje fosse uma grande vitória. Na verdade nós todos sabemos que está sendo uma grande derrota, porque o governo falou em R\$1.000.000.000,00, mas tem apenas alguns trocados de economia, considerando a realidade e a necessidade do Estado.

E mais: deputado Sávio, sabe por que o governador não consegue liberar esse projeto e esse processo? Porque, quando as coisas são construídas sem verdade, sem a legitimidade do voto, na construção democrática, se tornam falsas, e nada que é falso prospera a longo prazo. A gente percebe o constrangimento daqueles que, por questões pessoais, fizeram o casamento de pato com jacaré, e têm de vir aqui defender o que não acreditam, já que aquilo que está sendo defendido hoje é o oposto do que foi pregado na eleição.

É a primeira vez na história, deputado Sávio, que eu vejo quem ganhou terceirizar o governo para quem perdeu e quem perdeu governar sem ter a legitimidade do voto. E é por isso que a gente percebe essa melancolia de um governo cambaleante, de um governo que não consegue ter sintonia com aquilo que pregou na urna, com o Parlamento do Estado e, principalmente, com o povo do Estado de Minas Gerais. É triste ver como um projeto tão recente já se tornou tão perecível e o quanto isso é ruim para o Estado de Minas Gerais, porque há grandes desafios a serem enfrentados. Mas a minha esperança, presidente, consiste nesta Casa, neste Parlamento, na força que a Assembleia de Minas está mostrando nesse processo, ao não permitir ser atropelada, ao querer ser respeitada; no entanto, pela força da legislação e pela força da Constituição da República e da Constituição do Estado, ela não pôde fazer mais do que está sendo feito na noite de hoje.

Gostaríamos, sim, que o governo estivesse entregando à população a economia que prometeu na campanha. Gostaríamos que não tivesse sido necessário a Assembleia cortar os jetons que o governador tanto criticou. Gostaríamos que o governador não tivesse feito um papelão ao dizer, durante toda a campanha, que avião era farra aérea e, após ganhar a eleição, ser constrangido a dizer que é uma necessidade – e todos sabemos que é necessidade num Estado que tem a dimensão da França. É uma importante lição para que o Partido Novo governe ou pelo menos tente governar, de verdade, com uma maneira nova, sem populismo, sem demagogia, sem promessas e propagandas daquilo que de fato não está fazendo.

Tomara que o governo tenha a sensibilidade, na noite de hoje, presidente, de entender o recado que está vindo desta Casa: só se governa com a legitimidade do voto, mas, para que a legitimidade do voto seja mantida, ele tem que estar alinhado com aquilo que foi apregoado na campanha. Porque não é isso que estamos vendo. Não se governa terceirizando para quem perdeu e não se lidera com legitimidade sem conquistar liderança na urna oriunda do povo do Estado.

É uma vitória da democracia, do equilíbrio dos Poderes, do equilíbrio do Parlamento de Minas Gerais, que infelizmente não entrega a Minas Gerais, hoje, um projeto do tamanho e com a qualidade que gostaríamos. Estamos entregando aquilo que é possível, e o melhor possível dentro do que foi construído.

Para encerrar, presidente, fica um recado muito importante: esta Casa não vai se fazer de surda, principalmente no tocante à parte ambiental, deputado Sávio. O que o governo tentou fazer, ou seja, empurrar goela abaixo a flexibilização daquilo que foi discutido nesta Casa em relação a normas mais rígidas, é vergonhoso. É vergonhoso! Mas esta Casa teve a altivez de colocar o pé no toco e não permitir que, apenas dois meses depois da aprovação do Projeto Mar de Lama, fosse escancarada uma abertura para que o desrespeito ambiental continuasse no Estado. Parabéns, presidente Agostinho! Parabéns aos líderes dos blocos e àqueles que tiveram legitimidade para construir a força do Parlamento nesse processo. Esperamos que aqueles que saem derrotados daqui, na noite de hoje, aprendam a lição: para governar é preciso ter legitimidade e coerência, que é o que não vimos até aqui.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 3, salvo emendas e destaques.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho Sintrocel –

Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O deputado Gustavo Santana – Presidente, registre-se o meu voto “sim”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 66 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 3, salvo emendas e destaques. Com a aprovação do Substitutivo nº 3, ficam prejudicados os Substitutivos nºs 1 e 2 e as Emendas de nºs 19, 21, 22, 23, 38, 69, 70, 71, 72, 75, 78, 82, 84, 85, 86, 88, 97, 160, 177, 188, 189, 196, 204, 211, 222, 225, 228, 229, 244, 245, 255, 260, 261, 262, 265, 271, 283, 285, 286, 292, 306 e 310, bem como as Emendas nºs 324 a 361 contidas na Mensagem nº 19/2019, do governador do Estado. Votação das emendas com parecer pela rejeição, salvo destaques.

Questão de Ordem

O deputado Cássio Soares – Sr. Presidente, com relação a essas emendas com parecer pela rejeição, em nome do Bloco Liberdade e Progresso, quero orientar, sugerir a votação “não”, rejeitando a emenda com parecer pela rejeição.

O presidente – Em votação, as Emendas nºs 1, 3 a 7, 9, 13, 24 a 37, 39 a 68, 73, 74, 81, 83, 87, 89 a 96, 98, 101 a 104, 106 a 116, 118, 119, 121 a 123, 126, 129, 130, 132 a 134, 136 a 139, 141, 142, 144 a 146, 150 a 153, 153-A, 156 a 159, 161, 162, 164, 166 a 168, 170, 174, 176, 178, 179, 184 a 186, 190 a 195, 197 a 203, 205 a 210, 212 a 216, 218 a 221, 223, 224, 226, 227, 230 a 232, 234 a 236, 239, 247, 249, 253, 254, 264, 266, 269, 270, 272 a 281, 284, 287 a 291, 293 a 303, 305, 307 a 309, 311, 312, 317, 323, 362 a 364 e 366.

– Registram “não”:

Alencar da Silveira Jr. – Antonio Carlos Arantes – Bartô – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tito Torres – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registra “branco”:

Virgílio Guimarães.

O presidente – Votaram “não” 52 deputados. Não houve voto favorável. Houve 1 voto em branco. Estão rejeitadas as emendas com parecer pela rejeição, salvo destaques. Votação da Emenda nº 238.

O deputado Gustavo Valadares – Eu peço a leitura dessa emenda.

O presidente – É regimental. A presidência solicita ao secretário que faça a leitura da Emenda nº 238.

O secretário – (– Lê a Emenda nº 238, que foi publicada na edição do dia 1º/5/2019.).

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira* – Presidente, eu vou encaminhar favoravelmente a esta emenda. Quero fazer um apelo a cada deputado e a cada deputada presente neste Plenário. Antes cumprimento aqueles que, até esta hora, nos acompanham nessa luta importante. Vencemos algumas, não vencemos outras, mas continua o compromisso com aquelas que a gente não venceu de permanecermos tentando fazê-las pelo tempo que for necessário.

Presidente, ao subir a esta tribuna e dirigir-me aos colegas, que são deputados e deputadas, e ao fazer o encaminhamento favorável a essa emenda, estamos falando de quase um milhão de beneficiários do Ipsemg. Estamos falando de homens, mulheres e crianças que, a cada dia, têm tido o seu direito à prestação do serviço de saúde cada vez mais negado, em função das condições em que o nosso instituto se encontra. É preciso termos um papel propositivo. Aqui nesta Casa, acredito que todos os parlamentares, nas suas bases eleitorais, já receberam o encerramento de um convênio, o não credenciamento de uma clínica ou de um médico, ou informação de que aquela cirurgia marcada para um beneficiário foi cancelada por problemas relativos a repasse de recursos.

Todos nós enfrentamos essas denúncias nas bases eleitorais que nos trouxeram a esta Casa.

Essa emenda é a possibilidade de resgatar o Ipsemg para os seus servidores. Como? Dando-lhe a autonomia financeira necessária para que não só a contribuição do servidor, como também a parte patronal sejam diretamente entregues a ele, sem intermediários. Assim, poderemos ajudar o instituto a se reerguer, a se reestruturar. Essa proposta foi construída a partir do nosso bloco. Destaco o empenho do deputado Celinho Sintrocel, que deu uma grande contribuição nessa construção, e destaco também a importância dos sindicatos e das associações que construíram coletivamente esse processo, que nos levou a debater essa emenda e a pedir a cada deputado e a cada deputada que possamos resgatar o nosso instituto, dando-lhe a autonomia necessária, aprovando-se essa emenda que apresentamos.

Faço esse apelo, porque não teremos outras oportunidades para fazermos o Ipsemg retornar aos seus servidores e dar a possibilidade de sua reestruturação. Apelo a cada deputado, a cada deputada presente neste Plenário: que possamos fazer a votação favorável ao Ipsemg e, com isso, a sua reestruturação necessária. Essa votação favorável será favorável também a todos os servidores públicos do Estado de Minas Gerais e às suas famílias.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Guilherme da Cunha.

O deputado Guilherme da Cunha* – Sr. Presidente, o encaminhamento do nosso bloco, o encaminhamento do governo, em atenção a toda a colaboração feita pela Casa e também pelos servidores do Ipsemg, que muito contribuíram para a construção de um projeto melhor, mais plural e mais aberto, também é favorável ao projeto.

O presidente – Em votação, a Emenda nº 238.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 65 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 238. Votação da Emenda nº 322. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sávio Souza Cruz.

O deputado Sávio Souza Cruz* – Sr. Presidente, nobres pares, a emenda destacada propõe que se reservem 50% dos cargos comissionados nas áreas-fins do governo do Estado para serem ocupados por servidores efetivos, servidores de carreira.

Sr. Presidente, nobres pares, essa emenda destacada propõe que se reservem 50% dos cargos comissionados, nas áreas-fins do governo do Estado, para serem ocupados por servidores efetivos, servidores de carreira. Esse percentual eleva-se para 70% nas áreas-meio. Esse dispositivo aprovado, além de vir ao encontro de toda a pregação do atual governo, convém, de fato, à profissionalização do serviço público, para que a gente tenha a continuidade de políticas públicas, que, às vezes, são políticas de Estado, e não políticas de governo. Então que a máquina esteja preferencialmente preenchida com servidores efetivos e que darão continuidade às suas ações.

Além disso, esse simples dispositivo, tão fácil de ser cumprido, tem o condão de, sozinho, possibilitar uma economia maior do que toda a economia proposta em toda a reforma que veio do governo do Estado. Só essa emenda vai possibilitar que a gente eleve o valor de R\$29.000.000,00, que é a economia que o projeto do governo propiciaria, para mais de R\$62.500.000,00.

Portanto, quero encaminhar e pedir ao nosso bloco e aos demais blocos compreensão para que possamos, todos, aprovar esse dispositivo que, além de saneador, é um dispositivo pedagógico e que possibilita uma importante economia aos cofres do Estado. Muito obrigado. Encaminho pela aprovação, votando “sim” ao dispositivo destacado.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, gostaria de saber quem é o autor dessa emenda e peço que se faça a leitura dela, na íntegra.

O presidente – É regimental. A presidência solicita ao secretário que faça a leitura da Emenda nº 238.

O secretário – (– Lê a Emenda nº 322, que foi publicada na edição do dia 1º/5/2019.).

O presidente – Em votação, a Emenda nº 322.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Inácio Franco – João Leite – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

– Registram “não”:

Bartô – Duarte Bechir – Fernando Pacheco – Guilherme da Cunha – Laura Serrano.

O presidente – Votaram “sim” 49 deputados. Votaram “não” 5 deputados. Está aprovada a Emenda nº 322. Votação da Emenda nº 367. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cássio Soares.

O deputado Cássio Soares* – Sr. Presidente, nobres colegas deputadas e deputados, população mineira que acompanha a Assembleia nesta véspera de feriado, trabalhando arduamente em prol da população mineira. Encaminho, Sr. Presidente, a Emenda nº 367, de autoria do deputado Alencar da Silveira Jr., que diz: “Acrescente onde convier o seguinte artigo: ‘ao ocupante de cargo de livre nomeação e exoneração da administração direta e indireta do Poder Executivo é vedado o acúmulo da remuneração com a parcela indenizatória pelo exercício de função de conselheiro fiscal ou de administração em empresa pública, sociedade de economia mista e empresa privada’”. Isso porque o que vemos hoje é um salário altamente defasado por parte dos ocupantes da administração, em especial os próprios salários do governador, do vice-governador, dos secretários de Estado, que possuem atribuições e

responsabilidades muito grandes e aí vêm fazendo os chamados puxadinhos, ajeitamentos. Tanto é que tivemos recentemente anunciado pelo governo do Estado a participação em dois conselhos de estatais da secretária de Estado de Educação.

Enfim, não somos contra a boa remuneração dos ocupantes de cargos públicos, mas estamos fazendo aquilo que o próprio governador defendeu, de forma muito veemente, durante a campanha eleitoral. Estamos ajudando o governo a fazer de forma definitiva o conserto dessas distorções que ele próprio está considerando.

Dessa forma, Sr. Presidente, tenho a certeza de que o nosso encaminhamento favorável a essa emenda, solicitando que o Bloco Liberdade e Progresso, sugerindo aos nossos parlamentares e a todos os deputados desta Casa que aprovem esta emenda, é justo. Considerando, Sr. Presidente, que as demais atitudes que tivemos ao longo deste tempo, ao longo das discussões desse projeto foram de ampliar as economias, haja vista que o projeto original do governador do Estado contemplaria a criação de 14 secretarias. A nossa Assembleia fez questão de reduzir para 13. Se quiséssemos, poderíamos ter reduzido ainda mais, mas, diante do apelo que o governo fez, mantivemos essa redução para 13 secretarias.

No mais, meu caro presidente Agostinho, nobres parlamentares, temos uma responsabilidade muito grande para com Minas Gerais e vamos seguir nessa mesma linha para que possamos dar aos mineiros o melhor tratamento, assim foi na incansável e árdua luta de todos os parlamentares em defesa da educação em tempo integral, quando tivemos o reconhecimento do governo de que naquele momento foi um erro drástico cortar 80 mil crianças das escolas. Muito obrigado, Sr. Presidente. Votem “sim”, por gentileza.

O presidente – Em votação, a Emenda nº 367.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Gustavo Santana – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

– Registram “não”:

Guilherme da Cunha.

O deputado Noraldino Júnior – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 54 deputados. Votou “não” 1 deputado. Está aprovada a Emenda nº 367. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 367/2019 na forma do Substitutivo nº 3, com as Emendas nºs 238, 322 e 367. À Comissão de Redação.

Antes de iniciarmos as declarações de voto, quero agradecer a todos os deputados. Nós estamos aqui, às 22h35min, no empenho desta Casa para que esse projeto fosse votado e tivesse o desfecho que a maioria da Casa quis dar a ele.

Portanto, iniciando o processo de declaração de voto, permitam-me também parabenizar o relator João Magalhães e toda a equipe técnica da Casa, que trabalhou, durante as últimas semanas, de forma incansável para que pudéssemos chegar hoje à votação desse processo.

Declarações de Voto

O deputado Bosco – Sr. Presidente, deputado Agostinho, quero, de forma breve, primeiramente, fazer uma saudação a V. Exa., a todos os deputados e a todas as deputadas pelo trabalho dedicado a esse projeto da reforma administrativa. Contudo, sabemos

que esse projeto contou com uma participação efetiva de quase a totalidade dos deputados e deputadas desta Casa. Quero saudar o deputado João Magalhães, relator; e o deputado Guilherme, do Partido Novo, que foi, inicialmente, relator na CCJ e deu uma contribuição também extremamente importante para chegarmos até aqui. Quero dizer a todos e a todas que não tenhamos dúvida alguma de que avançamos, e avançamos muito bem, sobretudo, com um diálogo permanente com o governo do Estado. Então, praticamente todas as mudanças, todas as emendas parlamentares acatadas, aprovadas e acolhidas pelo relator foram submetidas ao governo do Estado e apreciadas pelo governo do Estado. Houve uma sinalização positiva para que fossem inseridas no projeto. É claro que nem todas as emendas, já que tivemos mais de duzentas, puderam ser acolhidas e aprovadas nessa reforma administrativa. Algumas dessas recusas foram justificadas aqui por uma questão de constitucionalidade, porque não caberiam neste momento. Não significa que não poderão ser apresentadas essas matérias, através de emendas ao projeto, em outras oportunidades. Sr. Presidente e caros colegas deputados e deputadas, gostaria de falar de uma comissão pela qual tenho um carinho imenso, aliás, comissão essa a que me dedico, junto aos meus pares, em um trabalho exaustivo, sobretudo, buscando a valorização da cultura de Minas Gerais. Nós sabemos que estamos num Estado que se diferencia de todos os estados da Federação. Um Estado que tem um valor cultural imensurável, quer seja material ou imaterial, Celinho Sintrocel. É claro que gostaríamos de ter uma secretaria específica para a cultura, como gostaria para o turismo e outras pastas. Mas este é um momento em que o Estado atravessa uma crise financeira sem precedente, quando o governo propõe reduzir despesas para buscar o equilíbrio necessário e financeiro do nosso estado. Nós, evidentemente, tivemos que entender que seria o momento de promovermos algumas junções. Acredito eu, deputado Noraldino, que essa junção da Secretaria de Cultura com a Secretaria de Turismo não trará grandes prejuízos para a cultura ou para o turismo, porque são duas áreas que caminham muito juntas. Basta verificar as cidades históricas e veremos que a cultura e o turismo e o turismo e a cultura sempre estão lado a lado. Presidente, para finalizar, gostaria de dizer, aqui, que nós participamos de uma reunião há praticamente um mês com vários segmentos de Minas Gerais, com a região metropolitana, com integrantes do fórum da cultura. De forma democrática, ouvimos esses representantes e solicitamos que nos encaminhassem sugestões para o incremento dessa Secretaria de Cultura junto à de Turismo. Aí, Celinho, conseguimos a aprovação de praticamente todas as emendas. Foi criada a Superintendência de Fomento Cultural, Economia Criativa e Gastronomia, com três diretorias subordinadas. Tivemos, também, um ganho, ou seja, a criação da Superintendência de Bibliotecas, Museu, Arquivo Público e Equipamentos Culturais, com quatro diretorias. Todas essas superintendências não estavam sendo contempladas no projeto original. Nós conseguimos emplacar essas duas superintendências com secretarias, com diretorias subordinadas a elas. Além do mais, conseguimos inserir a assessoria do audiovisual. Está aqui a nossa amiga, a Liane, que acompanhou de perto. Conseguimos vários avanços. Não conseguimos evitar a junção, porque, realmente, o momento não nos permitia e não permite ao governo. Porém, conseguimos garantir, dentro da estrutura da Secretaria de Cultura e Turismo, uma grande representatividade de segmentos tão importantes da cultura. Então, ainda que com a junção da cultura com o turismo, tivemos ganhos importantes. Tenho a certeza absoluta que o governo, assim que promover, João, o equilíbrio econômico do Estado poderá rever essa estrutura lá na frente e poderemos, quem sabe, ter uma secretaria específica de cultura, uma secretaria específica de turismo. O primeiro passo está sendo dado. Presidente, mais uma vez, parabéns pela condução dos trabalhos. Realmente, a condução e a articulação de V. Exa. nos propiciou chegar até este momento com a aprovação dessa nova estrutura de governo, que, tenho certeza, possibilitará o trabalho do nosso governador, Romeu Zema.

O deputado Celinho Sintrocel – Sr. Presidente, deputados e deputadas presentes, exatamente às 22h30min, na data de hoje, acabamos de aprovar, na Assembleia Legislativa, o projeto de lei do governador, que trata da reforma administrativa. De certa forma, no meu encaminhamento, na minha declaração de voto, quero registrar que esta Casa, os 77 deputados aqui presentes, deram a sua parcela de contribuição, fazendo várias sugestões, contribuindo com emendas parlamentares e fazendo com que o Estado possa estar no caminho de um entendimento, de uma direção, de tirar o povo mineiro de todo o sofrimento que os trabalhadores vêm atravessando. Na minha modesta opinião, acho que ainda não estamos aprovando uma reforma administrativa que realmente poderíamos estar aprovando em Minas Gerais. A proposta ainda é tímida; é uma proposta que faz reduções muito fortes no número de

servidores do Estado em cargos comissionados, diminuindo, de certa forma, o número de secretarias, mas não traz, em seu bojo, desenvolvimento para Minas na linha do crescimento da geração de emprego e na linha do crescimento de maior receita para o Estado, com políticas públicas que verdadeiramente possam minimizar ou tirar a sociedade de um sofrimento, em se tratando de segurança pública, saúde, educação e tudo isso que é importante para todos nós. A sociedade vem cobrando justamente isso de nós, parlamentares. Tudo o que o povo quer é uma saúde melhor, uma educação melhor, investimento nessas políticas públicas. Contudo, entendemos que a proposta não alcança, de forma avançada, essas políticas públicas. Mas temos que destacar que houve avanços, e nós, deputados do bloco, tivemos a oportunidade de apresentar emendas. Eu não poderia deixar de destacar a nossa parcela de contribuição em todas as audiências públicas, nossa manifestação pela manutenção da Escola de Saúde Pública nos moldes em que já vem funcionando em nosso Estado. O que foi conquistado é muito relevante para todos nós de Minas. Não podemos também deixar de destacar o nosso trabalho em prol dos trabalhadores, dos servidores do Estado, de seus dependentes e de seus familiares em relação ao Ipsemg. Ao lado da deputada Beatriz Cerqueira, conseguimos apresentar a emenda parlamentar que foi votada hoje, destacada, para podermos resgatar a autonomia financeira do Ipsemg, fazer com que o Estado garanta o repasse das contribuições dos trabalhadores a seu favor e também o repasse das coparticipações, que hoje são dever do Estado. Cumprindo esses pagamentos, o Estado, de certa forma, vai minimizar o sofrimento de uma parcela muito grande da sociedade que está no interior de Minas e pede socorro, pede a retomada dos serviços dos prestadores de serviços, principalmente no que diz respeito às unidades hospitalares. Espero que o governador do Estado possa cumprir essa emenda, cuja aprovação foi quase unânime hoje, para que os repasses sejam feitos ao Ipsemg, em conta própria, sem que fiquem retidos na Secretaria de Fazenda. Também não poderia deixar de destacar a nossa emenda e o nosso trabalho, a nossa participação, durante a discussão desse projeto, na questão da escola de tempo integral. O governo hoje garantiu que, neste ano de 2019, retoma a escola em tempo integral para 55 mil alunos do nosso Estado e que, em 2020, vai colocar o total de 110 mil crianças em escolas de tempo integral. Isso para nós foi um grande avanço e teve uma importância muito grande porque os pais estavam apavorados com a retirada de seus filhos, num total de quase 80 mil, das escolas de tempo integral. A Assembleia dá a sua contribuição a esse entendimento e ajuda as pessoas que têm mais dificuldade, que vivem na vulnerabilidade, com problemas socioeconômicos. Estamos construindo essa direção junto à bancada de deputados e estamos na linha certa. Por isso declaro o meu voto dando a nossa contribuição. Fica a esperança de que esta Assembleia possa receber projetos para que possamos votar a geração de emprego, mais receita e mais desenvolvimento para Minas Gerais e para que o povo mineiro tenha a esperança de uma qualidade de vida melhor. Muito obrigado.

O deputado Ulysses Gomes – Presidente, ao declarar meu voto, quero rapidamente compartilhar uma reflexão muito rápida e um ponto específico dessa votação da reforma administrativa. O ponto específico que não tivemos oportunidade de pontuar durante o processo de debate diz respeito à proposta do governo que vem sendo executada ao longo dos últimos meses: o fechamento das unidades de administração fazendária no interior do Estado de Minas Gerais. Uma ação puramente baseada no critério que o governo vem anunciando de redução de gastos e de suas estruturas, dizendo que permanecerá com essas unidades apenas onde houver prédio próprio do Estado e, onde os municípios não arcarem com esse custo, ele irá retirar, estará penalizando, dessa forma, ainda mais os municípios e principalmente os produtores rurais. Vou citar um caso da nossa Região do Sul de Minas. Cidades como Cambuí, Camanducaia, Pouso Alegre, Itajubá, Andradas, várias cidades em que o governo denunciou que vai cortar, permanecendo a unidade apenas na cidade de Paraisópolis, sem olhar que o agricultor, aquele que planta e cultiva, por exemplo, o morango, lá na cidade de Bom Repouso, lá na cidade de Senador Amaral, não terá mais oportunidade de tirar a sua nota fiscal, fazendo com que o produtor rural tenha mais dificuldade e o município perca com a arrecadação, porque, a partir do momento em que tem menor volume de dinheiro no município, perderá dinheiro com arrecadação do VAF. Então, nesse sentido, propusemos uma emenda, com vários deputados, e quero agradecer aos deputados Antonio Carlos Arantes, Professor Cleiton, Cristiano e Bechir, que acreditaram nessa nossa proposta e aos deputados, na pessoa do relator João Magalhães, que acolheram essa nossa proposta, limitando o corte do governo do Estado nessas unidades da administração fazendária, permitindo que várias unidades continuem com esse trabalho, onde

os funcionários poderão exercer a sua função, oferecendo, na ponta, ao agricultor a facilidade da emissão dessas notas e, obviamente, proporcionando ao município uma melhor arrecadação. Falo isso, Sr. Presidente, porque esse corte penalizaria muito. É um pouco no sentido do que vai a lógica do governo. Ele não está vendo a dificuldade do pequeno. Se a gente for analisar hoje a arrecadação do Estado, mais ou menos 45% do que o Estado arrecada em ICMS concentra-se em 10 empresas; e 80%, em 500 empresas. E ele simplesmente corta essas unidades, porque esses grandes não dependem dessas unidades. Então eu queria agradecer por esse ponto importante para nós, da região do Sul de Minas, que, obviamente, beneficiará muitas cidades do Estado, garantido, na emenda que fizemos, na aprovação da lei, a permanência dessas unidades das administrações fazendárias. Por fim, uma reflexão rápida, Sr. Presidente. A nossa expectativa é que o governador Romeu Zema compreenda o que aconteceu nesta Casa, nesses dias de debate, de diálogo, e hoje, de votação. Primeiro, no gesto do nosso bloco. Obviamente, como oposição, no caso do nosso partido, foi um gesto de compreensão, de diálogo e de contribuição, nesse momento importante que o Estado vive, que é de uma renovação e de dificuldade econômica. Apoiamos essa reforma, obviamente apresentando várias sugestões e avanços naquilo que tem sido um grande questionamento nosso. O governo tem feito escolhas equivocadas, cortando daqueles que mais precisam do serviço público. É isso na educação, não só na escola de tempo integral como também nos empenhos e investimentos na educação, área que já soma mais de 15% de redução de empenhos, comparados ao ano passado; na área da saúde, mais de 36%, comparados ao mesmo período do ano passado. Fez um estardalhaço danado de uma grande economia em torno dessa reforma, que, na prática, não aconteceu, não era real. Então está na hora de o governador... Algumas pessoas questionam: “Vocês agora ficam criticando o governo do Estado. Quando era outro governo, vocês não questionavam”. Muito pelo contrário, a nossa responsabilidade em administrar o Estado falido, que pegamos em 2014, é a mesma responsabilidade de apoiar aquilo que venha a dar um caminho de desenvolvimento para Minas. A reforma não é esse caminho. Pode ser um passo para que a gente comece essa discussão. Sem dúvida nenhuma, aquilo que pautamos ao longo dos anos, pela dificuldade econômica que o Estado passava, diz respeito a uma bandeira fundamental que o governador ainda não entendeu, que diz respeito à Lei Kandir. E vamos pautá-la, ao longo dos próximos meses, assim como a gente vem fazendo. Então espero que esse gesto do nosso bloco, que essa votação aqui, que o recado da Assembleia, que aprimorou, buscou cortes importantes e entregou ao governo do Estado uma economia de mais que o dobro, ou seja, maior do que aquela que ele anunciou, possa ser um motivo para que o governador compreenda que a Assembleia é uma parceira. É uma parceira não dele, mas do governo, uma parceira de Minas Gerais. Dessa forma é a liderança com que V. Exa. vem conduzindo a Assembleia. Tenho certeza de que os sinais que demos aqui hoje, trabalhando incansavelmente para encontrar caminhos para um crescimento sustentável em Minas Gerais, é o recado que o nosso bloco tem dado também na parceria entre os deputados. Conte conosco. Com certeza, presidente, o povo mineiro terá, na contribuição do Bloco Democracia e Luta, aquilo que, de fato, sempre defendemos: um estado com transparência, um estado real, que não seja um estado de palanque eleitoral, mas um estado que ofereça, para a vida daqueles que mais precisam dele, o apoio das políticas públicas essenciais em que avançamos hoje com a votação desta Casa. Muito obrigado.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, primeiramente, gostaria de parabenizar V. Exa. pela condução dos trabalhos, parabenizar os colegas deputados. E, como todos os colegas deputados falaram aqui, o processo eleitoral acabou. Acho que o governo viu que entrou com um projeto de reforma administrativa nesta Casa, e que esse projeto saiu dela com uma forma diferente, graças à contribuição de vários companheiros e companheiras. A oposição teve um papel fundamental. Não vimos aqui, hoje, nas falas dos colegas da oposição nem durante todo esse processo, de maneira nenhuma, diálogos raivosos. A oposição, inteligente, quando quer, ajuda a governar. E é esse que tem sido o diálogo. Não podemos dizer que o projeto não teve espaço para discussão; teve. Fomos convidados pelo governo; o deputado Guilherme se assentou conosco. Talvez, o tempo não tenha sido muito, mas foi um processo com muito diálogo sim, e conseguimos junto com o povo. Quero destacar o processo dos servidores da Escola de Saúde Pública, que foi fundamental. Não foi uma vitória simplesmente dos deputados, foi uma vitória dos servidores e do povo mineiro. Aquela escola cumpre papel fundamental na formação de gestores. Eu disse na audiência e repito: se o governo souber, vai aproveitar muito aquela Escola de Saúde Pública, inclusive, na condução dos trabalhos. Aquele é um espaço para formar gestores. Há como aproveitar e

empoderar aquela escola, e muito. É uma pena que o mesmo não tenha sido feito na questão da Secretaria de Turismo nem na da Secretaria de Cultura. Vejo isso com muita tristeza. Amanhã é o dia do trabalhador, e essa questão nos deixa tristes. Eu não vejo que, se juntarmos essas duas secretarias, geraremos mais emprego e renda. Se a ideia é gerar emprego e renda, não é por aí. Há uma outra questão que me deixa muito triste, Sr. Presidente; vi que muitos colegas deputados consideram que houve uma vitória, mas realmente eu não saio satisfeito com a questão da escola em tempo integral. Amanhã, mais uma vez, lembro: é dia do trabalhador, e muitos trabalhadores neste estado vão amanhecer sem perspectiva; muitas mães e pais neste estado vão amanhecer sem perspectiva. Mas a luta permanece, a luta continua. Para finalizar, queria aproveitar e deixar um grande abraço a todos os servidores desta Casa; parabenizá-los pelo trabalho feito. Nós, deputados, não teríamos feito sem vocês, servidores desta Casa. E parabéns a vocês por todos os dias e por amanhã, que é um dia de luta, dia do trabalhador, um momento histórico neste país em que estamos vivendo a perda de direitos. A reforma trabalhista foi feita, prometeu gerar empregos, mas não gerou; a reforma da Previdência, na verdade, é o desmonte da Previdência, que também promete gerar empregos, mas, com certeza, não gerará. Acho que amanhã o trabalhador brasileiro não terá o que comemorar. Na verdade, terá um dia de luta; não de resistência, porque não devemos ficar parados, mas devemos persistir. Quero deixar um abraço a todos os trabalhadores deste estado, a todos os trabalhadores deste país.

O deputado Noraldino Júnior – Sr. Presidente, Srs. Deputados, finalmente quero manifestar a minha alegria pelo fim desse processo. Como vários outros deputados disseram, houve vários avanços: o projeto foi votado, mas não da forma como veio; a Assembleia Legislativa teve a oportunidade de aprimorá-lo. Nós demos um importante recado e mostramos ao governo nossa vontade e disposição de o auxiliar. Então, Sr. Presidente, quero registrar, primeiro, a manifestação de confiança de todos os deputados na condução dos trabalhos desta Casa Legislativa por V. Exa. Acho que a liderança de V. Exa. nesta Casa, presidente Agostinho, e sua credibilidade junto a todos os parlamentares deveriam ser mais utilizadas pelo governo do Estado. Por fim, Sr. Presidente, quero agradecer as emendas que foram contempladas nesse importante projeto. Agradeço ao deputado João Magalhães e a todos os outros deputados. Houve emendas propostas pela Comissão de Meio Ambiente, de que tenho a grata satisfação de ser o presidente – e falo em nome do deputado Raul Belém, do deputado Osvaldo Lopes, do deputado Carlos Pimenta e do deputado Gustavo Santana, que também foram autores dessas emendas. Tivemos a grande preocupação de garantir a estrutura necessária para a Secretaria de Meio Ambiente cumprir suas atribuições, entre elas, deputado João Magalhães, relator, a execução do projeto de lei Mar de Lama Nunca Mais, que vai dar segurança aos cidadãos mineiros e a todos que moram no entorno de barragens. Agradeço a V. Exa. e ao deputado Agostinho Patrus e faço uma última referência tão importante quanto as outras: pela primeira vez no Parlamento, tivemos o reconhecimento e colocamos em uma secretaria a responsabilidade pelos animais domésticos do Estado, o qual não era definido antes – a responsabilidade pelas políticas públicas relacionadas aos animais domésticos era evitada por todas as secretarias. Sr. Presidente, houve um avanço muito grande nesta noite de terça-feira, e quero repetir que a liderança e a credibilidade que V. Exa. tem junto a todos os deputados deveriam ser mais aproveitadas pelo governo do Estado, para conquistarmos mais avanços. Parabéns pela condução de V. Exa. Um grande abraço. Boa noite a todos.

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, na minha declaração de voto, quero dizer da importância de termos mantido a Escola de Saúde Pública, de termos votado uma emenda que possibilitará ao Ipsemg a sua reorganização. Mas, permita-me, presidente, fazer algumas observações. A Secretaria de Desenvolvimento Agrário era importante para Minas Gerais, porque lidava com políticas para a agricultura familiar, que não tem os mesmos pesos e processos que o agronegócio. Ela cumpria um papel importante, e lamento profundamente que o governo do Estado agora não acredite, não invista nessa relação com a agricultura familiar e que vemos, cada vez mais, os agrotóxicos tomarem uma dimensão que não deveriam. Então, quero registrar que a Secretaria de Desenvolvimento Agrário era importante. Quero também registrar, presidente, que a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania também era muito importante, dialogava com questões fundamentais de vários setores da sociedade, e a sua extinção, assim como a de outras secretarias, não trará economia. Daqui a pouco, quando chegar o final de 2019, poderemos fazer um balanço do que foi essa reforma. Vamos constatar que ela não trouxe economia. A economia do nosso estado e o

desenvolvimento econômico se darão por outros processos, não pelos cortes que o governo do Estado apresentou a esta Casa. Então queria deixar o registro em relação a essas secretarias. Também quero deixar o registro da importância da Secretaria de Cultura. De fato, não há uma explicação lógica em não se manter uma secretaria que cuide exclusivamente da política relacionada à cultura. Acho que a sua fusão com outra secretaria é uma afronta a todo o processo cultural do nosso Estado e do nosso país. Acho que foi um erro, um equívoco enorme. Quero deixar isso registrado na minha declaração de voto. Por fim, presidente, quanto à escola de tempo integral, temos ainda uma jornada pela frente. O recuo do governo Zema em relação ao número de vagas não é imediato. O governo Zema não falou sobre os 9 mil trabalhadores que estarão sem seus postos de trabalho, em relação a não continuidade da escola de tempo integral na sua totalidade, neste momento. Então, para finalizar, registro que persistiremos na luta pela educação integral imediatamente, por outras vias. Já temos uma PEC, já temos um projeto de lei, já acionamos o Ministério Público, já judicializamos e vamos manter a mobilização das comunidades escolares até que possamos reverter a situação em cada município, em cada escola. Sr. Presidente, obrigada pela gentileza e atenção. Essa é a minha declaração de voto em relação ao processo de votação que tivemos nesta noite.

O deputado Bruno Engler – Presidente, na minha declaração de voto, quero apenas deixar claro que votei a favor da reforma administrativa. Entendo que ela não contempla tudo que precisa ser mudado na gestão pública em Minas Gerais, mas creio que o governo tem de ter autonomia de gestão, tem de ter recursos para gerir o Estado como acha que será mais eficiente. Acho que a nossa Casa precisa andar. Então foi muito positivo a gente ter conseguido aprovar a reforma administrativa. Quero falar das emendas. Votei a favor da emenda do deputado Sávio Souza Cruz, que estipula uma porcentagem mínima de funcionários de carreira no governo do Estado. Creio que essa é uma emenda que auxilia o governo a cumprir uma promessa de campanha, já que ele se elegeu dizendo que contrataria pessoas técnicas, pessoas que fariam um bom trabalho por Minas Gerais. E quem melhor que os funcionários de carreira, que são pessoas que já conhecem a área e que vão poder trabalhar muito bem para o governo do nosso Estado, para isso? Votei também a emenda do deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe os jetons para os secretários que têm cargos em conselhos de empresas estatais, para aumento do salário deles. Isso é tudo o que o partido sempre criticou, que o governador sempre criticou na sua campanha e chamou de política velha, de politicagem com o aparelhamento do Estado. Acho que é, no mínimo, incoerente o governo não se opor a essa medida. Então aprovamos, nesta Casa, a proibição dos jetons, e creio que esse foi um grande avanço. Quero falar também da emenda proposta pelo Bloco Democracia e Luta, a qual dá autonomia de gestão e autonomia financeira ao Ipsemg e faz com que o dinheiro do servidor público não passe por intermediário, mas vá direto do bolso do servidor público para os cofres do Ipsemg – e, da mesma maneira, com os recursos patronais. É uma emenda que veio do bloco de oposição Democracia e Luta. Votei a favor porque creio que é uma emenda positiva. Creio também que é uma emenda que chega com alguns anos de atraso porque, infelizmente, não é de hoje que os recursos do Ipsemg e do IPSM são desviados pelos governos passados. Durante os quatro anos do governo Pimentel, os recursos do Ipsemg e os recursos do IPSM foram desviados pelo governador. E esta Casa, de maioria governista, nada fez a respeito disso. Mas, antes tarde do que nunca, a emenda foi proposta pelo Bloco Democracia e Luta. Votei a favor da emenda. Creio que uma das grandes missões deste novo governo é desfazer um pouco do estrago que o Pimentel deixou em Minas Gerais. Acredito que esse seja um passo no caminho certo, ou seja, o respeito ao erário e ao dinheiro do contribuinte e dos servidores do nosso Estado.

O deputado Tadeu Martins Leite – Presidente, primeiramente, quero parabenizar V. Exa. pela condução dos trabalhos nestes últimos dias. Felizmente, hoje conseguimos votar essa reforma administrativa. Quero parabenizar esta Assembleia e todos os parlamentares que não só se debruçaram sobre a matéria, mas também aprimoraram a reforma administrativa que chegou a esta Casa. Os parlamentares não só levantaram temas importantes da reforma, mas também, de forma especial, caro deputado e amigo Bruno Engler, conseguiram trazer para o Estado uma economia de pouco mais de R\$62.000.000,00 por ano, diferentemente da forma que entrou aqui, que previa uma economia de pouco mais de R\$30.000.000,00 por ano. Portanto, parabéns esta Casa. Em segundo lugar, queria destacar a vitória da bancada do Norte do Estado de Minas Gerais. Agradeço ao relator, deputado João Magalhães, que fez um

belo trabalho. Esse projeto recebeu quase 300 emendas, e ele conseguiu se organizar e fazer um belo relatório. Queria agradecer a esta Casa e parabenizá-la, agradecer a todos os parlamentares por terem, de fato, votado a favor dessas duas emendas, que já haviam sido contempladas no relatório do deputado João. A bancada do Norte incluiu a garantia das políticas públicas que eram feitas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste, por meio de uma subsecretaria vinculada à principal estrutura do Estado hoje, que será a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e também a criação de uma Subsecretaria de Ensino Superior, em que possamos incluir o trabalho do ensino superior, vincular a Uemg e a Unimontes dentro da Secretaria de Educação. Sr. Presidente, essas eram as duas reivindicações fundamentais das regiões Norte e Nordeste do Estado de Minas Gerais. E, agora, com essa votação que finalizamos pouco mais de 11 horas da noite desta quarta-feira, conseguimos mais essa vitória para o Norte do Estado, para a região Nordeste de Minas. Quando o governo federal faz um recorte diferenciado do Norte de Minas, não é à toa que pouco mais de 40% do Estado de Minas Gerais é vinculado à Área Mineira da Sudene. Isso ocorre porque a região ainda precisa de investimentos, de políticas diferenciadas, as quais conseguimos garantir hoje com a reforma administrativa que acabamos de votar. Parabéns, mais uma vez, ao presidente; parabéns, mais uma vez, a este Parlamento.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Ele terá que explicar muita coisa aqui hoje, porque o Novo chegou e votou contra uma das emendas de minha autoria. Ele deixou o último para ser falado por último. Acho que haverá muito tempo para explicar. Foi o único voto contra. Fiquei muito chateado com isso. Foi o único voto contra uma emenda importante, uma emenda que acabou com aquilo que o governador sempre falou, Bruno: o puxadinho das secretarias. O secretário ganhava R\$12.000,00. Esse é o seu salário. E ele participava de um conselho, onde recebia mais R\$15.000,00, indo para R\$27.000,00 o seu salário. Também participava de outro conselho na Copasa, onde recebia mais R\$20.000,00, indo para R\$47.000,00 o seu salário. E ainda participava de outro conselho, indo para R\$50.000,00, R\$60.000,00, chegando a quase R\$100.000,00. Acabou a farra. O deputado Alencar da Silveira, este parlamentar, com o apoio desta Casa, com o incentivo dos deputados do bloco, conseguiu aprovar isso. E houve a indicação de todos os blocos desta Casa. Quero parabenizar V. Exa. pelo seu trabalho. Durante esta semana e a semana passada todinha, de manhã, de tarde, de noite, conversa aqui, conversa ali, tenta acertar e chama o secretário. Quero também parabenizar o secretário Custódio, que aqui esteve várias vezes, tentando acertar, segurar, falar, mostrar. O secretário Custódio está de parabéns pela sua articulação nesta Casa, por mostrar, acima de tudo, para o governo que tem mais prestígio com a gente que com ele. V. Exa. está sabendo conduzir esta Casa. E quero parabenizar ainda o deputado João Magalhães pela paciência que lhe é peculiar: ele chegou, mostrou. Aqui se falou que houve derrotas e vitórias, mas acho que ninguém perdeu, nem o deputado Guilherme, pela perda do seu voto. Pode ter certeza disso, Guilherme. E sabe por que você não perdeu? Sou admirador do Guilherme, que é uma pessoa que chegou a esta Casa, está tentando conversar, está tentando articular, está mostrando o que é melhor para Minas Gerais, como todos que aqui estão. São três as emendas de minha autoria, três emendas importantes. A primeira dá condição ao governador... Está no projeto, e, para quem não sabe, não houve destaque porque o deputado João Magalhães a aceitou na mesma hora: dá a condição de o governador receber um salário mínimo por mês. Ninguém pode trabalhar de graça, então, como ele foi ao cartório e disse que não iria receber nada enquanto o funcionalismo público não estivesse com o pagamento em dia, agora vai poder receber; agora ele e os secretários vão poder cumprir o que está registrando no cartório. Na segunda-feira, pediremos ao cartório uma cópia desse registro. Se registrou, tem que cumprir. A partir de agora, o governador, o vice e todo o secretariado receberão depois do funcionalismo. Não sei como vão fazer, mas, se prometeu, tem que cumprir. Aprendi isto na minha vida: ninguém é obrigado a tratar, mas a cumprir é. Então, demos uma chance ao governador de cumprir o que prometeu. A terceira é a remuneração, a independência do Poder Legislativo. Hoje o funcionalismo público vai ser reconhecido: 70% dos cargos serão passados para ele, que vai ser bem remunerado. O funcionalismo público vai mostrar que faz um bom trabalho acima de tudo. Sr. Presidente, gostaria, mais uma vez, de parabenizar V. Exa., o deputado João Magalhães e de lembrar a todas e a todos os companheiros que nos acompanham: foi uma vitória espetacular da democracia, da independência, da população desta Casa. Deputado Guilherme, pode ter certeza de que ninguém perdeu nada aqui. O único que perdeu é o América, que está perdendo de 1 a 0 no Independência, infelizmente. Então aqui ninguém perdeu; o povo mineiro ganhou.

Agora é bom que a pauta vai andar. Vamos poder aprovar, por exemplo, o projeto do deputado Alencar da Silveira Jr. que acaba com a apreensão de veículos com IPVA atrasado. Fui o primeiro no Brasil, fomos a primeira Assembleia a propor isso, e hoje 13 assembleias, 13 estados já não apreendem mais esses carros. Vamos poder aprovar esse projeto aqui, e tenho certeza de que o governador vai sancioná-lo. E temos também a expectativa de igualar o ICMS da gasolina, que é uma proposta do governo. Nesta Casa, não aprovamos esse projeto no final do ano passado, porque ficamos de ver como estava a situação. Mas queremos igualar com São Paulo e Rio o valor do ICMS do combustível, do diesel, da gasolina, da gasolina de avião. Teremos também a oportunidade de aprovar a revista invertida nas penitenciárias e nas cadeias. Sr. Presidente, a Casa vai andar, ninguém a segura mais. Esta Casa vai mostrar que temos bons projetos para Minas Gerais. Costumo falar que 90% dos projetos geram despesa para a população e para o governo; apenas 10% são projetos que auxiliam sem criar despesa – o resto todo cria despesa. Mas o governador já economizou muito em janeiro, fevereiro, março e abril, com esta Casa parada. Casa parada não tem leis que coloquem o governo em dificuldades e criam mais despesas para ele. Todos, ou melhor 90% das leis aprovadas pelo Parlamento do Brasil, pasmem senhores, são só leis que dão despesas: ter de fazer isso, aquilo e aquilo outro. Então, agora vamos colocar a Casa para andar com responsabilidade acima de tudo. Parabéns a V. Exa., ao secretário, ao João Magalhães, ao Guilherme, nosso líder, e a todos os deputados desta Casa. Mostramos que, com seriedade, competência e trabalho, o governo pode mandar e conseguimos fazer mais economia do que o próprio governo. Obrigado.

O deputado Guilherme da Cunha – Sr. Presidente, especialmente público que nos assiste pelas câmaras, infelizmente, dado o adiantado da hora, o Plenário segue um pouco vazio. Sinto-me compelido a explicar a esta Casa, especialmente ao povo de Minas Gerais o meu voto contrário à emenda proposta pelo deputado Alencar para impedir a nomeação dos secretários em conselhos fiscais de estatais. Sinto-me compelido a explicar esse voto, especialmente porque considero a emenda louvável. Concordo absolutamente com o que ela propõe e acho que esse é o caminho que devemos seguir. Mas acho que o recebimento de verbas, jetons, pelos secretários em conselhos fiscais estatais é um sintoma de um problema mais profundo que temos no Estado. Preocupa-me quando buscamos solucioná-lo pela metade. O problema mais profundo que vivemos é uma discrepância muito grande e grave entre o que se exige de responsabilidade, de experiência, de capacidade de um secretário e o quanto ele recebe de salário. Esse problema já vem de muitos anos e há muitos ele é margeado por aqueles que estão no poder sem nunca ser enfrentado. O enfrentamento, é certo, depende de uma iniciativa do Executivo para corrigir essa distorção salarial. Comprometo-me a conversar dentro do Executivo para procurar essa solução definitiva, que resolva o problema de uma maneira que não nos crie um segundo problema, que não nos faça ter um risco muito grande e muito grave de não conseguirmos reter e atrair os talentos necessários para ajudar no projeto de tirar Minas do buraco. A crise que vivemos é muito grave e se reflete em serviços mal prestados à população, que é desassistida no que é essencial, na falta de itens básicos para ela poder ter saúde, segurança e educação. Essa crise, para ser superada, demanda gente muito capacitada. Preocupa-me as consequências que teremos com essa solução que só ataca uma parte do problema, uma parte louvável, mas, ainda assim, apenas uma parte. Preocupa-me as consequências que teremos a partir da aprovação dessa emenda se não corrigirmos o mais rápido possível a segunda parte do problema, que é essa discrepância remuneratória. Por essa razão votei contra, deputado Alencar, porque vejo que é necessário que esta Casa caminhe junto ao governo por uma solução definitiva, que não exponha Minas Gerais ao risco de perder, logo no início desse processo de recuperação que o Estado agora enfrenta, pessoas-chaves, essenciais para a condução e para o sucesso do projeto. A emenda é louvável, mas, infelizmente, ela só ataca uma parte do problema. Vejo que, com isso, ela pode gerar mais riscos do que soluções, mas me comprometo junto ao governo a buscar encaminhar e apresentar a esta Casa o que seria a solução definitiva, que é a correção da discrepância de remuneração entre o que se exige, o que se espera de conhecimento, de experiência, de responsabilidade de um secretário e aquilo que pagamos a ele. É essa a razão do meu posicionamento. Não é um posicionamento contrário à ideia, mas que enxerga que ela ainda não é a solução adequada. Mas tenho o comprometimento de buscá-la o mais rapidamente possível. Aproveito, Sr. Presidente, para finalizar com uma palavra que é mais dirigida à Assembleia, uma palavra de agradecimento. É curioso que, quando saí daqui, tive de passar no meu gabinete, a imprensa me abordou querendo saber se

o governo tinha sofrido uma derrota diante da quantidade de emendas que foram apresentadas e incorporadas ao texto. Eu disse que, muito pelo contrário, não estamos diante de vitórias ou de derrotas do governo e nem é essa a preocupação. A preocupação aqui é Minas Gerais. Precisamos juntos, em parceria, encontrar uma maneira de trabalharmos para resolver os problemas do Estado, que são muito graves. O governo tem uma parcela substancial de trabalho em busca da solução. Lá há técnicos excelentes, pessoas muito qualificadas que podem colaborar para a apresentação dessas soluções. Mas aqui, na Assembleia, há também muita experiência, muito conhecimento e visões de mundo que, ao mesmo tempo, são diferentes e plurais e que podem colaborar para que os projetos que chegam do governo, com a sua técnica adequada e coerência programática, venham a ser aprimorados, como aconteceu com a reforma. Essa quantidade de emendas apresentadas foi incorporada, e fizemos isso com um sorriso no rosto. Nós temos certeza de que o projeto final é melhor do que o projeto que chegou à Casa. Nós temos certeza de que a Assembleia pode trabalhar assim sempre: colaborando com Minas Gerais – e não necessariamente com o governo – para que, juntos, consigamos solucionar os problemas gravíssimos que o Estado possui. Agradeço, Sr. Presidente, a condução desse processo. Que consigamos aproveitar essa experiência, esse conhecimento e essa parceria mais vezes. Nós estamos no mesmo barco. O desafio é um só. Minas é a terra de todos nós. Muito obrigado.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de quinta-feira, dia 2 de maio, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E DOS RECURSOS HÍDRICOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 10/4/2019

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Betinho Pinto Coelho, Duarte Bechir e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Carlos Pimenta, João Leite, Dalmo Ribeiro Silva e Tito Torres. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência de convidados, o FNE Sol, financiamento do Banco do Nordeste para as energias renováveis e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Tânia Maria Aparecida Costa Santos, assessora de Energia da Fiemg; e os Srs. João Nilton Castro Martins, superintendente estadual do Banco do Nordeste do Brasil – Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo; Alexandre Arcanjo, membro da Associação Brasileira de Geração Distribuída – ABGD; Cláudio Homero Ferreira da Silva, engenheiro da Superintendência de Tecnologia e Eficiência Energética da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig; Antônio Soares Dias, vice-presidente da Sociedade Rural de Montes Claros; Márcio Danilo Costa, presidente da Câmara de Energia da Fiemg; Cláudio Luiz dos Santos, gerente comercial de Bens de Consumo, Comércio e Indústria do INDI – Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais; Alfredo Marques Diniz, assessor técnico especializado do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – Crea-MG; Fernando Passalio de Avelar, subsecretário de Desenvolvimento Regional da Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Hélio Nonato, engenheiro eletricitista do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – Crea-MG; Guilherme Augusto Duarte de Faria, superintendente de Política Energética da Secretaria de Estado Extraordinária de Desenvolvimento Integrado e Fóruns Regionais – Sede; Ailton Ricaldoni Lobo, presidente do Conselho Empresarial da Indústria e Energia da Acminas; Fernando Henrique Schuffner Neto, diretor de Desenvolvimento de Negócios da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig; Walter Abreu, secretário de Desenvolvimento

Social da Prefeitura de Janaúba, representando o prefeito desse município; e Igor Braga Martins, Coordenador GT Soluções Energéticas do Crea. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.379/2019, dos deputados Gil Pereira, Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Carlos Pimenta, em que requerem seja realizada visita ao ministro de Desenvolvimento Regional para tratar de assuntos relativos às energias renováveis e aos recursos hídricos no Estado;

nº 1.380/2019, dos deputados Gil Pereira, Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Carlos Pimenta, em que requerem seja realizada visita ao presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE –, no Rio de Janeiro, para tratar de assuntos relativos aos leilões de energia e à expansão da oferta de energia no Estado;

nº 1.382/2019, dos deputados Gil Pereira, Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Carlos Pimenta, em que requerem seja realizada visita ao presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS – para tratar de assuntos relativos à expansão de linhas de transmissão no Estado e das energias renováveis na matriz energética;

nº 1.385/2019, dos deputados Gil Pereira, Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Carlos Pimenta, em que requerem seja realizada visita ao presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – para tratar de assuntos relativos à expansão das energias renováveis na matriz energética no Estado;

nº 1.386/2019, dos deputados Gil Pereira, Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Carlos Pimenta, em que requerem seja realizada visita ao Ministro de Minas e Energia para tratar de assuntos relativos às energias renováveis e aos recursos hídricos no Estado;

nº 1.387/2019, dos deputados Gil Pereira, Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Carlos Pimenta, em que requerem seja encaminhado aos deputados federais e senadores por Minas Gerais pedido de providências para que se empenhem para impedir a fusão do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES – com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB;

nº 1.388/2019, dos deputados Gil Pereira, Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Carlos Pimenta, em que requerem seja encaminhado à Cemig pedido de providências para que atualize o Atlas Eólico de Minas Gerais;

nº 1.389/2019, do deputado Betinho Pinto Coelho, em que requer seja encaminhado à Superintendência Estadual do Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo do Banco do Nordeste do Brasil pedido de informações sobre a totalidade dos valores de investimento do FNE Sol do banco para as energias renováveis no Estado de Minas Gerais, em relação ao investido nos demais estados do Nordeste do País;

nº 1.390/2019, do deputado Betinho Pinto Coelho, em que requer seja encaminhado à Superintendência Estadual do Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo do Banco do Nordeste do Brasil pedido de informações sobre a totalidade dos valores de investimento dessa instituição no Estado de Minas Gerais em relação ao investido nos demais estados do Nordeste do País.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2019.

Gil Pereira, presidente – Betinho Pinto Coelho – Coronel Henrique.

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/4/2019**

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e João Magalhães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Eduardo Bartolomeo, diretor-presidente interino da Vale, que justifica a ausência na audiência pública realizada no dia 3 de abril, que debateu o estado atual das Barragens Forquilha 1 e 3, situadas na cidade de Ouro Preto, bem como a situação do sistema Pare-Siga, adotado na BR 356, e, por fim, a transferência dos detentos do presídio de Itabirito, em razão do risco de rompimento das mencionadas barragens. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Júlio César Luciano, promotor de justiça do Ministério Público do Estado, publicado no *Diário do Legislativo* em 12/4/2019. Registra-se a presença do deputado Léo Portela, Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.530/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer sejam encaminhadas ao Sr. José Antônio Bicalho as notas taquigráficas da 8ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater o estado atual das Barragens Forquilha 1 e 3, situadas na cidade de Ouro Preto, bem como a situação do sistema Pare-Siga, adotado na BR-356, e a transferência dos detentos do presídio de Itabirito, em razão do risco de rompimento das mencionadas barragens;

nº 1.549/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre a situação dos candidatos que, em virtude da suspensão do concurso público para admissão ao curso de formação de soldados para o ano de 2019, alcançarão a idade limite prevista em edital, uma vez que, com a suspensão do concurso, aqueles que se classificaram, participaram do concurso e se encontram no limite de idade prevista no edital, questionam sobre os requisitos legais para ingresso no Curso de Formação de Soldados da PMMG, previstos no art. 5º da Lei nº 5.301, de 16/10/1969;

nº 1.571/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater denúncias de assédio moral e abuso de autoridade no âmbito do presídio feminino de Caxambu, considerando-se as inúmeras situações relatadas pelas servidoras da mencionada unidade, em desfavor dos Srs. Rafael Rodrigues Diniz, diretor-geral, Alexandre, atual diretor de segurança, e Rodney Dantas, diretor de referência prisional da 17ª Região Integrada de Segurança Pública do Sul de Minas;

nº 1.572/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater os procedimentos relativos aos registros de veículos automotores no âmbito do Estado;

nº 1.573/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita aos fabricantes e estampadores de placas de identificação para veículos, no Município de Belo Horizonte, para fins de fiscalização quanto ao cumprimento da legislação estadual;

nº 1.582/2019, do deputado João Leite, em que requer seja realizada audiência pública para debater a segurança viária nos Bairros Olhos d'água e Pilar, tendo em vista os graves acidentes de trânsito que estão acontecendo nesses bairros, impactando a política de segurança pública no Estado;

nº 1.583/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de providências para que seja entregue na próxima audiência pública da comissão, que será realizada em 30/4/2019, lista com a razão social e o endereço dos fabricantes ou estampadores localizados no Município de Belo Horizonte;

nº 1.584/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de providências para que seja entregue na audiência pública da comissão, que será realizada em 30/4/2019, estudo de impacto financeiro para o Município de Belo Horizonte, nos últimos cinco anos, em decorrência da não exigência, apenas para esse município, dos documentos previstos no art. 1º da Portaria nº 408, de 2017, do Detran-MG, que estabelece que, junto com a documentação exigida para o registro de veículo automotor (ficha cadastral), ou quando da alteração de dados com troca de placas alfanuméricas de identificação veicular, será indispensável a apresentação de cópia da nota fiscal referente à compra da placa ou tarjeta emitida em nome do adquirente, documento fiscal fornecido necessariamente por estabelecimento devidamente credenciado pelo Detran-MG para atividade de confecção de placas e tarjetas automotivas, além da necessidade de apresentação do documento original de autorização de fabricação de placa/tarjeta emitido pelo Sistema de Fábrica de Placas – Sifap –, bem como seja entregue o número total de veículos emplacados no Município de Belo Horizonte nos últimos cinco anos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, amanhã, às 11h30min, para receber, discutir e votar proposições da comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – Delegado Heli Grilo – João Leite.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 25/4/2019

Às 9h44min, comparece no Espaço Casa Nova, em Brumadinho, o deputado Celinho Sintrocel, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho Sintrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as condições de segurança e saúde dos trabalhadores em Minas Gerais, por ocasião da comemoração do Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho e do Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidente de Trabalho. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Valéria Peres Morato Gonçalves, presidenta da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB-MG; Márcia da Silva Anuniação Lazarino, referência técnica da Saúde do Trabalhador do Centro de Referência da Saúde do Trabalhador – Cerest-Betim; Jandira Maciel da Silva, professora do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Maria Alves de Souza, diretora de Previdência e Políticas Sociais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg; e Josiane Melo, da Comissão das Famílias das Vítimas; e os Srs. Rafael Ribeiro de Ávila, presidente do Sindicato Metabase Inconfidentes; Dom Vicente de Paula Ferreira, bispo auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte; Eduardo Armond, assessor da presidência de Relações Trabalhista da Rede Nacional de Barragens; e Joceli Jaison José Andrioli, dirigente nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Durante a audiência, foram apresentados e lidos, com aclamação pelos convidados e do público presente, dois ofícios das entidades CSB, CSP-Conlutas, CTB, CUT, Força Sindical, Intersindical, NCST, UGT, CNTI, I-Sem, MAB e MAM, um em que se solicita à ALMG seja aprovado projeto de lei para a criação de uma Semana Estadual de Prevenção, Conscientização e Combate à Acidentes em Barragens e em memória de suas vítimas, e outro em que se solicita à ALMG seja aprovado projeto de lei que garanta a realização de medidas e ações governamentais e da sociedade que visem dar maior transparência, proteção, justiça e conhecimento sobre os acidentes e as doenças do trabalho, incorporando Minas Gerais no mapa brasileiro do Abril Verde. Foram também recebidos cópias de ofícios (9) enviados pelas entidades Trade Union of Civil Engineering,

Industry and Planning of Republic of Macedonia, Syndicat National des Travailleurs du Bois et du Batiment (Burkina Faso), Timber and Woodworkers' Union of T.U.C (Ghana), Korean Federation of Construction Industry Trade Unions – KFCITU –, Kesatuan Pekerja-Pekerja Industri Perakayuan Sabah (Malaysia), Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná – Fetraconspar –, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção de Estradas, Pavimentação, Montagem, Obras de Terraplenagem em Geral, Obras Públicas e Privadas do Estado do Paraná – Sintrapav –, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção de Estradas, Pavimentação, Obras de Terraplenagens e Montagem Industrial do Estado da Bahia – Sintepav-BA –, e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Montagem, Estradas, Pontes, Pavimentação e Terraplenagem – Sintraconst –, homenageando as vítimas do rompimento da barragem em Brumadinho e prestando solidariedade às famílias. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 25/4/2019

Às 14h10min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos, Celise Laviola e Leninha, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 477 e 800/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.408/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater o uso do nome afetivo nos cadastros das instituições escolares, de saúde ou de cultura e lazer de crianças e adolescentes que estejam sob guarda da família adotiva, no período anterior à destituição do pátrio poder familiar;

nº 1.471/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada visita à Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria, no Município de São Joaquim de Bicas, para verificar a situação das mulheres privadas de liberdade;

nº 1.472/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada visita ao Centro Integrado de Atendimento à Mulher, no Município de Belo Horizonte, para conhecer as políticas voltadas para o atendimento de mulheres em situação de rua e usuárias de drogas;

nº 1.473/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater os direitos sexuais, reprodutivos e a escolha de métodos contraceptivos;

nº 1.600/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada visita à Maternidade Leonina Leonor Ribeiro, em Belo Horizonte, para conhecer as suas instalações;

nº 1.674/2019, das deputadas Laura Serrano e Marília Campos, em que requerem seja realizada audiência pública para debater as técnicas de defesa pessoal das mulheres, com ênfase na modalidade Krav Magá;

nº 1.675/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada visita à Delegacia de Mulheres, no Município de Betim, para conhecer sua estrutura e seu funcionamento;

nº 1.676/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Mesa da ALMG pedido de providências para que seja acrescentado ao § 3º do art. 59 do Regimento Interno o seguinte inciso: "... – a prática de atos de discriminação e uso de expressões racistas.";

nº 1.677/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Mesa da ALMG pedido de providências para acrescentar ao § 3º do art. 59 do Regimento Interno o seguinte inciso: "... – a prática de atos de violência e o uso de expressões de cunho misógino ou depreciativas contra a mulher.".

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2019.

Marília Campos, presidenta.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 25/4/2019

Às 14h29min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados João Leite e Gustavo Mitre, membros da supracitada comissão. Está presente também a deputada Celise Laviola. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, ouvir o presidente e o diretor executivo da Confederação Nacional do Transporte – CNT – sobre o Plano CNT de Transporte e Logística, que trata do desenvolvimento do setor, inclusive do modal ferroviário. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.672/2019, das deputadas Marília Campos e Celise Laviola e dos deputados João Leite e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de providências para a imediata suspensão da execução dos leilões destinados à venda dos bens móveis ferroviários de domínio desse departamento;

nº 1.673/2019, das deputadas Marília Campos e Celise Laviola e dos deputados João Leite e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de informações substanciadas na relação de bens móveis ferroviários destinados a venda por esse departamento.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Priscila Braga Santiago, coordenadora de Economia da Confederação Nacional do Transporte – CNT –, representando o diretor executivo da CNT; e Ana Maria Nogueira Rezende, historiadora e mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável; e os Srs. Sérgio Vitarelli, presidente do Circuito Turístico Serras de Minas; Fernando Antônio Leite, conselheiro da ONG Trem; André Luis Tenuta e Luciano Murta, diretores da ONG Trem; José da Silva Ramos Filho, tesoureiro do Circuito Turístico Serra de Minas; Silvio Cunha Moraes e Marco Venício Gomes Pinto, diretores comercial da Setrans; e Raul Messias Franco, ex-deputado constituinte. O presidente, na condição de coautor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Em seguida, concede a palavra à deputada Marília Campos, coautora do requerimento, para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a saída da deputada Marília Campos. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.681/2019, da deputada Celise Laviola e dos deputados João Leite e Gustavo Mitre, em que requerem seja realizada audiência pública no Município de Itabirito para debater a reativação da linha ferroviária que liga Belo Horizonte a Ouro Preto;

nº 1.682/2019, da deputada Celise Laviola e dos deputados João Leite e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de informações sobre a situação atual dos terminais ferroviários de Fecho do Funil e sobre o órgão responsável por sua manutenção;

nº 1.683/2019, da deputada Celise Laviola e dos deputados João Leite e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de informações sobre a situação atual dos terminais ferroviários de Caeté e de Rancho Novo e sobre o órgão responsável por sua manutenção.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2019.

João Leite, presidente – Gustavo Mitre – Marília Campos – Roberto Andrade.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cássio Soares, André Quintão, Gustavo Valadares e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/5/2019, às 9 horas, em Belo Horizonte, com a finalidade de, em audiência pública, debater o desenvolvimento do setor de artesanato mineiro e o impacto da reforma administrativa sobre ele, por ocasião dos 20 anos da Feira de Artesanato do Jequitinhonha na UFMG.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2019.

Doutor Jean Freire, presidente.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 2/5/2019, a seguinte comunicação:

Do deputado Sávio Souza Cruz em que notifica o falecimento de Múcio Lo-Buono, ocorrido em 30/4/2019, em Oliveira. (– Ciente. Oficie-se.)



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/4/2019

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembleia. Sr. Presidente, o nosso envolvimento com os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito da tragédia criminosa da Vale, em Brumadinho, e também os trabalhos da Comissão de Segurança Pública têm nos impedido de comparecer a esta tribuna para tratar de temas tão relevantes. Mas aqui o faço, considerando a gravidade aportada no Substitutivo nº 2, cuja relatoria coube ao deputado João Magalhães, que ainda não atende aos interesses do conjunto da sociedade, Sr. Presidente.

Tive a oportunidade de fazer aqui uma questão de ordem e agora aproveito o tempo na tribuna desta Casa para deixar claro que a primeira questão, que acredito estar pacificada entre o conjunto dos deputados e deputadas, é a escola de tempo integral. Esse é um ponto de que não podemos abrir mão em hipótese alguma. Em hipótese alguma podemos abrir mão de uma política pública tão importante. E aqueles que estão chegando agora e que pensam que não devem ter sensibilidade humana, que a visão tem que ser tecnocrata, que devem tratar as pessoas como número, saibam que não é assim que uma política pública deve ser tratada. A escola de tempo integral vai muito além do alcance da visão fria e míope de alguns tecnocratas que querem extinguir ou reduzir drasticamente uma política pública tão importante. Sr. Presidente, além de trazer uma tranquilidade para os pais: para o pai, para a mãe, para toda a família; além de se tratar de uma política pública, que julgo a mais importante de todas as políticas públicas que podem ser prestadas, na ponta da linha, pelo poder público, temos ainda de considerar que, com a criança e o adolescente participando ali com uma extensão de tempo maior, estaremos atuando no campo da prevenção social, para que essa criança não seja inserida no crime e conseqüentemente na violência. Portanto é uma política pública que deve ser respeitada e deve ter todo o apoio do conjunto dos 77 parlamentares.

Não há discussão. Deputado Mauro Tramonte, não há o que discutir. Não temos que discutir. Essa questão tem de ser pacificada. Eu assinei a emenda proposta pelo líder do bloco, o deputado Cássio Soares, e acredito que outros deputados e deputadas que estão em outros blocos e em outras agremiações também assim o fizeram. Tenho certeza de que não permitiremos nenhum recurso. Eu disse hoje ao líder do bloco, Cássio Soares, que não podemos negociar nenhum aluno a menos. Não podemos retroceder nem um segundo nessa política pública.

É uma questão de honra para o Parlamento mineiro. Infelizmente, talvez o governador não tenha tido a oportunidade de ter tato com a administração pública, de conhecer o que é uma política pública. Então os tecnocratas frios, insensíveis, cuja discussão gira em torno de apenas números, apenas de gráficos, que não conhecem a realidade humana, esquecem da razão de existir do próprio Estado, que é o bem-estar social. Então essa é uma política pública em que acredito. Se não for a totalidade, pelo menos a maioria do conjunto dos deputados e deputadas não vamos abrir mão.

Feito isso, Sr. Presidente, antes de passar a palavra aos colegas deputados que estão ali posicionados, quero dizer que, ao fazer uma leitura um pouco mais atenta do substitutivo do deputado João Magalhães, estamos encontrando diversas incongruências. Há previsão de regularização fundiária na Sedectes, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e não na secretaria adequada, o esporte sendo tratado em uma secretaria e não em outra. Há uma série de remissões, sem falar nos inúmeros artigos que remetem a decreto.

Olha, eu quero aqui concitar os meus colegas deputados e deputadas de que o deputado tem que ter arrepio, tem que ter urticária quando ler o texto e verificar que aquilo remete a decreto. Porque, depois de aprovado, é a caneta solitária do governador. E muitas vezes, a caneta solitária está cercada de grandes empresários cujos intuítos, muitas vezes, não são revelados no texto ou em uma proposta de lei. Mas, depois, quando chega a caneta fria e solitária do governador, a questão é outra. Acabou, não passa mais pelo crivo de 77 deputados. Portanto, deputados e deputadas, quando lerem num texto de uma reforma administrativa a remissão para decreto, tomem muito cuidado. Estejam bastante atentos. E o substitutivo ainda faz muitas remissões.

O governo precisa melhorar, e muito, a proposta da reforma administrativa. Eu a apoio. Quero deixar claro que apoio a reforma, porque o Estado precisa sair da situação em que se encontra. Precisamos reduzir a máquina pública, precisamos enxugar a máquina pública, enxugar os cargos comissionados. Mas, também, não pode ser de forma atabalhoada.

Há outro ponto me preocupa, deputado Heli Grilo e deputada Beatriz Cerqueira – V. Exa. está conosco quebrando pedras na comissão parlamentar de inquérito, na tragédia criminosa de Brumadinho. Simplesmente o governador cria, por decreto, um conselho de desenvolvimento social e econômico, e esse conselho é que vai determinar, que vai autorizar as licenças ambientais dos empreendimentos privados, o que é exatamente aquilo que costumamos a fazer. E alguns tiveram de ter um pouco de vergonha na cara, –

porque não tem outra palavra – para votar uma lei, porque lá no passado não fizeram certo, não tiveram a coragem, pelo contrário, ouviram os empresários da mineração. E infelizmente os tentáculos das mineradoras continuam dentro do Poder Legislativo estadual, continuam dentro do Poder Legislativo federal, continuam lá dentro da Semad, da Agência Nacional de Mineração. Nós não podemos permitir isso. O governador cria um conselho, como cria na lei, remetendo para decreto. Quem vai nomear? O governador. Pois, se do jeito que está hoje, a gente ainda corre o risco de ter licenciamento ambiental para que novas tragédias ainda possam ocorrer, imagine aí, deputado Heli Grilo. Como é que depois vamos exigir um inquérito para um delegado, se poderíamos antever... Como deveria ter sido feito no caso da Barragem de Fundão. E a Assembleia prevaricou, a Assembleia não fez a sua parte.

Infelizmente – infelizmente, deputada Beatriz Cerqueira -, as mineradoras continuam rondando o Parlamento Mineiro. Essa é uma verdade que precisa ser dita desta tribuna, até porque os seus interlocutores precisam ouvir que aqui nesta Casa existem deputadas e deputados sérios e honrados, que não comungam com essa promiscuidade, que não compactuam com essa promiscuidade. Mas infelizmente ainda a têm. E nós é que temos que ser a voz dessas pessoas, porque nós sabemos o que passou e o que está passando uma Vanessa Rodrigues, lá de Brumadinho; nós sabemos o que está passando a Sra. Juliana, que perdeu seis parentes na tragédia criminosa. Olhe, tem hora que na nossa CPI precisamos quase pedir pelo amor de Deus para se aprovar determinado requerimento, porque há um patrulhamento ali o tempo todo dizendo: “Não, isso aqui não é, isso aqui não pode ser”. Olha, essa é a realidade. Essa é a realidade. Espero que os senhores deputados e deputadas não permitam, assim como este deputado, que esse texto seja aprovado da forma como está apresentado pelo relator, o Substitutivo nº 2.

O deputado Delegado Heli Grilo (em aparte)* – Deputado Sargento Rodrigues, Srs. Deputados, quero me pautar em dois pontos. Primeiro, V. Exa. disse muito bem com relação ao ensino em tempo integral. Talvez eu tenha sido um dos primeiros a ir até a tribuna defender a continuidade do ensino em tempo integral. Muita gente me questionou nas redes sociais sobre qual seria a saída para melhorar. Olha, quem tem que dar isso é a secretária. Ela tem que fazer melhorar, e não acabar.

Porque cada menino – eu disse isso uma vez -, cada adolescente que vai para a rua, sem o tempo integral, sem os muros da escola, estará exposto ao mundo do tráfico e será mais um que a criminalidade vai apanhar, e teremos que enfrentá-lo lá na frente. Então, o ensino de tempo integral é uma obrigação. Cortem em outros lugares. Precisa de corte? Precisa melhorar? Então, cortem, façam uma articulação com os Poderes Judiciário e Legislativo, busquem onde economizar, mas não pode ser na educação. O governo precisa entender, de uma vez por todas, que educação não é custo, é investimento. Cada um que, hoje, ficar na rua, amanhã poderá custar R\$7.000,00 por mês, que é o custo de cada menor infrator que está aí, nas casas de custódia. Fica muito mais barato você aplicar agora na educação de tempo integral. É disso que precisamos. Melhore-a, coloque os meninos numa grade curricular, melhore essa situação, o que não pode é ficarem na rua.

O segundo ponto é a questão do decreto. No dia da nossa reunião com o pessoal que veio fazer uma explanação, disse à menina que eu não dava cheque em branco para ninguém. Assinar, votar favorável, sem discutir essa questão dos decretos, aí, sim, vamos nos amarrar numa situação em que não teremos mais chance de voltar atrás. Legislar por decreto é entregar o cheque em branco assinado para o governo, e eu não faço isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Sargento Rodrigues* – Obrigado. Parabéns a V. Exa. pela coerência. Concedo aparte ao ilustre deputado Douglas Melo.

O deputado Douglas Melo (em aparte)* – Deputado Sargento Rodrigues, para não tomar muito do seu tempo, que já está finalizando, quero só ratificar a questão do tempo integral. Já vi políticas erradas acontecendo tanto no âmbito municipal quanto no estadual e no federal. Mas nunca vi um erro tão prematuro, um erro tão crasso como esse que o governo do Estado está cometendo. Neste momento, em que vários pais estão desempregados, à procura de emprego, têm que ir ao mercado de trabalho, o governo está criando uma injustiça, principalmente com aqueles que sabem que, se os seus filhos ficarem em casa depois de chegarem da aula, serão presas fáceis para o crime.

Olhe, gente, acho que temos que mudar lá, em Brasília, e os deputados federais colocarem uma PEC para que, na eleição, eles parem de usar na campanha - qualquer político - aquilo que se vai investir em educação. Porque, quando se trata da prática, o primeiro lugar que se corta é na educação.

Então, deputado Sargento Rodrigues, era só para ratificar isso, parabenizar o senhor pela fala e dizer que, hoje, a Assembleia Legislativa de Minas tem que demonstrar ao povo de Minas, a 22 milhões de mineiros, que aqui, nesta Casa, quem conhece o pobre não vai deixar tirar a escola de tempo integral daquele que mais precisa.

O deputado Sargento Rodrigues* – Obrigado, deputado Douglas Melo. Sr. Presidente, fizemos alguns apontamentos. Aqui, o art. 51 trata do gabinete militar do governador. É bom que os colegas, deputados e deputadas, tenham atenção para o § 2º do art. 51, no Substitutivo nº 2. O art. 51 diz o seguinte: “O gabinete militar do governador tem como competência planejar, coordenar e executar atividades de proteção e defesa civil, de segurança e de funcionamento e manutenção dos palácios e da residência oficial do governador, bem como prestar ao governador e ao vice-governador assessoramento direto em matéria atinente às instituições militares estaduais. (...) § 2º – Os locais onde o governador e o vice-governador trabalhem, residam, estejam ou possam vir a estar, bem como as regiões adjacentes”. Olhem, se o governador estiver aqui, na frente da Assembleia, todo o entorno da Assembleia será considerada área adjacente. E aqui há remissão aos termos do decreto, mais uma vez. O governador é uma autoridade que precisa ser tratada pela importância do seu cargo, tem que ter segurança.

Eu, particularmente, entendo que ele cometeu uma burrice enorme. Ele deveria morar na residência oficial no Bairro Mangabeiras, que é o local adequado para o governador – seja quem for – morar. Mas, querer tratar locais adjacentes como área de segurança... Quer dizer que se o governador for ao *shopping center*, todo o entorno do *shopping* é área de segurança do governador? Como fica o direito de ir e vir do cidadão, que está petrificado, é cláusula pétrea, no rol de garantias fundamentais da Constituição da República? Ora, estamos falando de lei estadual. Não podemos nos contrapor a uma lei federal.

Sr. Presidente, são questões que precisam ser tratadas na forma da lei, porque lei é norma geral, abstrata, votada pelo Parlamento. Não é o decreto, como se fosse um ofício, que o governador assina em sua exclusividade, em seu gabinete.

Sr. Presidente, encerrei a minha fala, porque há outros questionamentos para se discutir. Retiram veículos em diversas partes, mas não dizem para onde vão os veículos oficiais. Está no art. 83. Para onde vão esses veículos? Não dizem para onde vão. Essas remissões a decretos e outros pontos desse projeto... Esse projeto não pode ser votado a toque de caixa como o governo quer. Não é assim que deve ser feito. Ainda há muitas incongruências que devem ser reparadas nesse projeto. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Boa tarde, Sr. Presidente; deputado Sargento Rodrigues, nosso professor, com quem venho aprendendo muito. Boa tarde a todos os servidores. Boa tarde à população presente. Boa tarde, servidores desta Casa. Boa tarde, deputados e deputadas.

Queria começar minha fala dizendo que algumas pessoas me questionaram, me perguntaram: “Cleitinho, por que você virou base do governo?”. Na maioria das vezes, para quem entende de política, a base é você aceitar tudo o que vem do governo. Aí pensei: eu vou ser base para ser uma base diferente, pois reivindicarei pelo que estiver errado no governo. A maioria da base, quando é preciso fazer passar alguma coisa nesta Casa, ou para ferrar o povo, fica de cabeça baixa, aceita. Então, como base, eu quis mostrar o seguinte: base não é para ser puxa-saco de governador. Base não é para escutar o que ele tem a dizer. A minha base são vocês, que estão aí; a minha base é o povo.

Queria chamar a atenção em relação à questão do Ipsemg, porque há várias fases. Do pessoal que está aqui, tem alguém do Ipsemg? O governador precisa entender. O que acontece? O governador é um gestor. Ele já vinha da empresa Zema, ou seja, é um gestor. É preciso entender que o que vocês pagam é contribuição, e não tributo. O dinheiro é de vocês, e não do governo. Ele não tem que fazer orçamento em cima da contribuição de vocês. O governador, que é o Executivo, não tem que fazer orçamento em cima da

contribuição de vocês. O que vocês pagam, o que é descontado na folha de pagamento não é tributo, e, sim, contribuição. Então, a César o que é de César. O dinheiro é de vocês.

Espero que deem essa autonomia a vocês, para que o Ipsemg, que é patrimônio do Estado, não feche. Conte com este deputado para fazer o melhor por vocês. Não podem mais fazer hora com a cara do povo. Podem ter certeza disso! Tenho um pensamento – e é uma questão de bom senso: estou aqui de passagem. Quem fica aqui são vocês. Portanto, o servidor tem que ser do jeito que vocês querem, e não do jeito que o governador ou esta Casa querem, porque a gente passa e vocês ficam. Beleza?

Abordarei outra situação. Se eu fosse base de ficar calado, deputado Carlos Pimenta... Recebemos uma denúncia, hoje, na área da Secretaria de Educação, que fica no Gameleira. E fomos lá hoje. Se eu fosse uma base caladinha, se ficasse calado, eu não teria ido lá. Então, quero comunicar à imprensa que encontramos várias carteiras e vários livros. Lá, há micro-ônibus de escola, de que o Norte de Minas tanto precisa, de que a zona rural tanto precisa. Está cheio de micro-ônibus lá, com teia de aranha.

A minha função é fiscalizar. Tenho obrigação de fiscalizar, de ficar igual a um carrapato em cima de secretário, que é o caso da Secretaria de Educação. É minha obrigação fazer isso. Então, imprensa, já vou publicar esse vídeo no Facebook, que irá chocar, porque está cheio de carteiras lá. Queria chamar a atenção e provocar, até porque somos da base. Queria provocar os três deputados do Partido Novo. Não consegui entender porque até hoje o pessoal do antigo governo ainda está na Superintendência de Educação. Se o antigo governo quebrou o Estado, o novo governo, que chegou para ser novo, continua deixando esse pessoal lá. Não há explicação para uma situação como essa. O que está ruim, vai piorar.

Há outra coisa pior. Há tanta gente competente aqui no Estado de Minas Gerais, conheço tanta diretora boa de serviço e capacitada. Nada contra o currículo dela, que é muito bom, mas que usasse o seu currículo lá no Rio de Janeiro, porque ela não conhece a realidade aqui, de Minas.

Por que não valoriza um servidor de carreira? Por que não acaba com o cargo comissionado e valoriza o servidor de carreira? Ora, valorize o servidor de carreira! Em vez de cortar gastos na escola integral, corte alguém de um cargo comissionado, pois existe um bando de gente que não faz nada.

Política, principalmente a minha, que é de legislar, fiscalizar e representar, vai muito além disso, vai na arte de servir. Temos a política de nos colocar no lugar do próximo. A escola integral tem um ponto que é básico, é social. Sabe o que é? Aquela criança lá do Norte de Minas que não tem condição de almoçar vai para a escola para almoçar. E muitas dessas mães que precisam trabalhar deixam os seus filhos na escola para trabalhar. Então, se tirar a escola integral, essas mães estarão desempregadas. O que vai acontecer com este estado?

Educação em primeiro lugar. Se temos médicos bons para a saúde é através da educação; se queremos melhorar a segurança é através da educação. Todo mundo fala de educação, mas não pratica. Negam investimento.

O deputado Coronel Sandro (em aparte)* – Obrigado, Cleitinho. Você está muito entusiasmado aí, pensei que...

O deputado Cleitinho Azevedo* – Hoje estou daquele jeito. Amanhã é feriado, então, vamos trabalhar.

O deputado Coronel Sandro (em aparte)* – Cumprimento o Sr. Presidente; o deputado Cleitinho Azevedo, a quem agradeço pelo aparte a mim concedido; as senhoras deputadas e os senhores deputados; e os nossos convidados aqui.

Lendo algumas demandas aqui: “Trabalhadores da educação pela manutenção e ampliação do programa escola integral”. Concordo. Valeu. “A Escola Estadual Edite Furst exige o retorno do programa escola integral”. Nós também exigimos. “Somente o retorno da autonomia administrativa e financeira pode salvar o Ipsemg”. Não sei se vai salvar, mas sou a favor. Tem de ter autonomia administrativa e financeira completa. Concordo. Com esta faixa não posso concordar porque sou contra, acho que não vai dar jeito a fusão das duas secretarias: de Cultura e de Turismo. Acho que elas serão fundidas, ou melhor, vão continuar fundidas. Então, não

posso manifestar o meu apoio de forma contrária a essa fusão. Nesse ponto, não. “Crianças na rua. Júlia, a culpa é sua”. É, D. Júlia, a senhora tem muito o que explicar, viu? (– Risos.)

Muito bem. Cleitinho, obrigado pelo aparte. Quero dizer que todos vocês são muito bem-vindos aqui, independentemente do que defendemos ou não. Concordo com vocês em algumas coisas, mas não concordo em outras. Assim é a democracia, é assim que funciona o Parlamento.

Que fique bem claro – inclusive, o Sargento Rodrigues disse aqui - que não abrimos mão da escola de tempo integral. Nunca, nunca, nunca! Mesmo que a nossa escola de tempo integral ainda não seja a ideal, porque ela vai chegar lá ainda, mas não podemos abrir mão disso. Da mesma maneira, não abro mão no Estado de implantarmos escolas cívico-militares e de melhorarmos a segurança nas escolas. Enfim, para que nossas crianças, jovens e adolescentes tenham uma educação de qualidade e com segurança, que é o futuro.

Deputado Cleitinho Azevedo, parabéns pela sua oportuna fala. A gente pode estar na base junto com o governo, mas isso não quer dizer que vamos aprovar tudo o que ele mandar. Esse é o acordo inicial. E assim vamos seguindo aqui, no Parlamento. Gente, obrigado pela presença de vocês. Hoje é um dia importante para esta Casa. Obrigado, deputado Cleitinho Azevedo.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Coronel Sandro, muito obrigado. Sei que você é um deputado atuante. Aprendo muito com você aqui. Estamos juntos. Bruno, fique à vontade, meu amigo.

O deputado Bruno Engler (em aparte)* – Cleitinho, pedi um aparte só para parabenizar a atuação de V. Exa. dentro desta Casa. Como você bem colocou, ser da base não é dar cheque em branco ao governo e assinar embaixo de tudo o que ele quer fazer. Nem base sou, sou do bloco independente. Então, acho muito bacana a postura que você assume quando sobe nesta tribuna, mesmo sendo membro do bloco de governo, para fazer críticas e marcar sua posição, sempre fiscalizando e exigindo o melhor para o povo de Minas Gerais.

Não estávamos aqui na última legislatura, mas vimos que Minas Gerais sofreu muito com pessoas que, por serem do governo, às vezes, não falavam contra os desmandos do ex-governador Fernando Pimentel, que afundou o nosso estado. Escuto relatos de deputados, que eram da oposição, que dizem que a oposição é simplesmente derrotada nesta Casa, mas que ela chancelava as vontades do governador como se fosse um cartório. Não há mais isso aqui.

Agora mesmo, na base de governo, temos deputados que questionam e fazem questão de pontuar o que acham errado.

Acho que há muita coisa boa, mas também muita coisa errada nessa reforma. Vamos discutir tudo amplamente para fazermos uma reforma que atenda às demandas do povo mineiro, e não só as vontades do governador.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Parabéns, Bruno. Obrigado pela fala. Tramonte, fique à vontade. Depois concluo.

O deputado Mauro Tramonte (em aparte)* – Cleitinho, obrigado. Sr. Presidente, é claro que vamos nos posicionar sobre vários detalhes e várias questões e proposituras. Por exemplo, temos que lembrar, Cleitinho, não só das crianças que estarão em tempo integral na escola, mas também dos professores. Os professores também podem ser prejudicados com isso; milhares de profissionais poderão ficar prejudicados. Já não chegam os seiscentos e tantos vigilantes que foram mandados embora do Estado? Olhem só a situação: retiraram os funcionários que faziam a vigilância, retiraram a segurança não só da escola e dos alunos, como também dos pais e dos professores. Quer dizer, o prejuízo está sendo muito grande para as escolas, para os alunos e para os profissionais da educação.

Estamos cientes do problema e votaremos conscientes tudo o que vier aqui. Podem ter certeza disso. Obrigado.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Obrigado, Tramonte. Carlos, você é um professor que tenho aqui e, se quiser usar todo o tempo, fique à vontade.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* – Obrigado, Cleitinho. Que nada! Nós é que estamos aprendendo com você, com o seu arrojo, com a sua juventude, com a sua coragem de falar o que deve ser falado no momento certo.

Queria só dizer que, em relação a essa questão da escola em tempo integral, talvez eu tenha sido o primeiro a levantar esse problema na Casa, porque não concordo. Alegam que, na época do Pimentel, alguma coisa errada aconteceu, que não sei isso, que não sei aquilo. Mas por que não consertam? Vão acabar com uma escola que proporciona às crianças, além da alimentação – elas não vão lá só para comer –, esporte, deveres de casa? São 9 mil professores que não poderão trabalhar para o Estado.

Sinto muito também. Concordo com muita coisa nessa reforma, mas não concordo em acabar com a escola em tempo integral; não concordo em desmanchar a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, que é uma instituição de 75 anos. Temos de ter a coragem de tomar e de externar essas posições. Vamos ver como será a votação hoje, mas espero que o governo entenda esse recado que não é meu nem seu, é do que está acontecendo no Estado. Que alguém chegue perto e diga: “Governador, espere aí. Vamos com calma. Não é assim”. Parece que o governador Zema não sabe o que acontece, não sabe da manifestação do povo. Parece que aquelas pessoas que o cercam não o deixam escutar a verdade.

O que o senhor está falando é verdade; a verdade é essa, vamos cumprir a nossa obrigação aqui hoje.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Queria chamar a atenção novamente, que este recado chegue ao governador e a quem trabalha com ele: se, nos quatro anos do governador anterior, o Estado se quebrou e moeu, como pode, nesse novo governo, ainda haver pessoas que trabalhavam na gestão passada? Isso está errado; é preciso mexer nisso. É como ocorre no futebol: quando começa a perder, o time troca seu treinador.

Agora temos que deixar uma coisa bem clara, gente. Se pegou uma empresa quebrada, com um déficit de R\$15.000.000,00, alguma coisa o novo gestor terá de fazer. Aqui também alguma coisa tem que ser feita. Fizeram farrá demais com o dinheiro público, jogaram dinheiro demais fora e agora têm de mexer, mas não mexam no básico: saúde, segurança e educação. Não mexam com o servidor, mas com os incompetentes que roubaram do Estado; coloquem essa turma na cadeia.

É importante dizer que educação não tem partido, não tem ideologia. Os 77 deputados daqui estão defendendo a educação. Isso só mostra que educação não tem lado. Vamos acabar com esse negócio de partido A, B ou C. Partido não ganha jogo, gente. Se partido estivesse ganhando jogo no País, não estaríamos na situação em que estamos: quebrados, com falta de vergonha na cara. Vamos parar de defender partido e vamos defender o povo. Vamos honrar o povo! E antes que falem que sou hipócrita, demagogo, quero que o meu partido – que se chamava PPS e agora se chama Cidadania – e todos os partidos do Brasil se explodam; o meu e todos mais. Não estou aqui para defender partido. “Mas o que você está fazendo, então?” Sou obrigado a ser filiado a algum partido para me candidatar. Se não fosse obrigado, se eu fosse independente, eu estaria aqui só defendendo o povo.

Posso ficar um ano na política, dois anos na política, três anos, quatro anos, mas vocês nunca vão me ver defendendo partido. Vão me ver sempre defendendo vocês. Estou aqui para defender vocês. Chega dessa palhaçada de defender fulano. É o tal do político de estimação. Nunca vi gente ter político de estimação. Tenho três cachorros de estimação. Estão lá em casa. Defendo o povo. Ficar defendendo fulano ou beltrano? Pare de defender esse povo, gente. Pare de defender esse povo que não está nem aí para nada! Há até gente presa. Está na cadeia. É um monte de laranja. Só mostram que são todos farinha do mesmo saco. Parem! Defendam o povo. Parem de defender partido.

Mais 1 minuto para terminar, Sr. Presidente? Então, só para finalizar. Hoje vim louco. Vim doido para cá hoje. Estou doido para trabalhar. Quem dera esta Casa estivesse cheia todo dia como está hoje. Um projeto meu está tramitando. Hoje estive na Comissão de Segurança, onde um projeto meu está tramitando, sobre o cartel de placas. O que é o cartel de placas? Hoje, em Minas Gerais, em uma cidade como a minha, Divinópolis, uma placa custa R\$300,00. Em uma cidade ao lado, custa R\$100,00. Então vamos abrir o livre mercado. Acredito que o Bartô vai me apoiar nisso. Bartô, você, que está na Comissão de Defesa do Consumidor, que veta tudo, esse você não vai vetar não. Não há como você vetar esse. Sabe por quê? Porque é o livre mercado. Você apoia o livre

mercado. O consumidor não tem de ter o direito final? Nesse, o consumidor terá o direito final. Então o consumidor vai ter livre mercado para ele poder escolher. Se em Divinópolis está R\$300,00, se em Itaúna está R\$100,00, ele vai a Itaúna e compra por R\$100,00. É simples.

Outra coisa: é igual lá no varejão. Para terminar, vou deixar essa reflexão. Lá no varejão do meu pai, a gente vende tomate. Vou fazer uma lei lá no bairro para o pessoal só poder ir ao varejão do meu pai e comprar tomate a R\$5,00 o quilo? Se no outro bairro o varejão está vendendo o quilo a R\$1,00, o consumidor tem todo direito de ir lá e comprar. É o livre mercado. Esse projeto não é nada contra empresário, não é nada contra ninguém; é só para defender o povo, porque estou aqui é para isso. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Betão* – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público presente, servidores presentes, pais e mães que defendem a escola integral, telespectadores da TV Assembleia. Boa tarde, Beatriz. Você está muito bonita com esse uniforme da Federação Única dos Petroleiros. Parabéns!

Sr. Presidente, seguindo um pouco a linha dos deputados que me antecederam, também queria falar um pouco sobre a reforma administrativa que provavelmente será votada aqui hoje. É possível que isso ocorra. É uma reforma que ocorre há cerca de três meses. Na verdade, é o quarto mês em que essa discussão é travada de certa forma aqui, na Assembleia Legislativa. A intensidade foi maior depois que ela chegou, mas já sabíamos que essa discussão viria para esta Casa para ser travada aqui. Essa reforma causa um rebuliço enorme na forma de administração do governo de Minas Gerais e, na verdade, não economiza absolutamente nada.

O governo mandou para esta Casa uma proposta dizendo que essa reforma administrativa economizaria R\$250.000.000,00 ao ano, cerca de R\$1.000.000.000,00 ao final dos quatro anos, ao final do mandato dele. Mas, no levantamento feito pelo Bloco Democracia e Luta, do qual nosso partido faz parte, na verdade verificou-se que a economia que se faz é da ordem de R\$33.000.000,00 ao ano, ou seja, nos quatro anos, será algo em torno de R\$130.000.000,00.

Então, é muita falação para pouca economia. O que vai resolver os problemas das contas aqui em Minas Gerais, que é um problema estrutural que estamos vivendo desde a época em que Fernando Henrique Cardoso era presidente do Brasil, é resolvermos essa situação da Lei Kandir, em que a União deve milhões de reais para os estados e municípios; é resolvermos de vez a questão das desonerações que são feitas aqui no Estado de Minas Gerais, para as mineradoras em especial. Só em 2018 foram R\$14.500.000.000,00 de isenções fiscais dadas a essas grandes empresas. De qualquer forma, estamos travando essas discussões aqui.

O Bloco Democracia e Luta conseguiu apresentar algumas discussões importantes que, me parecem, estão sendo incorporadas ao novo substitutivo que está chegando aqui na Assembleia, que trata, por exemplo, da questão da escola de saúde. O governador estava mandando um projeto, e o bloco está conseguindo manter a autonomia da Escola de Saúde Pública, que é uma importante instituição de capacitação de profissionais em diferentes cidades.

A questão do Ipsemg. Chamo a atenção para esse ponto porque ainda não estamos conseguindo resolver o problema do Ipsemg. Temos de resolver a autonomia para ele, mas o governador o estava mandando para a Secretaria de Fazenda. Estão conseguindo mantê-lo por enquanto na Seplag. Há ainda algumas emendas. A deputada Beatriz solicitou um destaque, daqui a pouco lhe concedo um aparte, deputada. Há uma emenda que também apresentamos sobre essa questão da autonomia do Ipsemg. Depois vamos tentar aprová-la, no momento que for possível. Talvez hoje ainda, caso realmente isso venha a ser discutido e votado.

Ainda estamos apresentando emendas, as quais estamos destacando, sobre a participação popular, na mesma linha da questão da Cemig e da Copasa, para que qualquer movimento brusco que seja feito com relação a mecanismos de governança no Estado de Minas Gerais passe por plebiscitos, que são convocados para a participação da população. Então, vamos ter muita discussão hoje ainda neste Plenário. A reunião extraordinária está convocada para as 18 horas. Conversando com deputados mais antigos, já bem mais experientes do que nós, parece que a reunião deve se manter durante toda a noite. Convidamos as pessoas que estão aqui a participarem e ajudarem nessa discussão.

A deputada Beatriz Cerqueira (em aparte)* – Betão, boa tarde. Presidente, boa tarde. Quero dar um boa-tarde especial aos servidores públicos e aos trabalhadores da educação que estão aqui para pressionar por pautas muito justas que teremos a oportunidade, espero, de votar ainda hoje na Assembleia Legislativa.

Betão, inscrevi-me primeiramente para explicar às pessoas que estou usando um jaleco dos funcionários da Petrobras. Então, isso é uma homenagem aos petroleiros e também o meu protesto contra a venda da Refinaria Gabriel Passos – Regap –, que está na lista de privatizações do governo Bolsonaro. Às vezes, chega alguma privatização na agenda e não prestamos muita atenção até que ela começa a matar, como aconteceu com a Vale, que matou em 2015 e 2019. A iniciativa privada mata, e é o serviço público que vai fazer o atendimento às pessoas.

Então, primeiro faço um alerta sobre a importância da defesa da Petrobras. Nenhum país inteligente no mundo entrega a sua soberania. Então, de fato, esse é um debate de soberania nacional. Venho fazer a defesa da Petrobras e da Refinaria Gabriel Passos, aqui no nosso Estado.

Um segundo ponto, Betão. Quero trazer o nosso compromisso aqui, no momento da votação da reforma administrativa. Traremos ao Plenário o debate do Ipsemg, porque não basta mantê-lo na Seplag. É preciso que haja o resgate da sua autonomia administrativa e financeira.

Alerto os meus colegas de profissão e os servidores públicos que nos acompanham: é a nossa única e melhor chance de salvar o Ipsemg. Se não garantirmos a autonomia administrativa e financeira do instituto, correremos o risco de ver o Ipsemg acabar, porque é este o caminho que ele está trilhando: a ausência da autonomia financeira e administrativa.

Também traremos ao debate a educação integral. Temos um projeto de lei, Betão, que eu e você assinamos com outros deputados, que é o Projeto de Lei nº 653, que torna lei a escola de tempo integral no Estado de Minas Gerais. É a melhor resposta que podemos dar diante do absurdo de retirar um programa que contempla mais de 80 mil crianças, além de demitir servidores ou fechar postos de trabalho de 9 mil trabalhadores em educação. As pessoas estão aqui com as listas das escolas, as comunidades atendidas pelo programa estão aqui. Não há o que justifique essa postura do governo do Estado. Então, venho reforçar essa luta pela educação integral, e a faremos pelo tempo que for necessário. Obrigada.

O deputado Betão* – Obrigado, Profa. Beatriz. É muito justa a homenagem que está fazendo aos petroleiros. Há essa possibilidade da privatização aqui, mesmo porque, Beatriz, não existe vida inteligente neste governo federal. Amanhã, dia 1º de maio, será um momento para a reflexão dos trabalhadores e das trabalhadoras sobre as formas como vamos nos organizar para impedir a venda de parte do País, das empresas públicas brasileiras, e para impedir a reforma previdenciária, que pode acabar com a vida dos trabalhadores.

A deputada Ana Paula Siqueira (em aparte)* – Deputado Betão, obrigado pelo aparte. Presidente, faço uma saudação, nesta tarde, a todos os servidores e servidoras e à população de Minas Gerais que nos acompanha presencialmente aqui e por meio da TV Assembleia. Quero fazer um reforço dessa discussão importante sobre a reforma administrativa, que há dias está tramitando nesta Casa. Hoje espero ter a oportunidade de votar esse projeto. Sabemos que toda reforma é legítima pelo governo que se inicia, mas sabemos que a reforma aqui apresentada ainda não traz a economia necessária para salvar o Estado.

Diante disso, quero destacar, ressaltar a importância da participação de vocês, servidores, da população de Minas Gerais e de todos que frequentaram as audiências públicas para manifestar seus desejos e apontar os pontos que careciam de melhorias na reforma. Hoje, com a leitura do próximo texto do substitutivo que chegará aqui, tenho certeza de que conseguiremos ver lá contempladas algumas vitórias. Não serão todas, mas serão vitórias importantes para demonstrar ao governo do Estado a importância da participação popular e a importância que esta Casa tem na escuta do povo de Minas Gerais. Nós, deputados aqui presentes, estamos comprometidos com essas causas.

Quero ressaltar a importância da vitória da Escola de Saúde Pública. Foi uma conquista de vocês, houve um debate profundo nesta Casa. O nosso Bloco Democracia e Luta se comprometeu, fez valer... Certamente ele será lido nos próximos minutos.

Assim como o Ipsemg, vale ressaltar, reforçando as palavras da Beatriz, que ainda há de se lutar pela autonomia administrativa e financeira desse importante instituto. Recebi diversos colegas, diversas pessoas ligadas ao sindicato, diversos associados a esse instituto que vieram destacar a importância não só do posicionamento dele na estrutura administrativa, mas, principalmente, da sua autonomia econômica.

Para concluir, um assunto importante que quero destacar é a política de prevenção e combate ao *crack* e outras drogas, que também veio com uma proposta de rebaixamento na reforma. Espero que o próximo substitutivo faça a leitura de incluir essa importante pasta na Sedese para que tenhamos a garantia da cobertura dessa política no Estado. Obrigada, deputado.

O deputado Betão* – Obrigado, deputada. Lembro, deputada Ana Paula, que o Ipsemg conta com mais de 900 mil beneficiários, num estado de 20 milhões de habitantes, e tem uma receita própria de R\$1.200.000.000,00, que não pode ficar na mão do Estado. Tem de haver autonomia para poder gerir. Lembro também às senhoras e aos senhores que, quando um direito é conquistado – acho que essa é uma máxima tanto do movimento sindical quanto dos movimentos populares -, não dá para retroagir.

Então para uma família, uma parcela da população que conseguiu uma escola de tempo integral, não dá para retroceder. Não temos de retroceder. Temos de avançar mais ainda, garantindo a escola integral para todos e todas.

Finalizando minha fala, vejo que o deputado Elismar Prado pede aparte. Agradeço. Obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Mauro Tramonte* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, boa tarde. Boa tarde a todos que estão defendendo seus direitos. Nada mais justo, não é mesmo? Fizemos uma audiência pública e falei que não consigo entender certas coisas, mas acho que não sou tão burro assim. Não consigo entender certos posicionamentos, por exemplo quando o governo vem e demonstra uma atitude tão diferente da que esperávamos. Aí pergunto: será que vai acabar o atendimento público no Estado de Minas Gerais? Parece que a intensão é essa, é acabar com o atendimento público no Estado de Minas Gerais: corta a autonomia do Ipsemg, corta funcionários do UAI, corta atendimento psicológico de mulheres vítimas de agressão, corta funcionários da segurança das escolas, corta professores pois podem ser cortados os de tempo integral. Estou errado? O que mais falta cortar? Não sei mais o que falta cortar nesse estado. Fico em dúvida. Não há mais o que cortar. Acho que daqui a pouquinho, não vamos ter funcionário público no Estado de Minas Gerais. Esse é o grande problema.

No caso do Ipsemg, posso falar tranquilamente, pessoal, porque já fui funcionário público estadual e sei quanto penei para ter uma consulta do Ipsemg. Havia médico na minha cidade que atendia de graça. Chegávamos lá e falávamos: é consulta do Ipsemg. E o médico respondia: “Não. Vou atendê-lo de graça”. Faziam assim porque não recebiam. Quando recebiam, recebiam uma mixaria. Então falavam: “Vou atendê-lo de graça. Vou fazer o exame de graça”. Isso era no interior, quando existiam alguns convênios. Vejam quanto tempo faz que o Ipsemg sofre estando no poder do Estado. Vejam que há tempo o Ipsemg está sofrendo. Tem de dar autonomia para o Ipsemg e tudo. Não é possível que com essa quantidade de funcionários... Só para terem ideia, saí do Estado no ano 2000. Faz quase 20 anos que saí do Estado. De lá para cá, imagino quantas pessoas se aposentaram e contribuíram. Cadê essa grana toda? Onde ela foi parar? Onde está essa grana toda? Por que não dá essa autonomia e passa essa grana? O Ipsemg que vai resolver o que tem e o que não tem de fazer. Isso é simples.

Outro assunto em que gostaria de tocar é ao projeto as Emendas nºs 157 e 158, que apresentei, para não juntar, ou seja, para separar a Secretaria de Estado de Cultura da Secretaria de Estado de Turismo. Infelizmente, não foram aprovadas. A comissão fez um parecer dizendo que haveria despesas, quando, na verdade, no nosso entendimento, não haveria despesas, mas a manutenção das secretarias. E isso seria gastar quase nada nessas secretarias de Estado. Não entendi, mas é um direito que a comissão tem. Mas também é direito meu reclamar desse posicionamento, é um direito democrático. Não concordo de forma alguma que a Secretaria de

Cultura se junte à Secretaria de Turismo. Temos turismo de várias maneiras. Temos turismo em vários segmentos e cultura de vários segmentos também. Agora quem vai mandar em quem? O turismo vai mandar na cultura? Ou a cultura vai mandar no turismo? Você vai pegar um especialista em turismo ou um especialista em cultura? Como serão as coisas? Vão puxar mais para o turismo ou para a cultura? O que une turismo e cultura para fazer vários eventos, que possam ajudar as cidades e o Estado de Minas Gerais? Vejam a falta de delicadeza que acho ao mandar um projeto deste para cá. Fico realmente triste ao pensar sobre isso.

O deputado Elismar Prado (em aparte)* – Obrigado, deputado Mauro Tramonte. Parabenizo V. Exa. pelo posicionamento em defesa do interesse público, em defesa do povo de Minas Gerais. Quero saudar todos os movimentos que estão aqui, os trabalhadores da educação, do Sind-UTE, os trabalhadores que defendem os seus direitos e ocupam as galerias desta Casa de forma legítima. Também defendo a autonomia do Ipsemg e a melhoria das condições para todos os educadores e defendo que a cultura tem de manter o seu *status* de secretaria. Um estado como Minas Gerais, com tamanha diversidade e riqueza cultural, não pode retroceder jamais. Faço a defesa ainda da escola em tempo integral.

Deputado Mauro Tramonte, eu fiquei muito surpreso ao receber mensagens de algumas pessoas dizendo para termos paciência, que os deputados desta Casa precisam entender que o governador está no início do seu mandato. Ora, nós entendemos, mas quando ele envia para cá uma proposta de reforma administrativa com medidas que diminuem o Estado, que diminuem os serviços públicos, que sinaliza para o desmonte do Estado, o seu pouco tempo de governo passa a ser uma grande preocupação para todos nós! Nós não aceitamos o fim de políticas públicas fundamentais como a escola em tempo integral e outras, nem no início do governo nem no meio nem no final, em tempo algum, de forma alguma. Isso deve ser política de Estado, política permanente, independentemente do governo que esteja ocupando a direção do Estado em qualquer momento. Isso é interesse público. Então, quero aqui fazer esta defesa e dizer que não admitimos corte.

Já disse nesta Casa que o governador foi eleito com uma votação avassaladora e precisa respeitar os milhões e milhões que confiaram na sua palavra. Ele precisa ter sinceridade e franqueza, ele é um gestor privado, mas está cuidando da coisa pública, do orçamento público, do dinheiro do povo. Nós queremos mais educação, mais saúde, mais cultura, mais segurança. Essa proposta de redução do Estado simplesmente desmonta o serviço público, desmonta o direito que o cidadão tem de receber de volta o que paga através dos impostos. Por que ele não apresentou nada ainda aqui e falou tanto durante a campanha em redução da carga tributária, em peso dos impostos? Não vi nenhuma medida até agora nesse sentido. É isso o que a gente quer. A população não pode ser mais sacrificada. Nós queremos mais, queremos avançar, como eu disse aqui, e não retroceder.

Portanto, quero dizer que não vamos ceder, porque é o direito do povo, e esta Casa precisa, sim, ser ativa, ser autônoma, independente e defender a população do Estado de Minas Gerais contra qualquer atrocidade, contra qualquer injustiça. Parabenizo o deputado Mauro Tramonte e reafirmo que, em relação à escola em tempo integral, nós não admitimos corte em tempo algum. Não admitimos! Parabéns a todos os trabalhadores da educação e a todos que fazem a defesa dos seus direitos. Parabéns, deputado Mauro Tramonte. Obrigado.

O deputado Mauro Tramonte* – Valeu, Elismar. Agora, há um detalhe: como você disse, o governador foi votado maciçamente, principalmente pelos funcionários públicos que acreditaram num trabalho que seria diferente.

O deputado Virgílio Guimarães (em aparte)* – Deputado Tramonte, quanto à questão específica do turismo, é importante situar aqui que qualquer reforma administrativa pode ter até o objetivo de reduzir despesa, mas o objetivo central do equilíbrio fiscal a longo prazo é a retomada do crescimento econômico, dos investimentos, do aumento do PIB. Essa é a maneira saudável de aumentar a arrecadação. Todos querem pagar mais se estiverem ganhando mais e se a economia estiver crescendo.

O turismo é essencial para isso. É claro que o turismo atual raquítico em Minas Gerais – raquítico em relação ao que ele pode vir a ser – tem uma interseção muito forte com a cultura; é verdade. Mas o turismo que se desenvolve hoje é o de negócios, o de

saúde, o de eventos, há uma série imensa. Então é preciso haver alguém que pense o turismo de uma maneira muito mais completa do que achar que é apenas uma questão de cultura. São focos diferentes.

Eu sei que talvez colocar ali, no *locus*... O mais adequado seria a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Pode ser uma secretaria repleta de tarefas, mas creio que há algumas lá que poderiam ser retiradas. Conversava há pouco, neste Plenário, a respeito da regularização fundiária, que é uma questão importante, mas é preciso haver um espaço adequado para isso.

Então eu queria reforçar isso com uma argumentação mais técnica. Se queremos o turismo para alavancar o desenvolvimento, não tem que ser reforma apenas para economizar, é reforma para fazer crescer. Se não for assim não vale a pena. A reforma para fazer crescer precisa ter o instrumental para que o turismo se transforme em um turismo robusto, que venha a contribuir de uma forma muito importante para a retomada do desenvolvimento mineiro.

O deputado Mauro Tramonte* – Obrigado. Tanto é assim, Virgílio, que entramos com um pedido de criação de uma comissão extraordinária de turismo e gastronomia. Ela está acontecendo para fomentar o turismo e a gastronomia do Estado de Minas Gerais. Não colocamos a cultura porque turismo é uma coisa e cultura é outra; simplesmente por causa disso.

A deputada Marília Campos (em aparte)* – Prestei atenção à sua fala, e V. Exa. denuncia muito essa política dos cortes. Felizmente para algumas delas o governo já sinalizou o recuo: em relação à escola de saúde pública e a um avanço ainda não total na questão do ensino integral. Mas me preocupo mais ainda, deputado, porque me parece que o nosso governador está muito contaminado pela conjuntura de desmonte que está acontecendo em todo o Brasil na questão das políticas de privatização, particularmente quando o governo Estado anuncia, por exemplo, o seu apoio incondicional à reforma da Previdência que tramita em Brasília. Sabemos que essa reforma significa não apenas corte de direitos, mas colocar muitos dos nossos municípios, que sobrevivem graças às aposentadorias, pensões dos trabalhadores – a economia funciona muito em função disso –, em dificuldades.

Ele anuncia mais, deputado, anuncia também a possibilidade de Minas Gerais aderir a esse grande plano nacional que prevê a privatização da Cemig, da Copasa, do BDMG. Então, certamente, as nossas lutas serão muito maiores do que as de agora. Agora estamos preocupados com a reforma administrativa, na expectativa de que o governo recue de todas as políticas de corte, porque parece um homem-tesoura: corta, corta, corta e não anuncia desenvolvimento para o nosso estado. A nossa expectativa é de que ele recue, mas, mais do que isso, que não anuncie esse descompromisso com Minas Gerais e com o Brasil, quando anuncia a venda do patrimônio público do povo de Minas Gerais. Obrigada pelo aparte.

O deputado Mauro Tramonte* – Obrigado, Marília. Vamos colocar mais um corte aí, então, Marília. Vamos colocar mais um corte nisso aí? O governo estadual cortou aquele telefone 155. Para que serve isso? Para as pessoas saberem se determinados medicamentos chegaram e irem buscar. Ele simplesmente cortou esse número. Sabe como é agora, gente, senhores deputados? As pessoas precisam baixar um aplicativo no celular.

Aquele coitadinho que está lá num bairro longe, que não tem celular, internet, aplicativo, aquela senhora grávida, aquela idosa que está no bairro e precisa ligar para o 155, que pode ser pelo celular, pelo telefone público, de graça, ou um telefone particular, de graça, não pode mais. Quando a pessoa liga para o 155 e digita o 2 para saber sobre saúde, simplesmente ouve que esse serviço não existe mais, que é preciso baixar um aplicativo.

O que representa de gasto para o Estado manter esse telefone para as pessoas ficarem sabendo se o remédio chegou ou não? Olhem o gasto que estão cortando! Pergunto: isso é economia ou é falta de uma boa gestão, de administração?

Para terminar, Sr. Presidente, queria falar com o deputado Cleitinho que pode contar com esse projeto da placa. Entrei com ele também, Cleitinho, para a gente estudar essa situação, porque realmente é um absurdo. Vamos escutar as partes. Estamos numa democracia, vamos escutar as partes, porque os dois lados - dois, não -, os três lados devem ser escutados, pois sempre há três lados. Vamos escutá-los e ver o que faremos com esse projeto de lei, porque, desse jeito, não dá para continuar. Ninguém aguenta pagar

multa, IPVA, seguro obrigatório e não sei quê e 200 contos num parzinho de placa de alumínio. Nem uma panela de pressão, que demora 50 anos para acabar, é mais cara que uma placa de alumínio dessa finura. “Me ajuda aí”. Obrigado, gente. Um abraço.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira* – Presidente, queria continuar a minha discussão.

Os colegas que estavam aqui na parte da manhã viram que fizemos uma defesa da manutenção da Secretaria de Cultura, bem como da Secretaria de Turismo. Trouxe vários argumentos que sustentam, que provam, do ponto de vista econômico, do ponto de vista da importância e relevância da política pública, que o governo não perde, pelo contrário, poderá encontrar solução para boa parte dos nossos problemas relacionados à crise financeira no fomento da cultura e do turismo.

O meu tempo aqui é curto. Queria, presidente, só fazer a leitura aqui brevemente da carta que foi enviada aos colegas deputados. Apresentamos ao Projeto de Lei nº 367/2019, da reforma administrativa, a Emenda nº 166, da manutenção dessas duas secretarias. (- Lê:) “É importante debatermos com dados e números reais e avaliarmos se os recursos que serão economizados justificam as perdas políticas, sociais e, inclusive, econômicas da junção proposta. Considerando o ano de 2018, o orçamento executado do Estado de Minas Gerais com a Secretaria de Cultura foi de R\$41.000.000,00, representando apenas 0,046% do orçamento total do Estado; e, com a Secretaria de Turismo, foi de R\$8.500.000,00, o que representa 0,0089%. Isto é, dos R\$90.000.000.000,00 de orçamento total do Estado, o gasto com as duas secretarias não chegou a R\$50.000.000,00. Por outro lado, o patrimônio cultural mineiro tem valor inestimável, sendo o Estado com o maior número de tombamentos da Unesco, com quatro conjuntos que são Patrimônio Cultural da Humanidade. É o 3º Estado com maior número de museus, além de preservar grande parte da memória histórica e cultural do Brasil Colônia, em suas construções e igrejas. A cultura é fonte de renda para milhares de famílias mineiras, constituindo importante núcleo de desenvolvimento econômico para o Estado: memória, identidade e história.

Da mesma forma, o turismo é símbolo de Minas Gerais, sendo importante atividade econômica. Em 2017, estima-se que o setor era responsável por empregar 381 mil pessoas, cuja renda dos trabalhadores é de R\$613.000.000,00, além disso, são 996 estabelecimentos de hotelaria, 63 mil estabelecimentos de turismo e o 4º maior fluxo de turistas do Brasil, gerando receita de R\$16.000.000,00. São resultados extremamente positivos, se considerarmos o baixo investimento realizado pelo Estado, sendo um dos menores do País.”

Ainda destacamos que o nosso Aeroporto de Confins é considerado o 3º melhor aeroporto do Brasil, com mais de 6 mil voos domésticos registrados.

“No atual momento, o Estado tem a oportunidade de contar com mineiros em cargos estratégicos para o turismo, como o Ministro do Turismo, o presidente da Embratur e o presidente da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados. Não é o momento de reduzirmos a estrutura e os investimentos no setor, mas, ao contrário, de ampliarmos e consolidarmos as políticas públicas.”

Em tempo, presidente, esta Casa criou a Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, pela relevância que o tema tem. Relembro ainda que Minas Gerais tem quatro patrimônios culturais da humanidade tombados pela Unesco – Ouro Preto, Diamantina, Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, e o Conjunto Arquitetônico da Pampulha; e nove conjuntos urbanos tombados pelo Iphan. A Serra do Espinhaço foi eleita reserva natural da biosfera, também pela Unesco. Este estado sedia o maior centro de arte ao ar livre das Américas, o Inhotim; abriga o terceiro maior sistema lacustre do Brasil, o Parque Estadual do Rio Doce; tem a terceira cachoeira mais alta do País, a Cachoeira do Tabuleiro; o terceiro pico mais alto, o Pico da Bandeira; a maior estalactite do mundo, a Perna da Bailarina, situada na Gruta do Janelão, no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu; e o Lago de Furnas, um dos maiores lagos artificiais do mundo, com quatro vezes o volume da Baía de Guanabara. Nas estâncias hidrominerais, encontra-se a maior concentração geográfica de águas do planeta. Aqui ainda opera o único trem interestadual de passageiros em operação no País, o da Vale, Vitória-Minas. Além deste, há cinco outras linhas ferroviárias em operação no Estado, inclusive a linha de São João del-Rei a Tiradentes. Como já disse, há a importância do nosso aeroporto, os números expressivos de registro dos voos que recebemos; a

Estrada Real, que é considerada o melhor projeto turístico do País; a menor basílica do mundo, a de Nossa Senhora da Piedade, em Caeté; a gastronomia mineira, que encanta e seduz os visitantes com nossos cafés, queijos, quitutes, vinhos, azeites, cachaças e cervejas de Minas, tão premiados no Brasil afora; a nascente do Rio São Francisco, o Rio da Integração Nacional, na Serra da Canastra; Lagoa Santa, onde foi descoberto o esqueleto humano mais antigo das Américas, Luzia, com cerca de 11,5 milhões de anos; a Gruta de Maquiné, em Cordisburgo, berço da paleontologia no Brasil por ter sido o principal ambiente de trabalho de Peter Lund - ali se encontra a segunda maior caverna do mundo. Minas Gerais foi eleita o melhor destino histórico e o melhor destino para as férias em família pelo jornal *Folha de S.Paulo*.

Diante de tudo isso e na expectativa de sua acolhida às aspirações de nosso setor, valemo-nos da oportunidade para reafirmar o apoio à causa que estamos defendendo.

Por isso, nobres colegas, penso que a Assembleia dará grande contribuição à reforma administrativa, com a manutenção de duas importantes secretarias que temos no Estado de Minas Gerais.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Doorgal Andrada – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Mesa; boa tarde, deputados; boa tarde, deputadas, todos que nos acompanham pela TV Assembleia e todos aqui presentes. Sr. Presidente, venho a esta tribuna dizer àqueles que estão nos ouvindo que hoje vamos votar um projeto muito importante para os mineiros e para as mineiras: a reforma administrativa do Estado de Minas Gerais, proposta pelo governador.

Sr. Presidente, essa proposta é comum quando um governador quer reestruturar, quer reformular um estado, suas secretarias e autarquias para, assim, dar início à gestão, da maneira como ele entende que o Estado deve estar nessa sua estrutura. É muito importante, deputados e deputadas, que aqui, hoje, possamos discutir, deputado Alencar, cada ponto apresentado pelo governador, cada emenda proposta pelos deputados e pelas deputadas. Vou dizer por quê. Deputado Thiago Cota, o governador, em sua campanha, durante a eleição, apresentou inúmeras propostas, excelentes propostas, muitas promessas, excelentes promessas, mas ele não tem cumprido aquilo que apresentou.

Então, deputados e deputadas, venho aqui ler algumas notícias veiculadas por alguns jornais sobre o nosso Estado de Minas Gerais. “Governador de Minas usa helicóptero para trajeto de 30km.” “Zema faz 16 voos com aeronaves oficiais, mas não revela valores gastos.”

“Secretários de Zema são indicados para conselhos que pagam jetons.” “Secretária de Zema,” – aí faço questão de mostrar que é a secretária que está nessa imagem - “Júlia Sant’Anna, foi indicada para compor dois conselhos e vai triplicar o seu salário.” “Zema muda de ideia e agora acha que aeronaves são imprescindíveis.”

Venho aqui, Sr. Presidente, usar a palavra não para me opor a este governador, de maneira alguma, mas para chamar a atenção dos meus pares, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, pois devemos ser muito cautelosos hoje ao analisar essas propostas, cada ponto, cada emenda. Por quê? Porque devemos trazer para o nosso estado boas propostas e um governador que apresenta, durante sua campanha, boas ideias, mas depois as descumpre, deve deixar esta Casa atenta a cada detalhe.

Sr. Presidente, a Assembleia Legislativa representa o Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais. O Estado é composto por três poderes: Legislativo, Judiciário e Executivo. Esta Casa hoje tem a oportunidade de consertar alguns desses erros, alguns desses equívocos do governo, do Executivo de Minas Gerais. Portanto protocolei hoje, mais cedo, quatro emendas e chamo a atenção dos deputados para que possam nos apoiar na votação dessas emendas que, possivelmente, serão destacadas. A primeira delas é a seguinte, Sr. Presidente: “Fica vetada a utilização de aeronaves pelo Poder Executivo estadual, excetuando as de uso exclusivo das Polícias Militar e Civil, do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil.”

A segunda emenda, Sr. Presidente: “O Poder Executivo Estadual deverá ser composto de, no máximo, 12 secretarias”. Tudo isso, deputada Bia, é para cooperar com as propostas do governador. Tudo isso foi dito durante a campanha. E agora, nós, no papel

fiscalizador de parlamentar, devemos mostrar que isso é o que deve ser feito agora para o nosso estado. Não adianta propor economia, trazendo um desserviço e extinguindo serviços que atingem diretamente o cidadão, por exemplo a escola integral para as nossas crianças.

Mais uma emenda a este projeto: “Fica autorizado ao governador, vice-governador, secretários de Estado e demais membros da administração direta do Poder Executivo estadual abrir mão da integralidade dos seus vencimentos ou subsídios, devendo receber, para efeitos legais, um salário mínimo”. Por quê? Foi também uma promessa de campanha, mas a Constituição veda que eles não recebam pelo menos um salário mínimo. Então vamos ajudar o Poder Executivo a cumprir suas propostas de campanha.

A quarta emenda, que me parece será destacada, foi apresentada em conjunto com o deputado Alencar e apoiada pelo deputado Sávio. Acredito que os senhores e as senhoras vão apoiar também: “Fica vedado o acúmulo de remuneração de qualquer natureza aos secretários de Estado e demais dirigentes da administração direta do Poder Executivo estadual, que integrem conselhos administrativos e fiscais de empresas estatais”. São quatro emendas, Sr. Presidente, deputados e deputadas, que visam ajudar, cooperar com o governo para que ele possa cumprir suas propostas. Portanto peço de antemão o apoio de cada um de vocês.

Gostaria agora de direcionar minha palavra ao senhor governador. Peço que o líder de governo encaminhe minhas palavras ao governador Zema. Aqui há 77 deputados e deputadas eleitos legitimamente pelo povo mineiro. A Constituição Brasileira, em seu art. 2, determina que são poderes da União, independentes... Isso tenho certeza que todo o mundo sabe. Já escutei todos os deputados desta Casa dizerem que a Assembleia, que os deputados são independentes do Poder Executivo. Mas há uma frase importante. O art. 2º também fala que os poderes devem ser harmônicos entre si. No momento em que o governador deixa de ouvir um deputado, no momento em que o governador não escuta o deputado, que representa um setor, que representa uma região, que defende uma bandeira específica, ele está, deputado Raul, descumprindo um preceito constitucional.

A Constituição determina que o Poder Executivo deve ouvir esta Casa, e nós temos legitimidade para participar dessa gestão do governo, porque fomos escolhidos para tal. Se em algum momento ele deixa de nos ouvir, está deixando de ouvir os mineiros e as mineiras. Nós somos meros representantes. Então, deputados e deputadas, é importante a Assembleia participar dessa missão muito nobre que o governador tem agora de reerguer um Estado falido, de reerguer um Estado que não tem boas escolas, que não tem boa qualidade na saúde, que não tem boa educação, mas sem tirar e sem buscar economia em cima de serviços para o cidadão. É inadmissível que qualquer vaga... Eu não concordo – já disse aos meus pares e ao meu líder – que seja negociada a escola em tempo integral, 25 vagas daqui a alguns meses e depois mais 50, de forma que no ano que vem seja cumprido. Nenhuma vaga de escola integral pode ser extinta.

Sr. Presidente, para concluir a minha fala, estou aqui para defender o Estado de Minas Gerais, porque cada um aqui, tenho a certeza, deputada Laura, teve uma votação para entrar nesta Casa. E nós temos de trabalhar. Eu tenho de dar um retorno para o mineiro e a mineira, porque essa foi uma missão outorgada a mim. O parlamentar deve fiscalizar, deve legislar, e o que eu estou fazendo aqui hoje, Sr. Presidente, é fiscalização, numa tentativa de mostrar àqueles que nos assistem, aos senhores deputados e às senhoras deputadas, que nós precisamos participar desse governo fiscalizando-o muito de perto. Quero usar uma frase aqui, deputado Alberto, que aprendi quando servi ao Exército Brasileiro: a palavra convence, mas o exemplo arrasta. O que nós esperamos desse governador agora é o exemplo. Muito obrigado pela atenção.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* – Parabenizo V. Exa., que está chegando a esta Casa hoje. Várias coisas têm de mudar. Quando a gente fala de educação, podemos falar com tranquilidade. Vou lembrar o Darcy Ribeiro. Nós fizemos uma frente para a educação. Não se faz economia na educação. Educação é investimento. Segurar um menino em sala de aula hoje é cuidar dele, é cuidar da criança que tem de chegar à sala de aula pela manhã, como era antigamente no Sul do País. O Darcy sempre falou em escola de tempo integral. A criança chega, estuda, vai se alimentar, sai de casa e volta com banho tomado. Aí a sua mãe, que está saindo para trabalhar, vai pegar o seu filho e educá-lo. A Bia pode falar porque conhece mais. Hoje são gastos R\$4,00 por dia para

cada aluno, Doorgal. Agora imagine daqui a 10, 15 anos! Se um menino não tiver educação, nós vamos gastar R\$100,00, R\$150,00, com ele na cadeia. Educação é investimento, Doorgal! É nisso que estamos batendo nesse governo.

Não adianta dizer: “Mas eu sou empresário e acho que temos de economizar aqui ou ali”. Nós não podemos economizar na educação. Nós podemos economizar, por exemplo, no número de cargos que tem o governador lá no seu gabinete, onde só coloca apadrinhado político. Sempre foi assim. Eu não estou falando nada de novo. Sempre foi assim. Nós temos de economizar na emenda parlamentar. Não é deputado que tem de dar emenda. É obrigação do governador dar dinheiro para a saúde, para a educação, para a segurança pública mensalmente, senão vamos passar anos e anos na mesma.

Posso falar isso, porque já tive a oportunidade de apartear seu tio-avô, de apartear seu tio e agora estou aparteando V. Exa., e, nesses 30 anos, não mudou nada. Sabe por que não mudou nada? Porque a Casa não muda, não mudam as leis. Precisamos de leis novas neste Brasil; precisamos acabar com eleição de dois em dois anos; precisamos acabar com as emendas parlamentares; precisamos fiscalizar e legislar.

Doorgal, é isto que a gente fala: político não pode chegar, fazer promessa, jogar para ser eleito e depois não cumprir. Por isso, como V. Exa., estamos juntos nessa luta. Salário mínimo para o governador e seus secretários, até que coloque a folha de pagamento do funcionalismo em dia. Não sou eu que estou falando; foi o governador que prometeu e, se prometeu, tem que cumprir. Ele não pode chegar, Doorgal, e jogar para a plateia. É muito bonito isto: “Vou enrolar, vou fazer, vou passar”. Não, agora terá que fazer.

Senhores e senhoras telespectadores da TV Assembleia, eu disse ao governador, quando ele veio conhecer a Assembleia: “Governador, nesta Casa, criamos a TV há vinte e tantos anos”. E o governador disse: “Não precisa mais, porque há rede social”. Há o quê? O grande povão está assistindo à televisão, está acompanhando a TV Assembleia no interior de Minas, onde ainda não há comunicação.

Quanto à aeronave, ele sempre dizia o seguinte: “Não vou pegar avião. Avião comigo é só avião de carreira”. O governador nunca viajou de avião de carreira. Entrego meu mandato agora, se ele tiver feito alguma viagem de avião de carreira. Nunca, o tempo todo... Governador, você disse que não iria usar, mas está usando a aeronave.

Doorgal, então é salário mínimo até que o governador coloque em dia o pagamento do funcionalismo. Vamos fazer essa lei. V. Exa. está com a emenda, Doorgal, e estamos juntos.

Outra coisa: puxadinho de secretário. Esta Casa vai ter a oportunidade, porque vamos pedir um destaque, meu líder, deputado Sávio Souza Cruz, para trazer uma emenda minha e do deputado Doorgal, e esta Casa vai aprová-la. Puxadinho não foi o Alencar que disse, foi o governador Zema que disse: “Secretário não pode ter puxadinho, conselho aqui, conselho ali”. O governador disse isso. Então, se falou, meu amigo, precisa cumprir. Esta Casa não vai permitir mais que secretário tenha vaga em conselho aqui ou ali. Acabou!

V. Exa. está certo. Parabenizo V. Exa., que chega com garra para trabalhar, arregaça as mangas, pega no pesado, porque o detalhe é o seguinte: só está começando. E ainda vou falar outra coisa: nunca vi, nesses nove mandatos que tenho – confesso –, um governo com tanta facilidade para trabalhar com o Parlamento como esse de agora. Antigamente, o governador tomava uma decisão, e a gente sabia que metade era governo, metade era oposição, e havia um bloco independente. Hoje não é assim; hoje sabemos que todos querem fazer o melhor por Minas, querem dar condição, porque o Brasil vai mudar, Minas está mudando, porque estamos fazendo a nossa parte. Muito obrigado, deputado.

O deputado Doorgal Andrada – Muito obrigado pelas palavras, deputado.

Quero reforçar a ideia da escola em tempo integral, deputado, porque sabemos que isso não vai atingir só as crianças; vai atingir também os pais e vai causar déficit na renda familiar. Mas isso vamos discutir depois, até porque a escola integral não faz parte da reforma administrativa, é uma reforma paralela que o governo quer propor.

Deputado, gostaria de aproveitar e colocar para o governador o exemplo do mandato da deputada Laura Serrano, do deputado Guilherme, do deputado Bartô. São mandatos exemplares, para serem seguidos, de pessoas que estão cumprindo tudo aquilo que disseram em campanha. Então, deputado Alencar, deputado Léo Portela, se o governador Zema não cumprir suas promessas de campanha, poderá fazer com que um partido excelente – e tenho muitos amigos que fazem parte dele, do Novo – tenha a fama de que não cumpre o que promete, deputado Raul, e não queremos isso. Então, parabéns deputada Laura, deputado Bartô, deputado Guilherme: vocês são exemplos para o governador seguir, porque cumprem as promessas de campanha.

Quero só falar mais um ponto importante, que é o fato de o governador ter enviado essa reforma administrativa em regime de urgência.

As pessoas lá fora, Cleitinho, questionam-me: “Doorgal, vocês não estão votando projetos. E os vetos?”. E tenho de explicar. Nós, desta Casa, não estamos votando os projetos dos deputados, os vetos, porque o governador mandou a reforma administrativa em regime de urgência a esta Casa. O que isso significa, deputado Cleitinho? Significa que nós devemos votar agora a reforma administrativa, em regime de urgência, antes desses projetos. Então vamos votar a reforma? Sim, devemos votar a reforma, mas é um projeto muito complexo, que deve ser discutido. Por isso está demorando tanto para que a gente chegue a um consenso. Porém, não é em razão da nossa demora, mas pelo fato de o regime de urgência não ter permitido que esse projeto fosse discutido nas comissões, deputado Cássio. Deputada Celise, se não houvesse o regime de urgência, nós teríamos talvez esgotado muitos dos pontos na CCJ, muitos dos pontos na FFO, na Comissão de Administração Pública. Então, dentro dessas comissões, que são os locais adequados para tais discussões, teríamos esgotado muitos dos pontos que são complexos.

Na minha opinião, foi por falta de habilidade do governo que essa reforma ainda não foi votada e aprovada, sobrestando a pauta e impedindo que os nossos projetos, que estão aqui para acrescentar qualidade aos serviços para os mineiros e para as mineiras, sejam votados. Na minha opinião, foi um equívoco muito grande essa reforma ter sido enviada em regime de urgência.

O deputado Cássio Soares (em aparte)* – Muito obrigado, caro deputado Doorgal. Parabéns pela sua explanação, sempre muito coerente com os seus critérios, conceitos, convicções e ideais. É isso que o povo mineiro espera de nós, parlamentares.

E é nesse sentido, Sr. Presidente, nobres colegas deputados, deputadas, população mineira, que estamos aqui, mais uma vez, defendendo a necessidade de continuação do programa de ensino integral nas escolas da rede pública estadual, tudo isso considerando que as nossas crianças e os nossos jovens são o maior patrimônio que pode haver neste Estado de Minas Gerais. Qualquer centavo investido nessas crianças é recurso por meio do qual o nosso estado vislumbrará progresso no futuro. Cada criança que vai para a rua infelizmente é um potencial cliente de um centro socioeducativo no futuro, pastor Carlos Henrique.

Dentro de um centro socioeducativo desses, um jovem acautelado custa em torno de R\$7.000,00 por mês. Pasmem, R\$7.000,00 por mês, sendo que uma criança na escola, em período integral, custa para o Estado R\$3.200,00 por ano. E é por isso que nós estamos aqui, com muita convicção, trabalhando, fazendo o nosso papel de defensor dos interesses da população mineira, em nome do Bloco Liberdade e Progresso, que se compõe de 20 deputados, entre eles V. Exa., para garantirmos a continuação desse projeto pelo governo do Estado.

Muito obrigado, deputado Doorgal.

O deputado Doorgal Andrada – Parabéns, deputado Cássio, líder do nosso Bloco Liberdade e Progresso. Aproveito, deputado Cássio, nosso líder, para ler a emenda proposta pelo nosso bloco, um bloco independente e que vai estar ao lado do governo nas questões positivas e se opor às questões negativas.

Emenda nº 270 ao Projeto de Lei nº 367/2019, que acrescenta o seguinte artigo: “A Secretaria de Estado de Educação manterá a escola integral nas unidades que até dezembro de 2018 já funcionavam no regime de turno e contraturno, sendo permitida, após estudo prévio de impacto social, reestruturação do programa, desde que não resulte na redução de recursos investidos em face do ano anterior”. Esta é a emenda proposta pelo nosso bloco, de iniciativa do deputado Cássio Soares, nosso líder.

O deputado Delegado Heli Grilo (em aparte)* – Deputado, só queria fazer um complemento. Eu já disse aqui hoje, foi dito agora pelo meu colega Duarte e repetidamente colocado por todos: a educação não tem custo, é investimento obrigatório, tem de ser feito.

Só há duas formas de se combater a violência e a criminalidade. Primeiro, enfrentando os bandidos que estão aí, porque não adianta passar sabão na cabeça, pois não espuma. A segunda forma é com educação. Em médio e longo prazos, só a educação salvará este país.

Costumo dizer que cada menino que for colocado na rua, agora é um bandido que vamos encontrar lá na frente. É claro que toda regra tem exceção. Toda regra tem exceção, e nem todos irão para o mau caminho, mas a oportunidade de isso ocorrer é muito grande. Cada menino que a escola deixar de amparar o traficante vai tentar adotar. Esse é o grande perigo de, lá na frente, haver uma criminalidade mais avançada e mais organizada. Precisamos evitar isso. Temos que sensibilizar os nossos colegas para que possam nos ajudar nessa questão. Devolvo-lhe a palavra.

O deputado Doorgal Andrada – Muito obrigado pelas palavras, deputado Heli Grilo. Com a palavra, o deputado Bruno.

O deputado Bruno Engler (em aparte)* – Deputado Doorgal, quero parabenizá-lo pelo discurso, pelas emendas. Alguns podem achar que é um discurso de oposição, mas acho que não: é um discurso para ajudar o governo Novo a ser novo, porque todas as emendas propostas são promessas de campanha. V. Exa. está ajudando o governador a fazer o que prometeu. Reitero a posição do nosso bloco, como pontuou V. Exa., como nosso líder pontuou, de não abrir mão das escolas em tempo integral. Elas têm que ser mantidas, isso não é negociável. Será votado e vamos ganhar aqui dentro, porque esta é a casa do povo; como deputados, somos representantes do povo e, logo que o projeto for votado, ganharemos a votação.

Quero dizer também que realmente temos que ajudar o governo Novo a ser novo. Quantos cargos desse governo, por exemplo, são da gestão antiga? São ainda cargos indicados pelo PT? Eu mesmo já passei para o governo diversas relações de funcionários que são filiados ao partido do antigo governador. Ora, se o povo de Minas Gerais quisesse que os cargos ficassem nas mãos do PT, teria votado no candidato do PT, mas nem para o 2º turno ele foi.

Também propus uma emenda para que o Zema cumpra uma promessa de campanha, que é apoiar as escolas cívico-militares. A emenda visa a criação da subsecretaria de fomento às escolas cívico-militares, em alinhamento com o governo federal, para fazer parcerias, trazer recursos, trazer desenvolvimento, educação e segurança para o nosso Estado de Minas Gerais.

O deputado Doorgal Andrada – Parabéns pelas palavras, deputado Bruno. Com a palavra, o deputado Duarte Bechir.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) - Deputado Doorgal, tem sido muito clara e bem entendida a posição de V. Exa. Vivenciamos, realmente, um tempo novo, do Partido Novo. Esse conhecimento do poder público não é chegar, olhar e entender. A escola é, para todos nós e – quero crer – para o Partido Novo, do governador, um dos principais instrumentos de política. Então não se pode diminuí-la; aquilo que se tem deve ser melhorado. A emenda do nosso bloco é pela continuidade da integralidade do que se ofereceu em 2018, ou seja, sem mudanças, e, daqui para a frente, discute-se um novo momento.

Quero falar dessa emenda que faço em favor das indústrias e dos empregos. A nossa proposta é que a Codemig tenha, até junho de 2019, daqui a dois meses, a propriedade dos lotes instalados em distritos industriais em todo o Estado - Belo Horizonte, Betim, Passos e outros. Daqui a exatamente 60 dias, a Codemig passará aos domínios das prefeituras as propriedades desses lotes, desses imóveis, e o nosso pedido é que a Codemig possa repassá-los às empresas, indústrias e empreendimentos que compraram os terrenos, pagaram sua integralidade e, por uma licença ou algum meio, ainda não tiveram cumprida a sua instalação; mesmo assim, que possam receber a escritura e, com um tempo maior, se instalar, gerando emprego e renda para Minas Gerais.

Já conversei com as lideranças dos quatro blocos da Casa. Aqui, temos a assinatura dos quatro líderes dos blocos. A minha apreensão – e deve ser a de V. Exa. e de muitos deputados – é que teremos um número mínimo de destaque de emendas, ou seja, elas

serão colocadas num bojo e não serão notadas pelos deputados. Serão colocadas nesse bojo e, certamente, rejeitadas sem a devida explicação e sem o devido reconhecimento.

Então, presidente, quero aqui deixar registrada a preocupação deste parlamentar. A matéria é pertinente, a matéria é necessária, assim como foram as de V. Exas., contudo, da forma como serão colocadas em votação, vão sumir, não vão ter nenhum valor, não serão discutidas, e isso pode trazer prejuízo para o governo, para Minas Gerais e para a nossa economia, que anda enfrentando tanta dificuldade.

Então, gostaria de dizer ao presidente e aos líderes que é preciso criar um caminho para que se identifiquem as boas propostas, para que possam ser apreciadas e, assim, ser definidas pelos membros desta Casa se vão ou não virar lei.

Parabéns pela fala de V. Exa. e obrigado pelo aparte.

O deputado Doorgal Andrada – Muito obrigado, deputado. Já chegando ao final, Sr. Presidente, concluindo minha fala, quero dizer que hoje vamos votar este projeto tão importante, que é a reforma administrativa do Estado de Minas Gerais, proposta pelo governador. É importante, sim, a aprovação desse projeto para que o governo, pela sua visão, tenha estrutura adequada para fazer sua gestão e reerguer o Estado de Minas Gerais.

O deputado Léo Portela (em aparte)* – Obrigado, deputado Doorgal Andrada. É importante salientar que é importante fazer a reforma administrativa em Minas Gerais. Mas toda reforma que ataca a educação é burra; toda reforma que tira direito dos alunos, que tira acesso ao ensino é burra. Uma reforma que tira a escola em tempo integral quer chegar aonde? É uma economia míope. É um governo que quer fazer economia a qualquer preço, quer fazer economia com base no sucateamento da educação, e isso não podemos permitir.

É lamentável ver que o governador tem dinheiro para pagar os lucros da Minas Arena; tem dinheiro para fazer a farra do helicóptero em um *spa* de luxo; tem dinheiro para arcar com todos os seus desmandos, com todo tipo de gasto, como o deslocamento que faz para sua nova mansão. Ele alugou uma mansão e montou uma estrutura enorme de segurança para ela. Não mora no Palácio, como se isso fosse uma grande vantagem, porque gasta mais com sua mansão do que gastaria com o palácio. Para tudo isso há dinheiro, mas, para a merenda das crianças na escola integral, não; para a educação não. Um governo assim está fadado ao fracasso. Obrigado, deputado.

O deputado Doorgal Andrada – Essas são as minhas palavras. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 3/5/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 6/5/2019, Edneia Fatima da Cunha, padrão VL-24, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Leite;

nomeando Duander Vinícios Gomes Resende Franco, padrão VL-27, 6 horas, com exercício no Bloco Minas Tem História;

nomeando Jefferson Gonçalves Rosa, padrão VL-24, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Leite;

nomeando Terino Avelino Cordeiro Filho, padrão VL-40, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Zé Reis.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.108, de 29/11/2018, da Lei Complementar Estadual nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 2/5/2019, a servidora Laura Aparecida de Souza Martins, CPF nº 723.885.956-49, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-62, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

**ERRATAS****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 2/2/2019, na pág. 15, onde se lê:

“Jian Carlo de Paulo”, leia-se:

“Jean Carlo de Paulo”.

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/4/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 3/5/2019, na pág. 18, sob o título “Palavras do Presidente”, acrescente-se, depois da expressão “e a Emenda nº 321, do deputado Coronel Sandro.”, o seguinte:

“A presidência, nos termos do inciso II do art. 173 do Regimento Interno, informa ao Plenário que deixou de receber, por não estarem em conformidade com o texto constitucional, a Emenda nº 304, da deputada Marília Campos; a Emenda nº 318, da deputada Andréia de Jesus; e a Emenda nº 320, do deputado Cristiano Silveira.”.